

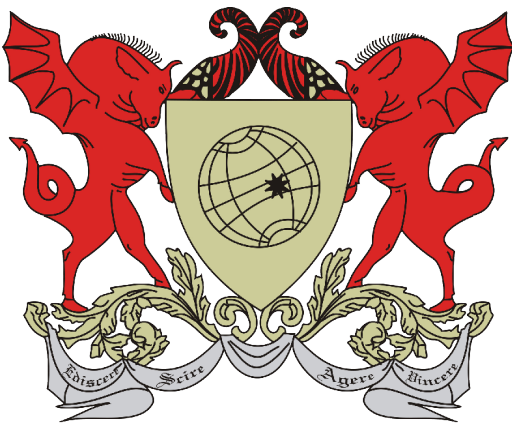
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Patrícia Vargas Lopes de Araújo



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva



cead

Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

Layout: Diogo Rodrigues

Editoração Eletrônica: Thalita Fernandes

Capa: Diogo Rodrigues

Coordenação editorial e revisão final: João Batista Mota



SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO**
- 6 OLHARES SOBRE A SOCIEDADE EUROPEIA EM FINAIS DO SÉCULO XVIII**
- 11 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NA EUROPA DO SÉCULO XIX**
- 20 REAÇÃO CONSERVADORA E RESTAURAÇÃO MONÁRQUICA**
- 26 AS REVOLUÇÕES EUROPEIAS DO SÉCULO XIX**
- 35 REVOLUCIONÁRIOS**
- 44 IDEIAS E PRINCÍPIOS DO LIBERALISMO**
- 50 IDEIAS E PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA**
- 55 SOCIALISMO, SINDICALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO**
- 64 NAÇÕES E NACIONALISMOS NO SÉCULO XIX**
- 71 O MUNDO BURGUEÊS I**
- 78 O MUNDO BURGUEÊS II**
- 83 IMPERIALISMO**



Apresentação

Caros(as) alunos(as),

Vamos iniciar o curso de História Contemporânea I (HIS 420D), que busca refletir sobre temas relativos ao século XIX, a partir de uma abordagem abrangente que se orienta pelas transformações políticas, sociais, culturais e econômicas, tendo como foco a história europeia e seus desdobramentos mundiais. Nesse sentido, após uma reflexão sobre as mudanças em curso em finais do século XVIII, discutiremos os temas: o crescimento da economia industrial no século XIX; a reação conservadora e a restauração monárquica; a herança da revolução francesa; a difusão de ideias e o desenvolvimento de práticas políticas e sociais; o socialismo e o movimento operário; mudanças sociais e culturais; o imperialismo.

Essa apostila serve de apoio aos seus estudos, sendo um complemento ao texto de leitura obrigatória, às aulas narradas e às demais atividades desenvolvidas ao longo do curso. Foi produzida com a finalidade de contribuir para o melhor entendimento da bibliografia indicada, auxiliando no entendimento da estrutura do texto de leitura obrigatória e compreensão dos argumentos dos autores, tornando mais claras as principais questões abordadas e oferecendo informações complementares.

De modo a atender aos objetivos do curso, cada capítulo corresponde a uma aula da disciplina. Cada um deles foi subdividido em tópicos com o intuito de favorecer a compreensão da organização do texto e das ideias dos autores.

É importante ressaltar que a apostila não deve ser utilizada exclusivamente como único elemento de aprendizagem. Ela deve servir de recurso para orientar as leituras do curso e fazer a revisão dos estudos, mas não substitui a leitura dos textos obrigatórios, pois sua função é de um material didático complementar e de esclarecimento dos textos.

Ao final do curso, espero que vocês sejam capazes de identificar e problematizar questões relativas ao século XIX, a partir dos conteúdos abordados, da bibliografia indicada e das reflexões efetuadas, posicionando-se de maneira crítica frente às discussões formuladas. Que a disciplina de História Contemporânea I se torne uma bela aventura de descoberta sobre o século XIX.

Bons estudos a todos!

Olhares sobre a sociedade europeia em finais do século XVIII

Texto-Base: HOBBSAWM, Eric. *O mundo na década de 1780. In: A Era das Revoluções: Europa, 1789-1848. 24.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 23-48.*

1. Apresentação do texto

Neste capítulo, Eric Hobsbawm traça um panorama geral da Europa em finais do século XVIII, a partir das percepções constituídas sobre o mundo vivido, a vida urbana e as relações com o campo. Em particular, coloca como ponto de debate central do problema agrário, as relações sociais envolvendo a propriedade agrária e por fim as transformações políticas em curso, particularmente a difusão do iluminismo e a crise do Antigo Regime.

2. Perspectivas sobre o mundo em finais do século XVIII

Para Hobsbawm, o primeiro aspecto a ser observado sobre o final do século XVIII era o do mundo na década de 1780: “era ao mesmo tempo menor e muito maior que o nosso”.

- **O mundo era menor do ponto de vista geográfico:** pois se conheceria “apenas pedaços de mundo habitado” ou “mundos conhecidos”. Além disso, boa parte da superfície dos oceanos era conhecida e mapeada, devido ao trabalho de navegadores habilidosos, que desbravavam os mares e o contorno dos principais continentes. A maioria das ilhas também era conhecida, com razoável certeza. O tamanho e altura das cadeias de montanhas também eram conhecidos, embora as informações fossem mais precisas para a Europa, do que para outras partes do mundo. Por outro lado, o curso dos rios ainda era um mistério.

De acordo com essa argumentação, “o mapa do mundo consistia de espaços brancos cruzados pelas trilhas demarcadas por negociantes ou exploradores” (HOBBSAWM, 2009, p. 24). Os viajantes, em particular, atravessavam o continente europeu em todas as direções, deliciando-se com o exótico e com o histórico.



Três Europas se ofereciam à curiosidade desses viajantes: uma Mediterrânea, ciosa da herança da Antiguidade Clássica; uma central e setentrional, mais avançada e rica, e uma Europa fronteiriça, conquistadora, exótica, a leste e no ultramar.

Desta forma, percebe-se que as informações sobre o continente europeu e partes do mundo chegavam por meio dos viajantes. A partir de rotas e caminhos diferentes, eles constituíam imagens e representações sobre a Europa, mas também sobre outras partes do mundo.

- **O mundo era menor não apenas do ponto de vista geográfico, mas também em termos humanos:** não havia recenseamentos e os dados estatísticos para essa época eram pouco confiáveis. Além disso, a população era esparsamente distribuída pelo globo terrestre, com exceção de algumas regiões de agricultura intensa ou de alta concentração urbana. A colonização humana efetiva




também era menor, devido às condições climáticas, doenças e a dificuldade de fixação em regiões inóspitas, como as áreas de florestas, charnecas e outros lugares que dificultavam a ocupação humana desses espaços.

- **O mundo era menor com relação à constituição física das pessoas**, um dado a considerar era o de que os europeus de finais do século XVIII eram mais baixos e mais magros do que nós somos. Mas a constituição física menor não significava necessariamente que eram pessoas mais delicadas. No entanto, para os padrões contemporâneos, a constituição física humana podia ser considerada muito pobre, devido ao interesse e valor dados por reis e generais ao recrutamento de pessoas altas, formadas dentro da elite dos regimentos de guardas ou de couraceiros.

- **As dificuldades ou incertezas das comunicações geravam a percepção, geográfica e imaginária, de que o mundo fosse muito maior**: pelos padrões do mundo medieval ou mesmo do século XVI, o final do século XVIII era percebido como uma “era de comunicações rápidas e abundantes”: era possível notar o aperfeiçoamento nas estradas, nos veículos puxados a cavalo e também no serviço postal. Mas o deslocamento de pessoas e de mercadorias ainda era pequeno, lento e caro; viajar ainda não era uma prática comum. As notícias chegavam pelos viajantes e do que pode ser definido como “setor móvel da sociedade”, ou seja, por meio de mercadores, mascates, artesãos itinerantes, andarilhos, peregrinos, contrabandistas, ladrões, soldados.

3. Um mundo rural

Outra questão a ser notada em finais do século XVIII - e mesmo na primeira metade do século XIX - é o fato de que **o mundo era ainda predominantemente rural**.



Na Europa, mesmo em áreas urbanas, a porcentagem rural ou agrícola era alta. A população urbana somente ultrapassaria a rural na Inglaterra, pela primeira vez, na década de 50 do século XIX. Ainda assim, na metade desse século, além de Londres, com cerca de 2,5 milhões de habitantes, apenas Paris poderia ser considerada uma grande cidade, com meio milhão. Aproximadamente vinte outras cidades contavam com uma população de cem mil habitantes.

Para Hobsbawm, entretanto, o termo “urbano” incluía milhares de pequenas “cidades de província”, onde se encontravam a maioria dos habitantes urbanos e nas quais seus habitantes se deslocavam rapidamente e rapidamente rompiam a fronteira entre o urbano e o campo. Estas “cidades de província” não seriam, contudo, menos urbanas por serem pequenas.

Por outro lado, havia uma linha bem delimitada que marcava as atividades urbanas e as rurais, como o pagamento de certos impostos, o aspecto físico das pessoas e as diferenças entre os modos de vida da população urbana e rural.

Segundo Hobsbawm, entretanto, uma questão a ser frisada é de que “a cidade provinciana ainda pertencia essencialmente à sociedade e à economia do campo” (HOBBSAWM, 2009, p. 30).

Nesse contexto, **o problema agrário constituía-se um aspecto fundamental a ser considerado em finais do século XVIII**, cuja questão principal estava ligada à relação entre os que cultivavam a terra e aqueles que a possuíam, bem como entre os que produziam sua riqueza e os que a acumulavam.

Com relação à propriedade agrária, a Europa dividia-se em três grandes regiões: as colônias do ultramar a oeste da Europa, na qual o proprietário típico era o dono de



uma propriedade imensa ou de uma plantação com escravos, e o produtor típico da terra - um índio, um escravo ou mais raramente um arrendatário da terra ou meeiro. No leste europeu - particularmente a leste de uma linha ao longo do rio Elba, delimitando as fronteiras ocidentais e orientais da Europa -, embora houvesse camponeses livres, o sistema que prevalecia era o da servidão. E na Europa Ocidental, a estrutura agrária era socialmente semelhante, estabelecendo um vínculo entre propriedade da terra e o título de nobreza, o que garantia privilégios políticos e sociais.

Apenas em algumas áreas ocorreu um desenvolvimento agrário em direção a uma agricultura puramente capitalista. Na Inglaterra, por exemplo, a propriedade da terra era altamente concentrada. No entanto, o agricultor típico era o arrendatário, cujo empreendimento comercial era médio e operado por mão de obra contratada. Pouco a pouco surgia, entre 1760-1830, uma classe de empresários agrícolas e, por outro lado, um imenso proletariado rural. Mas, excluindo-se algumas regiões mais desenvolvidas, a agricultura europeia era tradicional e ineficiente. No entanto, não se deve pensar que o século XVIII era de estagnação agrícola.

Se o mundo agrícola mudava mais lentamente, os mundos do comércio e das manufaturas, assim como das atividades intelectuais e tecnológicas eram as áreas mais dinâmicas de desenvolvimento. O último quarto do século XVIII é um período de expansão demográfica, urbanização crescente, desenvolvimento da indústria e do comércio, bem como de melhorias no setor agrícola. E os maiores "vitoriosos" seriam os grupos que mais estavam envolvidos com as mudanças da época: círculos mercantis e financistas, fabricantes e empresários, proprietários economicamente iluminados, administradores sociais e econômicos de espírito científico, a classe média instruída.

4. A difusão do Iluminismo e a crise do Antigo Regime

Nesse contexto de transformações, ocorreu a **difusão do "Iluminismo" ou "Ilustração"**, movimento político e social caracterizado pela crença e convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza, no controle sobre a natureza.



A partir da Europa, se irradiava a crença e a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza, no controle sobre a natureza. Pelas palavras "Iluminismo" ou "Ilustração" fazia-se referência ao movimento filosófico do século XVIII, bem como certa "mística" ou "doutrina", cujos adeptos se diziam "iluminados".

Em francês, "Luzes" (*Lumières*) expressariam tanto uma palavra quanto um estado de espírito que seriam indicativos de um movimento intelectual, com o qual os filósofos e os homens de letras sentiam afinidades. Outras palavras, tais como *Aufklärung*, *enlightenment*, *ilustración*, mas com significados que variavam conforme cada espaço cultural, eram também utilizadas para traduzir as ideias do movimento que ocorria. O emprego dessas expressões implicava a ampla difusão das *luzes* e sua diversidade em espaços e tempos também variados.

✓ Organizada por **Denis Diderot** (1713-1784) e por **Jean D'Alembert** (1717-1783), a **Enciclopédia** (<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap2p5/obralec.htm>) foi o meio mais importante de difusão das ideias iluministas na França. Com cerca de mais de 300 colaboradores, a *Enciclopédia* tinha como finalidade reunir, em uma obra gigantesca, todos os conhecimentos filosóficos e científicos da época.

Sobre Diderot, você poderá consultar ainda o artigo de Jacó Ginsburg. Denis Diderot. *Revista USP*, Dezembro/Janeiro e Fevereiro 1990, p. 123-146. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/04/15-jaco.pdf>

✓ **François Marie Arouet** (1694-1778), mais conhecido por **Voltaire**, (http://www.voltaire.ox.ac.uk/www_vf/default.ssi) foi um dos intelectuais mais represen-



tativos do iluminismo e inspirador de uma nova forma política do século XVIII na Europa: o *despotismo esclarecido*. Sua principal arma de ataque à nobreza e à administração real era a sátira. Por esse motivo seria preso e deportado para a Inglaterra, onde viveu por três anos.

✓ **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778) também foi outro importante intelectual do século XVIII. Temas clássicos da filosofia política, como a passagem do estado de natureza ao estado civil, o contrato social, a liberdade civil, o exercício da soberania, a questão da escravidão, o surgimento da propriedade, serão discutidos por eles. Entre outras obras do autor, destacam-se *O Contrato Social e outros ensaios*. São Paulo: Cultrix, 1980, também disponível em versão digital (<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>), *Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 e *O Emílio ou da Educação*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

Os dois principais centros europeus, irradiadores também da “dupla revolução”, eram a Inglaterra e a França. A primeira era considerada o Estado mais bem sucedido da Europa, e seu desenvolvimento era garantido pelo incremento econômico e industrial. Desde o início do século XVIII, a Inglaterra ganhava destaque e conquistava a preponderância nos mares e no mundo ultramarino. A França, no entanto, sofria um declínio de seu poderio continental, contra uma presença britânica cada vez mais marcante.

Londres era reconhecidamente a maior cidade do “mundo civilizado”, inspirando Voltaire a compará-la com Atenas. Não Paris, mas Londres era tomada por ele como símbolo do progresso e das luzes. Adam Smith compreendia que as cidades eram o centro da liberdade e da ordem. Assim, a base sob a qual se sustentava a cidade era o progresso da indústria e da cultura. Desse modo, tanto para Adam Smith quanto para Voltaire, “a dinâmica da civilização” estava na cidade.

O movimento do iluminismo, ou *Aufklärung*, como seria mais chamado pelos alemães, sustentava-se a partir da crença do uso da razão. Estaria em jogo uma revalorização da atividade intelectual que tinha como finalidade difundir a “luz” onde até então predominavam as “trevas”. Os que aderiam a essa cultura, os chamados “*philosophes*”, eram pensadores voltados para uma ação prática e reformadora da sociedade, ou da *polis*, submetida aos imperativos da razão.

Os grupos sociais que estavam mais diretamente ligados ao movimento do Iluminismo e que, portanto, se tornavam seus agentes e difundidores, eram, no sentido amplo do termo, os “letrados”, ou seja, os “homens de letras” (“*gens de lettres*”). Desse modo, eram todos os que estavam envolvidos com as profissões liberais, os oficiais ou funcionários do Estado, clérigos, artistas, e diletantes de nuances variadas, como nobres e comerciantes. Não foram propriamente inovadores, mas, antes de tudo, ousados em suas críticas às instituições existentes, particularmente à Igreja e ao clero. O anticlericalismo típico das “Luzes” francesas não pode, contudo, ser considerado regra para toda a Europa. No entanto, afirmava-se a necessidade de manter a Igreja afastada do Estado e da política em geral.

Por meio da imprensa, buscavam instalar no lugar do cristianismo um sistema racional de ética e filosofia, sustentado por verdades científicas. Esta perspectiva, ligada ao processo de secularização, estava associada à ideia de emancipação de cada campo de conhecimento, particularmente aqueles cujo objeto era o próprio homem, da tutela da teologia e da metafísica. A valorização do homem e uma profunda crença na razão humana e nos seus poderes estão presentes entre todos os pensadores. Essa valorização significava perceber que o homem devia tornar-se sujeito e dono de seu próprio destino, esperando que cada um pensasse por si mesmo.

Desse modo, três forças coexistiam pressionando as estruturas do antigo regime: as novas forças caracterizadas pela emergência de uma sociedade burguesa; a resistência dos interesses estabelecidos representados pela aristocracia e pelas classes políticas governantes e a pressão dos inimigos estrangeiros e a rivalidade



internacional, geradora de guerras entre diferentes estados.



Para Hobsbawm, o Iluminismo foi um movimento revolucionário, que possibilitou o questionamento e a abolição da ordem política e social vigente na Europa: o Antigo Regime. Estaria em cena a essa época um conflito entre as velhas e as novas forças na sociedade, que não mais podia ser resolvido pelas estruturas do regime político existente. Ou seja, estava instalada uma crítica ao absolutismo monárquico.

5. As relações Europa-mundo

Dentre outras questões assinaladas por Hobsbawm sobre finais do século XVIII, outro aspecto corresponde às relações estabelecidas entre a Europa e o restante do mundo, destacando-se:

- ✓ o amplo domínio político e militar do mundo pela Europa, resultado da “dupla revolução” (Revolução Industrial e a Revolução Francesa);
- ✓ a rápida e crescente expansão do comércio e do empreendimento capitalista europeu corroía a ordem social de civilizações não europeias, como as da Extremo Oriente, África, regiões do Oceano Índico, Oriente Médio e Próximo, pelo comércio e conflito militar;
- ✓ o avanço europeu ocorria para além das áreas tradicionais de colonização empreendidas por portugueses no século XVI e por colonizadores brancos norte-americanos no século XVII e se estendia a outras regiões;
- ✓ a superioridade militar e tecnológica europeia fragilizava ainda mais as civilizações não europeias, quando confrontadas ao poderio Ocidental.

Segundo Hobsbawm, “os quatro séculos da história do mundo em que um punhado de Estados europeus e de forças capitalistas europeias estabeleceu um domínio completo, embora temporário – como hoje é evidente – sobre o mundo inteiro, estava para atingir seu clímax” (HOBSBAWM, p. 48). A “dupla revolução” impulsionaria a expansão europeia pelo mundo, ao mesmo tempo em que estivesse a ponto de dar ao mundo não europeu as condições para uma eventual ofensiva.

Bibliografia Complementar

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CASSIRER, Ernest. **A filosofia do iluminismo**. São Paulo/Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FALCON, Francisco J. C. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 2004.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: **Enciclopédia Einaudi**. Volume 8 “Região”. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

O desenvolvimento industrial na Europa do século XIX

Texto base: RIOUX, J. P. O crescimento. In: **A Revolução Industrial: 1780-1880**. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 71-107.


1. Apresentação do texto

Nos dois capítulos anteriores da obra *A Revolução Industrial*, já discutidos na disciplina de História Moderna II, Jean-Pierre Rioux aborda as condições econômicas, sociais e políticas que permitiram a decolagem e o crescimento industrial em finais do século XVIII em um conjunto de países europeus. Dando sequência à sua discussão, neste capítulo, o autor coloca em questão as discussões sobre o processo de industrialização, centrando a atenção no crescimento, ou seja, nas condições de desenvolvimento desse processo, ao longo do século XIX e suas características.

2. As novas condições

Com o desenvolvimento do capitalismo, ajustado agora aos mercados nacionais e mundial, novos fatores favoreciam o crescimento da economia e a expansão da industrialização no século XIX. Dentre outros fatores, podia ser destacado o **movimento dos preços**, cujos impactos puderam ser sentidos imediatamente sobre os investimentos, a modernização técnica e a exploração do trabalho e sobre o próprio crescimento indústria.

No século XIX, houve uma tendência (*trend*) à baixa dos preços dos produtos industriais, como os da siderurgia francesa. Para Rioux, ponto relevante desse movimento de diminuição dos preços está no fato de que as empresas precisaram se adaptar, investindo e incorporando mais tecnologias, de maneira que pudessem reduzir os custos de produção, para que as margens de lucros fossem mantidas a partir dos preços de revenda.



Dessa maneira, tornava-se fundamental que as empresas se modernizassem, a fim de manterem seus dividendos e sua capacidade de autofinanciamento. Com o tempo, esse processo ganhou uma dinâmica própria no capitalismo concorrencial, de maneira que, se o movimento de preços se estabilizasse, a produtividade e a produção também não se desenvolveriam.

Ou seja, com preços estáveis e lucros consideráveis, não era preciso aumentar a produtividade. O setor de transportes, por exemplo, é um dos que a produção e a produtividade são favorecidas pela queda dos preços.

Para Rioux, portanto, a tendência à queda dos preços, produtividade e crescimento são fatores interligados no processo de industrialização, embora a influência dos preços nesse processo não seja clara quando avaliada frente às **variações cíclicas**, longas ou curtas, da economia.

As **variações cíclicas** correspondem às épocas de expansão e de boom, bem como de recessão da economia.



Partindo da análise proposta por F. Simiand, Rioux argumenta que em um período de expansão da economia (fase ascendente de um longo ciclo) preços, lucros e produção evoluem conjuntamente, desde que exista mão de obra qualificada suficiente e salários estáveis. Na situação contrária, ou seja, de diminuição do ritmo de crescimento da economia (fase descendente de um longo ciclo), a baixa dos preços e dos lucros comprime a produção em diversos setores.

Além dos preços, o **movimento dos capitais** também promove novas condições de crescimento, pois se torna imprescindível que o empresário invista e, para isso, recorra ao crédito. Diferentemente do período anterior, quando os lucros eram abundantes, a partir de 1840, os capitais acumulados precisavam ser aplicados a fim de se evitar uma crise. Nessa nova conjuntura, os bancos constituem-se peças fundamentais, pois, se adaptando às novas condições, tornam-se mecanismos por meio dos quais as economias particulares eram direcionadas aos investimentos industriais e comerciais. Além dos bancos, cumprem esse papel as sociedades mútuas e de empréstimos hipotecários, as caixas múltiplas e as companhias de seguro modernas.

Da mesma forma, aderem a esse movimento os bancos de negócios familiares, como os Rothschild, lançando-se aos investimentos ferroviários e coloniais, bem como compondo as empresas. O banqueiro deixa de ser um simples intermediário e passa a ser um investidor que age diretamente na expansão da economia. Ao escolher cuidadosamente os setores onde investir e favorecendo as atividades de maior lucro, os bancos sinalizavam para os “polos de crescimento” da economia, como: indústria têxtil, siderurgia e estradas de ferro, bem como selecionando as regiões melhor preparadas por sua mão de obra e uso de tecnologia.

Para Rioux, os créditos concedidos pelos bancos permitiram a liberação das forças industriais novas, a seleção de atividades rentáveis, e a hierarquização de atividades, regiões e nações industriais. A partir de então, os bancos estariam “a serviço da economia”, o que nem sempre significou que agiam a favor do benefício de todos.

Mas **o principal motor a incentivar o crescimento da economia era a busca de lucro** e para se alcançá-lo utilizou-se de diferentes possibilidades de financiamento e de desenvolvimento. Esse crescimento seria ainda beneficiado por uma conjuntura cada vez maior de liberdade econômica.

A Inglaterra, pioneira na revolução industrial, despreendeu-se do protecionismo a partir de 1815, a partir da liberação das forças produtivas.



O início da revolução industrial foi marcado pelo protecionismo e cada país onde existiam as condições de decolagem completou a sua revolução industrial em um mercado interno livre, mas, ao mesmo tempo, protegido da concorrência de outras economias fortes, principalmente a da Inglaterra. No entanto, o capitalismo permaneceu fundamentalmente concorrencial.

Na França, porém, ainda foi preciso esperar a chegada ao poder de Napoleão III, em 1852, para que ocorressem mudanças na política econômica. Em outras regiões da Europa central e do leste, as medidas protecionistas seriam mantidas. No entanto, a tendência à liberação das forças produtivas ganhou impulso, dinamizando os mercados internos e permitindo uma expansão às economias não industriais.

3. Os setores promissores da economia

- **Indústria têxtil:** No começo da Revolução Industrial, a indústria têxtil desempenhou papel determinante, principalmente na Inglaterra e continuaria no século XIX a manter um lugar significativo na economia de vários países.



Um setor em particular da indústria têxtil, o do algodão, foi a ponta de lança da revolução industrial. Impulsionado pelo tráfico colonial do século XVIII, o comércio do algodão cresceu rapidamente, permitindo a inversão do fluxo de trocas de mercadorias em benefício da Europa. Para Rioux, o algodão tornou-se o único setor de lucros rápidos e significativos, bem como o que promoveu a transição entre do capitalismo agrário e comercial para o capitalismo industrial.

Analisando-se a **tabela 7** (apresentada à página 79 do livro de Jean-Pierre Rioux), é possível verificar que no período de 1830-1870 a produção de fios de algodão cresceu nos principais países industrializados da época - indicativo de que o setor algodoeiro possibilitava a acumulação de lucros substanciais. Esse crescimento é resultado das condições e da dinâmica de desenvolvimento do próprio setor, o que fez com que se tornasse o "setor-chave" do desenvolvimento econômico do século XIX, exemplificado (conforme **tabela 8**, na página 80) na constituição de uma primeira hierarquia de potências econômicas, de acordo com a amplitude da industrialização do país. Dentre vários países, a indústria têxtil ocupou um lugar determinante na produção industrial até a década de 1860. Com relação ao consumo de algodão bruto por habitante (1810-1910), destacam-se a Inglaterra e os Estados Unidos, seguidos da Suíça e da Bélgica.

Tabela 7

Produção de Fios de Algodão (1830-1870) (milhares de £)				
Anos	Grã-Bretanha	EUA	França	Alemanha
1830	250	77	68	16
1840	454	135	116	26
1850	588	288	140	46
1860	1140	390	226	140
1870	1101	400	220	147

Fonte: P. Bairoch, *art. cit.*, p. 1110.

- **Hulha e da siderurgia:** Em alguns casos, como o da França, cujo mercado era mais voltado para lã ou produtos acabados de luxo, a indústria têxtil parece não ter funcionado como uma produção determinante como em outros países. Dessa maneira, é preciso considerar um segundo setor de crescimento da economia no século XIX, o da hulha e da siderurgia, que, valorizando as grandes descobertas técnicas, consolidou a revolução industrial e permitiu a passagem da produção de bens de consumo para a produção de bens de equipamento.

As **tabelas 9, 10 e 11** (apresentadas às páginas 83 e 84) demonstram o domínio do setor siderúrgico, mineiro e metalúrgico, notando-se o estabelecimento de uma nova hierarquia de potências. Destaca-se a supremacia da Grã-Bretanha até finais do século XIX, quando foi suplantada pelos Estados Unidos. Ganhou destaque ainda a Suécia e a Bélgica. A Alemanha, por outro lado, ultrapassou a França a partir de 1870, motivada por um grande impulso industrializador. Outros países, como a Itália, Rússia e o Japão, também foram impulsionados por uma segunda onda de industrialização, embora se mantendo numa posição bastante distante do primeiro grupo de países industrializados.



Tabela 8

Consumo de algodão bruto por habitante (1810-1910) (em Kg - meios quinquenais)						
País	1810	1840	1860*	1880	1900	1910
Alemanha	-	0,9	1,4	2,9	5,8	6,8
Bélgica	-	2,8	2,9	4,3	5,8	9,4
EUA	1,9	2,2	5,8	7	11,5	12,7
França	0,3	1,5	2,7	2,6	4,5	6
Itália	-	0,1	0,2	1,1	4	5,4
Japão	-	-	-	-	3,5	4,9
Reino Unido	2,1	7,3	15,1	17,3	18,7	19,8
Rússia	-	0,3	0,5	1	1,6	3
Suécia	-	0,3	1,5	2,1	3,4	3,6
Suíça	-	3,7	5,3	7	7,3	6,3

*1859-1861

Fonte: P. Bairoch, art. cit., p. 1106

Para Rioux, a análise dos setores algodoeiro e da produção de hulha e siderurgia, considerados como os principais setores de crescimento econômico, permite avaliar as relações de força entre os países industrializados, bem como medir a profundidade da industrialização em cada país e “pressentir” as mudanças sociais futuras.



Afirma, dessa maneira, que a revolução industrial foi a “era do têxtil, do vapor, do aço e dos trilhos” e que as inovações técnicas de finais do século XIX, nomeadas por muitos autores de “segunda revolução industrial”, não modificaram os antigos equilíbrios. Ou seja, manteve o domínio das principais potências industriais, permitindo-lhes manter seu poder e expandirem-se a outras regiões de industrialização.

Tabela 9

Produção de Hulha (1790-1913) (em milhões de toneladas)				
Anos	Grã-Bretanha	EUA	Alemanha	França
1790	6	-	0,3	0,8
1800	10	-	1	1
1820	12,5	-	1,5	1,1
1830	16	-	1,7	2
1840	30	2,1	3,4	3
1850	49	7	6,7	5
1860	80	13	17	8
1870	110	30	26	13
1880	149	83	47	19
1890	184	143	70	26
1900	230	245	100	33
1913	290	510	190	40



Tabela 10

Produção de Aço e Fundição (1800-1913) (em milhões de toneladas)								
Anos	Grã-Bretanha		EUA		Alemanha		França	
	fund.	aço	fund.	aço	fund.	aço	fund.	aço
1800	0,2	-	-	-	0,04	-	0,06	-
1820	0,4	-	0,02	-	0,09	-	0,14	-
1840	1,4	0,6	0,18	-	0,17	0,1	0,35	0,24
1860	3,8	1,5	0,9	-	0,5	0,3	0,9	0,5
1880	7,8	3,7	3,9	1,2	2,4	2	1,7	1,3
1900	9,1	6	14	10	7,5	7,3	2,7	1,9
1913	10,4	9	31,4	31,8	16,7	17	5,2	3,6

Tabela 11

Produção de fundição por habitantes (1810-1910) (em Kg - meios quinquenais)							
País	1810	1840	1860	1880	1900	1910	
						fund.	aço brt
Alemanha	2	5	14	53	130	200	220
Bélgica	10	24	69	100	250	250	290
Espanha	-	2	3	10	16	21	16
EUA	8	16	25	71	190	270	300
França	4	12	25	46	65	100	100
Itália	-	1	2	1	1	8	28
Japão	-	-	-	0,5	1	5	4
Reino Unido	20	54	130	220	220	210	150
Rússia	-	3	5	5	25	31	38
Suécia	30	38	47	84	100	110	110

Fonte: P. Bairoch, art. cit., p. 1104

4. As economias dominantes

Além da análise das condições que permitiram o crescimento e os setores mais dinâmicos da economia, Rioux apresenta as circunstâncias da revolução industrial a partir das principais potências industriais, buscando destacar sua filiação e a singularidade do crescimento de cada país. O primeiro aspecto ressaltado pelo autor, diz respeito à necessidade de uma cronologia que permita acompanhar as etapas de industrialização. Para esse objetivo e para fins de comparação, Rioux apresenta duas tabelas (páginas 87 e 88): a primeira, **tabela 12**, é um diagrama estabelecido por **W. W. Rostow** que permitiria uma visão de conjunto e uma classificação por nível de desenvolvimento industrial, elaborada por **P. Bairoch**, **tabela 13**, constituída a partir dos índices de consumo de algodão bruto, da fundição, da hulha, da força motriz e do desenvolvimento ferroviário.



Walt Whitman Rostow (1916-2003), conhecido como Walt Rostow ou W. W. Rostow, foi um historiador econômico e funcionário do governo americano, atuando como conselheiro durante os governos de John F. Kennedy e Lyndon Johnson. Lecionou em várias universidades de prestígio americanas e inglesas e tornou-se conhecido com a publicação de *As Etapas do Crescimento Econômico: Um Manifesto não-comunista* (1960). Informações disponíveis em: <http://global.britannica.com/quiz/17/european-history-quiz>. Acesso em: 04 mar. 2013.

Paul Bairoch (1930-1999) foi um dos grandes historiadores econômicos do pós-guerra, especializando-se em história econômica mundial, história urbana e demografia histórica. Informações disponíveis em: http://www.chomskyl.com/author_page.php?author_id=668. Acesso em: 04 mar. 2013.

Tabela 12

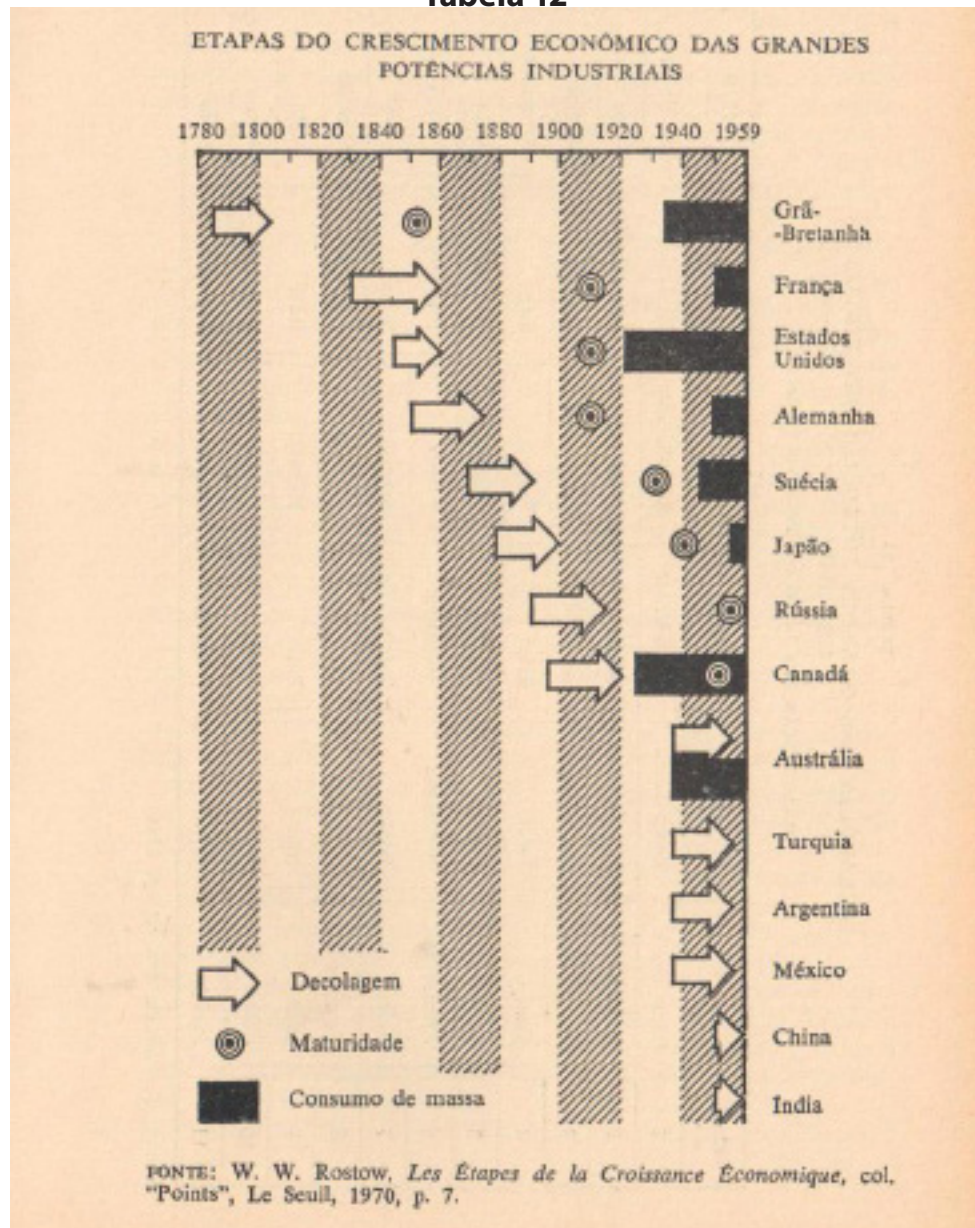




Tabela 13

Hierarquia das Grandes Potências Industriais (1810-1910) Classificação por Nível de Desenvolvimento						
Cat.	1810	1840	1860	1880	1900	1910
1	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	EUA	EUA
2	Bélgica	Bélgica	Bélgica	Bélgica	Reino Unido	Reino Unido
3	EUA	EUA	EUA	EUA	Bélgica	Bélgica
4	França	Suíça	Suíça	Suíça	Suíça	Alemanha
5	Suíça	França	França	Alemanha	Alemanha	Suíça
6	Alemanha	Alemanha	Alemanha	França	França	França
7	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia
8	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha
9	Itália	Itália	Itália	Itália	Itália	Itália
10	Rússia	Rússia	Rússia	Rússia	Rússia	Rússia
11	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão

A classificação final levou em conta ainda os índices de desenvolvimento e de produtividade da agricultura, que criam entraves à industrialização. É possível acompanhar a extensão da revolução industrial a partir de finais do século XVIII a começos do século XX, procurando destacar os processos específicos pelos quais a industrialização ocorreu em cada país.

Nessa perspectiva, Rioux destaca e apresenta um panorama de desenvolvimento industrial dos seguintes países: Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos. Do pioneirismo e das particularidades do desenvolvimento inglês e das condições nacionais do crescimento francês e alemão à originalidade da economia norte-americana, que em poucas décadas ultrapassaria o poderio inglês, o autor busca singularizar os percursos e os ritmos de desenvolvimento industrial de cada um desses países. Ele afirma que, no período entre 1860 e 1880, essas potências industriais construíram as bases de seu domínio mundial.

A partir da Inglaterra, a revolução industrial expandiria. No entanto, isso não significou a transposição do modelo inglês a outros países. Dessa maneira, o autor ressalta:

Cada economia foi transformada, utilizando-se da melhor maneira, às vezes até empiricamente, os fatores da produção nacional mais favoráveis e mais rentáveis; capital, riquezas naturais, mão de obra, mercado; cada elemento pode precipitar a reação técnica e humana de onde proveio a nova indústria; em seguida, periodicamente, um setor-chave se afirmou, que substituiu o precedente e retomou o crescimento, sem que os mecanismos observados na Grã-Bretanha tivessem se repetido (RIOUX, 1975, p. 100).

5. Países de desenvolvimento industrial tardio

Alguns países, com a velocidade adquirida, em função da ajuda das potências industriais ou em um movimento de reação a elas, lançaram-se à Revolução Industrial em finais do século XIX. Entre esses países, o autor destaca: Áustria, Itália



e Japão, também particularizando os percursos do desenvolvimento industrial de cada um deles e suas características. O “atraso” no crescimento industrial desses países poderia ser creditado ao fato de que: as economias dominantes procuravam deter o monopólio do progresso técnico; exportavam maciçamente capitais; dominavam grande parte do comércio e da circulação marítima, e buscavam controlar a expansão mundial da indústria. O que se verifica, portanto, nesses países de desenvolvimento industrial tardio é a tendência a um ritmo mais lento de crescimento e estagnação da economia.

A distinção nesse grupo é o Japão, único país asiático a se emancipar da tutela econômica das grandes potências industriais no século XIX. Despertado por um ímpeto nacional, lançou-se a um capitalismo original. A partir de 1867, o imperador Mutsuhito buscou a modernização e desejava que o Japão entrasse em uma era de progresso: o Meiji.

As mudanças levadas a cabo (na organização do Estado, no desenvolvimento agrícola, etc.) possibilitaram um extraordinário desenvolvimento industrial, sem necessariamente transformar profundamente as estruturas sociais tradicionais. O papel do Estado seria fundamental no desenvolvimento industrial japonês. A partir de finais do século XIX, de um capitalismo concorrencial, o Japão reorientou-se à concentração da economia.

Foi nesse contexto histórico que a produção japonesa decolou. Da indústria têxtil partiu o primeiro impulso, beneficiada pela excepcional complementaridade entre o algodão americano e a seda nacional; tecidos de algodão e seda, urdidos em máquinas inglesas. O setor têxtil tornar-se-ia o fator chave do desenvolvimento da produção industrial. Outras áreas desenvolveram-se depois de 1914, mas apenas a construção naval e os armamentos prosperariam desde 1880.

Apesar da originalidade, o capitalismo japonês foi marcado por diversas fraquezas, como a desarmonia entre a estrutura da economia e da sociedade; o predomínio do setor têxtil em um momento de grande concorrência internacional, devido ao surgimento de novos produtores no mercado; mercado interno de produtos agrícolas pouco flexíveis, entre outros fatores. Para manter o ritmo de crescimento industrial sem que houvesse mudança na sociedade, o Japão reorientou-se para o imperialismo comercial e militar.

Após 1850, a industrialização mundial se ampliou em ritmo mais acelerado que em começos desse século. No entanto, as sociedades tradicionais resistiram mais às inovações do capitalismo que os primeiros países a se industrializarem. Nesses, os desequilíbrios regionais e sociais foram mais marcantes e os nacionalismos mais vivos.

Além disso, a inserção no mercado mundial foi dificultada devido à presença consolidada das grandes potências industriais. Para Rioux, esse “segundo sopro da revolução industrial” encobre as mudanças em curso em começos do século XX, “enquanto a partilha do mundo se efetua”.

Bibliografia complementar

HOBBSAWM, Eric. Rumo a um mundo industrial. In: *A Era das Revoluções, Europa -1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p.235-254.

HOBBSAWM, Eric. *Industrialização – A Segunda Fase 1840 1895*. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 101-123.

LANDES, David S. *Prometeu Desacorrentado*: transformação tecnológica e de-



envolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Editora Nova Fronteira, 1994.

TEIXEIRA, Aloísio. "Estados Unidos: a 'curta marcha' para a hegemonia". In: FIORI, José Luis (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. "Japão: da industrialização tardia à globalização financeira". In: FIORI, José Luis (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Reação Conservadora e Restauração Monárquica

Texto base: RÉMOND, René. A Europa em 1815. In: **O Século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 17-24.

1. Apresentação do texto

A partir de 1815, os ideais de liberdades, fraternidade e igualdade da Revolução Francesa foram substituídos pelos princípios de fé, autoridade e tradição. Após um longo período de turbulência, marcado por mais de 20 anos de guerra, os governantes europeus almejavam a paz e a estabilidade política. Ao fim da “era napoleônica”, marcada pela derrota em Waterloo e pelo estabelecimento do Congresso de Viena, seguiu-se um período caracterizado pela restauração. Nesse texto, René Rémond busca compreender a situação da Europa em 1815 e entender o que significou o movimento de restauração, suas características e limitações.

2. O movimento de restauração na Europa

Rémond inicia suas considerações a partir da definição do termo *restauração*.



Nesse sentido, afirma que a palavra refere-se ao regime político estabelecido (ou restabelecido) na França entre 1815 e 1830. Além disso, ressalta que o termo, embora seja relativo a uma situação específica da sociedade francesa, é também adequado a toda Europa, pois caracteriza-se por ser um movimento multifacetado e que se aplica a todos os aspectos da vida social e política europeia àquela época.

O que significa, então, restauração? Quais são suas características? E por que se aplica aos regimes políticos europeus em começos do século XIX?

- **A primeira característica destacada pelo autor é que se trata de uma restauração dinástica.** O que isso quer dizer? Para Rémond, a restauração representou o esforço dos monarcas europeus do Antigo Regime em busca da estabilidade política europeia e de sua vitória sobre Napoleão. A partir desse objetivo os soberanos realizaram um congresso na cidade de Viena, que se tornaria sede de todos os estados europeus. A opção pela cidade não seria casual, mas antes de tudo uma escolha simbólica, pois Viena era uma das poucas cidades não convulsionadas pela revolução, e a dinastia Habsburgo um símbolo da ordem tradicional, da contrarreforma e do Antigo Regime.

Em 1814, ascendeu ao trono francês, por direito dinástico, Luís XVIII, irmão de Luís XVI, após a derrota de Napoleão na Batalha das Nações, inaugurando um período de restaurações pela Europa. O governo de Luís XVIII, interrompido pelo retorno de Napoleão e o Governo dos Cem Dias, foi retomado em 1815 após a derrota definitiva de Napoleão na Batalha de Waterloo.

Nesse ponto, vale a pena destacar o sentido de direito dinástico, empregado


por René Rémond, ou seja, **Luís XVIII ascendeu ao trono por direito de sucessão**, devido à morte de Luís XVI durante a Revolução Francesa e posteriormente de seus filhos. O direito dinástico representa o poder que pessoas e famílias têm de portar o título de reis de seus estados e de serem seus governantes.

Normalmente, **a sucessão ao trono** obedece a regra da primogenitura. A partir do primogênito, os demais membros da família do soberano fazem parte da linha sucessão, segundo o grau de parentesco. O filho de Luís XVI, que por direito sucessório seria Luís XVII, morreu aos dez anos na Prisão do Templo durante a Revolução Francesa. Ver: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/>

- **Restauração do princípio monárquico:** À primeira característica, segue-se a segunda. O movimento de **restauração na Europa tratou-se não apenas de uma restauração do direito dinástico, mas de uma restauração do princípio monárquico.**

Dessa maneira, à restauração das pessoas e de famílias acrescentou-se a restauração do princípio ou do “espírito” monárquico. Prevaleceu, na Europa, por essa época, o **princípio da legitimidade monárquica do soberano**, pouco se debatendo sobre outra forma de governo: a República. A ideia de legitimidade passou a ser difundida e defendida por pensadores conservadores adeptos da contrarrevolução, ligados à tradição estabelecida por Edmund Burke, Joseph de Maistre, Louis de Bonald e Ludwig von Haller, entre outros. Para Rémond, é o princípio de legitimidade que também orientou as decisões tomadas durante o Congresso de Viena quanto à redistribuição dos territórios, propondo o restabelecimento da configuração da Europa ao período anterior ao da Revolução Francesa.

A difusão do princípio de legitimidade ocorreu juntamente com sua contestação. Mas, em 1815, depois da experiência revolucionária, diferentemente de períodos anteriores, foi preciso justificar porque a monarquia era um regime adequado e que, portanto, deveria ser restaurada. Nesse sentido, era necessário “teorizar” a respeito, ou seja, produzir um conjunto de textos que interpretassem, explicassem e regulamentassem a questão a partir das ideias de doutrinadores e de pensadores contrarrevolucionários.



Segundo Rémond, a restauração monárquica sustentou-se sob o princípio de legitimidade, cujo sentido está relacionado ao reconhecimento do valor de perenidade. Isso quer dizer que era legítimo o regime político que durasse, representasse a tradição e tivesse uma história longa. A legitimidade fundamentava-se na história e na tradição.

O enraizamento na história e na tradição era aspecto essencial, pois representava a capacidade de um regime político corresponder às expectativas e as necessidades de uma sociedade.

No século XIX, o princípio de legitimidade foi o elemento central do pensamento contrarrevolucionário, das políticas dos regimes conservadores e dos esforços empreendidos para restaurar as instituições herdadas do Antigo Regime. O conceito tornou-se, dessa maneira, fundamental para a compreensão do pensamento e das relações políticas da época.

O princípio de legitimidade confronta-se com o pensamento revolucionário, para o qual o passado deve ser reexaminado, pois o antigo pode tornar-se ultrapassado e antiquado. Para o pensamento revolucionário, a ordem tradicional pode ser desfeita a qualquer momento pelo povo, cuja vontade soberana é a única capaz de conferir legitimidade a um governo e a quem caberia substituir uma ordem tradicional por uma nova, mas racional e de acordo com sua vontade.

Confrontam-se, dessa maneira, dois sistemas de valores, duas filosofias: uma orientada pela tradição e pelo respeito à história, buscando restaurar as institui-



ções do Antigo Regime, e outra voltada para a defesa da vontade soberana da nação, sustentada por princípios revolucionários e procurando estabelecer uma nova ordem social e política.

- **Sentido contrarrevolucionário:** Uma terceira característica a ser destacada com relação à restauração diz respeito ao sentido contrarrevolucionário que comporta.

Compreendida como uma contrarrevolução, a restauração implicaria o retorno à antiga ordem, ou seja, ao Antigo Regime e uma tentativa de deter os valores e princípios estabelecidos pela Revolução Francesa. Dessa maneira, não se limitava à pessoa do soberano ou a uma dinastia, mas sim se estendia por todos os aspectos da vida em sociedade. Confrontava-se, assim, com a herança da Revolução Francesa, cujas memórias e conquistas, procurava vencer e apagar. Como contrarrevolução, a restauração monárquica moveu-se no sentido oposto aos dos princípios de 1789. Em 1815, a restauração representava a vitória dos monarcas europeus e a busca do restabelecimento de sua autoridade e das instituições do Antigo Regime.

3. A restauração não é completa

O movimento de restauração monárquica, no entanto, não era integral e não restabeleceu por completo a ordem anterior a 1789. Por que isso aconteceu?

Para Rémond, a restauração não se efetivou completamente devido às novas condições políticas e sociais presentes em 1815. O autor destaca quatro pontos principais dessa nova realidade, fruto do impacto das transformações promovidas pela Revolução Francesa.

1º) **Modificações territoriais:** nem todos os monarcas foram restabelecidos aos seus tronos em função das grandes transformações territoriais que redesenharam o mapa político da Europa depois do Congresso de Viena. Isso indica que as mudanças levadas a cabo pela Revolução Francesa foram bem-sucedidas. O número de estados europeus diminuiu e muitos foram reagrupados, constituindo-se como estados multinacionais, levando ao que Rémond define como racionalização ou simplificação do mapa político da Europa. Exemplo desse fato foi a Confederação Germânica, que substituiu o Sacro Império Romano-Germânico, constituída por 39 estados, sob hegemonia da Áustria.



Os estados vitoriosos da guerra contra Napoleão foram os que mais se beneficiaram territorialmente. A Grã-Bretanha se expandiu para fora da Europa, se estabelecendo em pontos estratégicos de acesso à Índia e às Antilhas, e no Mediterrâneo. A Rússia, Prússia e Áustria tiveram seus territórios ampliados dentro do próprio continente.

A Rússia, por exemplo, anexou territórios da Polônia, incorporou a Finlândia (1809) e a Bessarábia (1812). Dessa maneira, deslocou-se para oeste e, nesse processo, sua população cresceu. A Prússia expandiu-se para oeste, à margem esquerda do rio Reno, incorporando territórios da região do Saxe, ampliando-se e dobrando o tamanho de seu território. A Áustria, por sua vez, embora tenha perdido os Países Baixos (Bélgica), incorporou a região Lombardo Veneziana na Itália e manteve a hegemonia sob a Itália e a Alemanha.

Como afirma Rémond, há uma profunda modificação do mapa político europeu, implicando outra realidade que não a restauração dos estados e dos soberanos às condições anteriores a 1789. Isso significa dizer que havia uma profunda transformação em curso na sociedade europeia de começos do século XIX, que não havia como detê-la ou fazê-la retroagir, simplesmente impondo-lhe a restauração de uma ordem política e social anterior.



2º) **Modificações institucionais:** Além das territoriais, o segundo aspecto a ser destacado diz respeito às modificações institucionais, cujas transformações também foram profundas. Sobre esse aspecto, a restauração não devolveu aos soberanos europeus o *status* de monarcas absolutistas, com base no direito divino como formulado por pensadores antes da Revolução. Dentre todos os casos, a França é o mais exemplar dessa nova circunstância. Luís XVIII, vislumbrando a impossibilidade de retornar completamente ao Antigo Regime, outorgou a seus súditos uma Carta Constitucional, na qual fez concessões significativas às experiências e aspirações do povo francês.

A existência de uma Carta Constitucional, por si mesma, já era significativa, pois o Antigo Regime distinguir-se-ia pela ausência de Constituição. Com a Carta Constitucional passou a existir uma regra, aos modos de uma Constituição de fato, que estabeleceu uma espécie de contrato entre o soberano restaurado e a nação.

A Carta Constitucional outorgada por Luís XVIII previa instituições representativas, uma câmara eletiva associada ao poder legislativo, passando a votar o orçamento, em aplicação ao princípio da necessidade de consentimento por parte dos representantes da nação ao que se decidia. Para Rémond, essa questão significava a vitória das aspirações dos Estados Gerais, décadas depois do início da Revolução.

Além disso, a Carta Constitucional reconhecia um conjunto de liberdades, também anteriormente proclamadas pela Revolução: liberdade de opinião, de culto, de imprensa. Todas essas “liberdades” fazem parte de um programa liberal, ou seja, de um conjunto de princípios e valores defendidos pelo liberalismo político.

Entre 1814-1815, além da França, outros estados europeus adotaram textos constitucionais, quase todos outorgados pelo soberano, como é o caso do Reino dos Países Baixos e da Noruega.

Sob o aparente retorno ao Antigo Regime e disfarce de uma restauração, existiam novas condições e nova realidade, à qual os monarcas se adaptaram ou seguiram o curso das mudanças e cedem às reivindicações liberais de um texto constitucional, o que na prática implicava não apenas limitação ao seu poder, mas também o reconhecimento da soberania nacional.

3º) **Manutenção do aparelho administrativo:** Outra questão a ser considerada está relacionada à manutenção do aparelho administrativo. A organização administrativa, herdada da Revolução e do período napoleônico, foi um ganho do qual nenhum soberano abriu mão, mesmo em nome de princípios contrarrevolucionários, em virtude dos benefícios de uma eficácia garantida por uma administração uniforme, racionalizada e hierarquizada.

4º) **Transformações sociais:** Por fim, um último aspecto a ser destacado corresponde às transformações sociais em curso. Para Rémond, elas confirmavam que a restauração não era completa, pois era possível identificar por toda parte o impacto da Revolução Francesa sobre a sociedade, abalando suas estruturas e legando-lhe novos valores e princípios. Entre outros aspectos, as liberdades civis eram reconhecidas, a servidão abolida, os privilégios suprimidos e a **mão-morta** da Igreja desaparecida.

Mão-morta: Condição legal de inalienabilidade de bens (aqueles, por exemplo, que pertencem a entidades como hospitais, instituições religiosas, etc.). Dicionário Digital Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.auletedigital.com.br/download.html>

Além disso, para boa parte da Europa, o acesso aos cargos públicos e administrativos passara a ser regido pelo princípio da igualdade civil perante as leis e a justiça. Isso queria dizer que todos os indivíduos tinham direitos iguais, independentemente das condições de nascimento, de riqueza e de crenças religiosas. Tradição em alguns estados europeus, as interdições à aquisição de terras por



parte da burguesia também foram abolidas.

Dentre todos os grupos, a burguesia seria a classe mais beneficiada por essas transformações sociais, permitindo que se passasse de uma sociedade aristocrática para uma sociedade burguesa.

Por fim, argumenta Rémond que essas transformações e seu enraizamento na então nova sociedade emergente possibilitaram a aproximação entre os países nos quais elas se desenrolavam, estabelecendo um traço comum no interior da Europa Ocidental, por meio da existência de instituições comuns. No entanto, as diferenças entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental, não “tocada pelas transformações revolucionárias” se ampliaram.

3. Um equilíbrio precário



Em meio a tantas transformações e diante de uma nova sociedade, a restauração não poderia restabelecer de fato a antiga ordem. A busca de direitos políticos, a defesa de direitos civis, o questionamento de privilégios sociais impediam a volta a uma época anterior. Desse modo, o impasse seria resolvido pela adoção de uma “solução de compromisso”, ou seja, o estabelecimento de conciliação e a busca de uma saída intermediária.

Assim, sob a aparência de uma restauração, havia o reconhecimento e a incorporação de parte da obra da Revolução Francesa, embora isso não fosse confessado abertamente.

No entanto, compreendida como uma “solução conciliatória”, seria também instável e precária, pois estava sujeita à confrontação de seus opositores e aos “ataques de duas facções extremas”: **dos ultras e dos liberais**.

Por “ultras”, Rémond denomina “ultrarrealistas” o grupo político de defensores do absolutismo e tinham como finalidade restabelecer uma restauração integral e se recusavam a aceitar os resultados da Revolução Francesa. Na França, essa posição seria expressa no programa adotado pela Câmara dos Deputados, reconhecida por “Câmara *introuvable*” (Câmara Inalcançável), eleita em 1815, cuja denominação foi cunhada por Luís XVIII.

Os “ultrarrealistas” não existiriam apenas na França, mas por toda a Europa, porque em 1815 subsistiria ainda uma sociedade de Antigo Regime, caracterizada por uma aristocracia proprietária e por uma classe de camponeses servis e subservientes; uma sociedade ainda regida por padrões e valores da antiga ordem e que não haviam sido completamente abolidos pela Revolução Francesa, cujo objetivo era o restabelecimento do Antigo Regime. Tais princípios orientariam e seria a base do programa da **Santa Aliança**.

A Santa Aliança foi um pacto militar firmado entre as grandes potências europeias durante o Congresso de Viena, cuja finalidade era a repressão aos movimentos liberais que colocassem em risco a política de restauração, o princípio de legitimidade e a estabilidade europeia.

Em outro extremo estariam os “liberais”, defensores dos resultados da Revolução e que queriam levar as transformações até as últimas consequências e, por esse fato, rejeitavam os tratados estabelecidos em 1815. Para esse grupo, as ideias revolucionárias não estavam mortas e sua herança, sob o impacto das transformações nas instituições e da emancipação nacional, continuava viva. Guiados pelo lema da liberdade, contrapunham-se à “Santa Aliança dos reis” e propunham uma “Santa Aliança dos povos”, que aos poucos permitiu o estabelecimento de solidariedade internacional, independentemente de nacionalidades,



entre jacobinos ou liberais de todos os países, que passaram a reagir contra a restauração.

Em 1815, conclui Rémond, a nova realidade estabelecida caracterizava-se no plano das instituições pelo compromisso estabelecido, e no campo das forças, pelo antagonismo entre os ultras e os liberais, descontentes com a situação. O confronto entre essas duas forças levaria às agitações revolucionárias que sacudiriam a Europa entre 1815-1848.

Bibliografia Complementar

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 (Capítulo 4: A Guerra e Capítulo 5: A paz).

FURET, François. **A Revolução em debate**. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

BERGERON, Louis; FURET, François; KOSELLECK, Reinhart. **La época de las revoluciones europeas, 1780-1848**. Historia Universal Siglo XXI, vol. 26. México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Críticos da Revolução Francesa: conservadores tradicionalistas e contrarrevolucionários. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 343-367. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6569>

As revoluções europeias do século XIX

Texto base: OBSBAWM, Eric. As revoluções. In: **A Era das Revoluções: Europa – 1789-1848**. 24.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 159-188.

1. Apresentação do texto

No capítulo *As revoluções*, o historiador Eric Hobsbawm põe em questão o debate acerca das revoluções ocorridas na primeira metade do século XIX, entendendo que houve no período três ondas revolucionárias. Nesse sentido, periodiza e contextualiza cada uma das ondas e apresenta suas características. Partindo de uma abordagem estrutural ou compreendendo o movimento revolucionário como um processo de longa duração, as revoluções são apresentadas como parte de movimento mais amplo e geral que levaria à derrocada completa do Antigo Regime na Europa. Ponto central do texto está na análise do que confere singularidade a essas revoluções, as condições sociais e políticas, seus atores políticos e as diferenças nacionais/regiões.

2. As três ondas revolucionárias

O período posterior a 1815 seria marcado pela preocupação em se evitar uma segunda Revolução Francesa ou - situação ainda mais grave - uma revolução europeia generalizada, que a tivesse como paradigma.

No entanto, como em nenhum outro momento da história europeia, o “revolucionarismo” tornava-se “endêmico”, ou seja, não se restringia a uma região europeia apenas, mas tornava-se característica de todo o continente e de outras regiões do mundo.

a) Difundindo-se e generalizando-se pela Europa, as revoluções da primeira metade do século XIX, poderiam agrupar-se em três ondas, ou movimentos, a partir de certa unidade de elementos. **Ao período de 1820-1824 corresponderia à primeira onda revolucionária**, que se concentrou ao Mediterrâneo, com a Espanha (1820), Nápoles (1820) e Grécia (1821), como seus epicentros. Fora da Europa, a principal repercussão corresponde ao movimento de emancipação das colônias espanholas.

b) A **segunda onda revolucionária ocorreria entre 1829-1830**, atingindo toda Europa Ocidental. A derrubada da dinastia Bourbon na França suscitaria uma série de **insurreições**, em prol da independência de países europeus ou de reformas políticas. Fora do continente europeu, essa onda revolucionária atingiu os Estados Unidos, por meio das reformas empreendidas pelo presidente Andrew Jackson (1829-1837).

O termo **insurreição** corresponde à ação de insurgir-se contra a ordem estabelecida. Compreende os movimentos como rebeliões, revoltas, sublevações. Dicionário Digital Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.auletedigital.com.br/download.html>



Os movimentos revolucionários de 1830 caracterizar-se-iam por acontecimentos mais sérios que os da década de 1820 e corresponderiam à derrota da aristocracia frente ao poder burguês na Europa. Marcaria, então, a ascensão da “grande burguesia” ao poder. Por toda Europa, o sistema político assinalar-se-ia pelo estabelecimento de instituições liberais, fundamentadas por uma monarquia constitucional, mas ainda reguladas por restrições eleitorais. Nos Estados Unidos, por outro lado, as reformas *jacksonianas* levariam à ampliação do voto, que passam a incluir significativas parcelas da população antes excluídas.


O ano de 1830 foi um marco ainda devido à emergência da classe operária como uma força política na Inglaterra e na França e o surgimento de movimentos nacionalistas em diversos países europeus. Essas mudanças políticas corresponderam a grandes transformações no desenvolvimento social e econômico, tais como: na industrialização e na urbanização, nos processos migratórios, nas artes e na ideologia. Na Grã-Bretanha e na França, esse ano marcou o início das décadas de crise no desenvolvimento da nova sociedade que se concluiria com a derrota das revoluções de 1848 e com o salto de crescimento econômico a partir da década de 1850.

c) A terceira onda revolucionária corresponde aos eventos de 1848 e foi resultado da crise iniciada na década anterior. De forma quase simultânea, a revolução ocorreu na França, em toda Itália, nos estados alemães, na maior parte do império Habsburgo e na Suíça. De maneira menos crítica, a revolução se estendeu à Espanha, à Dinamarca e à Romênia. De maneira esporádica, na Irlanda, na Grécia e na Grã-Bretanha. Os eventos de 1848 ganharam grande proporção e extensão pela Europa, assemelhando-se a uma “primavera dos povos” de todo o continente.

3. As correntes de oposição política

Para Hobsbawm, um ponto a se destacar sobre as revoluções do século XIX é que, diferentemente daquelas ocorridas no final do século XVIII, eram agora todas intencionais ou planejadas. A Revolução Francesa legaria às gerações futuras um conjunto de modelos e de padrões de sublevação política, que se tornaria prática entre os revoltosos ou rebeldes de diversas partes do mundo.

Isso não significaria afirmar que as revoluções de 1815-1830 eram obra de agitadores, mas, antes, que as revoluções aconteceram devido à inadequação dos sistemas políticos estabelecidos na Europa, ou seja, as restaurações monárquicas levadas a cabo não correspondiam às mudanças sociais em curso e às condições políticas europeias.



Além disso, os descontentamentos econômicos e sociais tornaram-se tão graves que as manifestações de insatisfação eram inevitáveis. Os modelos políticos constituídos pela Revolução Francesa ofereceram ao descontentamento geral um objetivo específico e possibilitaram à intranquilidade se transformar em revolução: principalmente, permitiriam unir toda a Europa em um único movimento de subversão.

Diversos modelos, mas todos provenientes da experiência revolucionária francesa entre 1789 e 1797, estavam à disposição. Esses modelos de ação ou prática política correspondiam, de modo geral, às três principais correntes de oposição após 1815: **o liberal moderado**, cujos membros eram oriundos da classe média superior e à aristocracia liberal; **o democrata radical**, ligado aos setores da classe média inferior, parte de novos industriais, intelectuais e pequena nobreza descontente, e **o socialista**, constituído por “trabalhadores pobres” ou ligado às classes operárias industriais.



a) O modelo para a primeira tendência era a **Revolução de 1789-1791**, cujo ideal político era a monarquia constitucional pautado por um sistema parlamentar de qualificação por propriedade, que a Constituição francesa de 1791 introduziu e tornar-se-ia o tipo padrão de constituição na França, na Grã-Bretanha e na Bélgica após 1830-1832.

b) A segunda tendência inspirar-se-ia na **Revolução de 1792-1793**, cujo ideal político era a república democrática e a constituição jacobina de 1793. No entanto, os grupos que defendiam a democracia radical eram bastante heterogêneos, dificultando uma caracterização, embora o jacobinismo da Constituição de 1793 fosse o que os melhor representasse.

c) A terceira tendência seguiu o modelo da revolução do ano II e as insurreições **pós-termidorianas**, especialmente a Constituição dos Iguais de Babeuf, primeiro movimento de jacobinos radicais e de primeiros comunistas, que marcaria o nascimento da tradição política comunista.

O termo **pós-termidoriano** diz respeito aos acontecimentos de 9 de Termidor do ano II da Revolução Francesa (correspondente ao décimo primeiro mês do Calendário Revolucionário Francês, que esteve em vigor na França desde 22 de setembro de 1792), que derrubaram Robespierre e acabaram com o Terror: Reação termidoriana; partido termidoriano. F. Termidor. Dicionário Digital Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.auletedigital.com.br/download.html>



Sobre **François Noël Gracchus Babeuf**, veja: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GracoBeb.html> e também *Manifesto dos Iguais* em: <http://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm>

Para os governos absolutistas, esses movimentos significavam a subversão da estabilidade e da ordem. No entanto, de acordo com Hobsbawm, os movimentos de oposição pouco tinham em comum, além da aversão aos regimes estabelecidos em 1815 e à tradicional oposição, presente em todos que se oponham por qualquer razão, a monarquia absoluta, à Igreja e à aristocracia. No entanto, o período de 1815 a 1848 seria marcado pela desintegração dessa frente unida de oposição.

4. As condições políticas, sociais e locais da revolução

Entre 1815-1830, período que corresponde à Restauração, a reação ao regime político em curso estabelecia um elo comum a todos os grupos descontentes - as diferenças entre eles ficavam encobertas. Além disso, não haveria ainda socialistas ou revolucionários conscientes da classe operária na política, salvo na Grã-Bretanha, onde uma tendência proletária independente na política e na ideologia havia surgido sob a bandeira do "cooperativismo" de Robert Owen, aproximadamente em 1830.

Fora da Grã-Bretanha, a maioria dos descontentamentos de massa ainda não comportava um sentido político ou portavam mais um sentido legitimista e clerical e expressavam as insatisfações contra a nova sociedade, que nada parecia trazer de bom. Dessa forma, no continente europeu a oposição política ainda estava limitada a pequenos grupos constituídos por pessoas ricas e cultas.





As camadas pobres da população inseridas na esquerda aceitavam os lemas revolucionários clássicos, com certa tendência mais à corrente radical-democrata do que à moderada, mas ainda assim suas manifestações ostentavam não mais que um tom de desafio. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a classe trabalhadora se reunia em torno de reivindicações por uma simples reforma parlamentar como contida nos *Seis Pontos* da *Carta do Povo* (1838).

Um ponto a ser ressaltado, contudo, é o de que diferentemente de um momento anterior, durante a Restauração, os trabalhadores radicais optavam por ouvir as novas propostas proferidas por homens que falavam em sua própria linguagem, como Orator Hunt, William Cobbett, Thomas Paine.

Nesse sentido, diferenças sociais e nacionais dividiam significativamente os grupos de oposição europeus em campos opostos. Com exceção da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, onde uma forma regular de política de massa estava estabelecida, na Europa, as perspectivas políticas eram semelhantes para os opositoristas e os métodos para se alcançar a revolução eram parecidos. Os revolucionários europeus acreditavam agir em benefício da “vasta e inerte massa do povo ignorante e iludido” contra um inimigo comum: a união dos príncipes absolutistas sob a liderança do **czar**.

Em 1815, por sugestão do **czar Alexandre I**, formou-se a Santa Aliança: um exército formado por tropas da Áustria, Prússia e Rússia.

Os revolucionários concebiam, dessa maneira, a revolução como algo unificado e indivisível, como um fenômeno europeu, e não simplesmente como um conjunto de libertações nacionais e locais e tendiam a adotar o mesmo tipo de organização revolucionária ou a mesma organização: a “secreta irmandade insurrecional”.

Essas irmandades, oriundas ou copiadas dos modelos maçônicos, ganharam projeção ao final do período napoleônico. As mais conhecidas eram os “bons primos” ou *carbonari*, que chegando ao auge em 1820-1821, mas forma praticamente todas destruídas por volta de 1823. No entanto, o *carbonarismo* permaneceria como principal forma de organização revolucionária. Sob o ponto de vista da ideologia, os *carbonari* eram bastante diversos, embora se mantivessem unidos pela oposição à restauração monárquica. Contudo, os grupos mais radicais, como jacobinos e babovistas de esquerda, exerciam significativa influência nas irmandades. Entre todos, se destacaria a figura de Filippo Buonarroti.



Sobre Filippo Buonarroti, veja: <http://www.centrofilippobuonarroti.com/>

Entre 1820-1821, uma onda de insurreições de tipo carbonário ocorreu pela Europa. Na França, tais insurreições não encontraram as condições políticas para uma revolução e os conspiradores franceses não tinham acesso a algum meio que as impulsionasse, como um exército descontente. As insurreições foram bem-sucedidas, embora temporariamente, em alguns estados italianos e na Espanha, que adotaram o **“pronunciamento militar”**. Entre as revoluções da década de 1820, apenas a revolução grega de 1821, a favor da independência da Grécia contra o domínio otomano, seria bem-sucedida por mobilizar o povo.

O **“pronunciamento militar”** correspondeu a uma sublevação ou revolta, conduzidas normalmente por militares contra o poder instituído. Os pronunciamentos foram procedimentos típicos das revoluções liberais do século XIX, como a Revolução do Porto, em 1820, em Portugal.



4.1. Mudanças a partir de 1830

As revoluções de 1830, em decorrência de uma profunda crise econômica e social e de um contexto de rápidas transformações, imporiam mudanças significativas.



Dois aspectos devem ser observados, como desdobramentos desse novo contexto: primeiro, que a política de massa e a revolução de massa, com inspiração em 1789, tornaram-se novamente possíveis, e segundo, com o desenvolvimento do capitalismo, “o povo” e os “trabalhadores pobres”, que constituíam o novo proletariado industrial, passaram a ser identificados como “a classe operária”.

Dessa maneira, temos a emergência da classe trabalhadora à cena política e o surgimento de um movimento revolucionário proletário-socialista.

As revoluções de 1830 introduziriam **duas outras modificações na política de esquerda**: separariam os moderados dos radicais e criariam uma nova situação internacional. No entanto, essas modificações implicaram não apenas a divisão do movimento em diferentes segmentos sociais, mas também estabeleceram divisões nacionais.

Internacionalmente, as revoluções dividiram a Europa em duas grandes regiões. A oeste do Reno, que corresponderia aproximadamente à Europa Ocidental, as revoluções levaram ao fim a restauração monárquica e o domínio das potências reunidas em torno da Santa Aliança. Na França, na Grã-Bretanha e na Bélgica, o liberalismo moderado triunfaria. Em outras regiões, haveria certa dificuldade e a política oscilaria entre a vitória liberal e a recuperação conservadora.

A leste do Reno, que corresponderia aproximadamente à Europa Oriental, a situação permaneceria como antes de 1830, porque todas as revoluções seriam eliminadas. As revoluções italiana e alemã seriam sufocadas pelos austríacos ou com ajuda deles, e a polonesa pelos russos. Nessa região, o problema nacional era um ponto chave a ser resolvido.

Apesar das diferenças, havia muitos pontos em comum entre os revolucionários dessas regiões, como demonstraria as revoluções de 1848, ocorridas em vários pontos das duas regiões. Por outro lado, surgiria uma distinção entre as nações em função do envolvimento revolucionário. Grã-Bretanha e Bélgica parariam de seguir o ritmo revolucionário geral, enquanto Espanha, Portugal e, em menor grau, a Suíça, permaneciam envolvidas em guerras civis e o restante da Europa dividia-se entre nações ativamente “revolucionárias” e outras mais passivas.

Essas diferenças expressariam o ritmo de desenvolvimento e as condições sociais distintas de cada país - situação que se tornaria mais evidente a partir das décadas de 1830 e 1840, repercutindo decisivamente na esfera política. Para Hobsbawm, isso significa dizer que as mudanças na esfera econômica repercutiam nas decisões políticas. Exemplo disso seria que a “avançada industrialização na Grã-Bretanha mudou o ritmo da política britânica” (HOBSBAWM, 2009, p. 171).

4.2. As diferenças entre os revolucionários e a aspiração nacionalista

Embora a revolução colocasse em foco questões semelhantes a todos os países, tanto a leste quanto a oeste da Europa, esses problemas não eram do mesmo tipo, em particular; tendiam a provocar uma grande tensão entre os grupos moderados e radicais. Na Europa Ocidental, os liberal-moderados afastaram-se da frente de oposição à Restauração e passariam a assumir o governo ou um governo em potencial. Além disso, observa Hobsbawm, após chegarem ao poder com apoio dos radicais, rapidamente os hostilizava. Os liberais tenderam a frear o ímpeto reformista e eliminar a esquerda radical, particularmente os revolucionários da classe operária.



Os radicais, os republicanos e os novos movimentos operários, dessa maneira, romperiam com os liberais. Os moderados, por outro lado, quando ainda faziam parte da oposição, se atemorizavam com o lema da esquerda de “república social e democrática”.

No restante da Europa, nenhuma revolução obtivera sucesso. A divisão entre moderados e radicais, bem como o surgimento de uma nova tendência social-revolucionária surgia em decorrência do fracasso e das possibilidades de vitória. Os moderados mantinham expectativas com relação ao reformismo de governos de países influentes e o apoio diplomático das novas potências liberais. Os radicais, por outro lado, se ressentiam da incapacidade francesa de desempenhar o papel de libertadores internacionais. Esse desapontamento, juntamente com o crescente nacionalismo e a consciência das diferenças, fazia ruir o internacionalismo unificado que os revolucionários haviam desejado durante a Restauração.

Ganhou impulso uma reação nacionalista contra o internacionalismo do período carbonário, centrado na França. Dessa reação anticarbonária, surgiram diversas conspirações nacionais, como “Jovem Itália”, “Jovem Alemanha”, “Jovem Polônia”, reunidas sob a denominação de “Jovem Europa”. Ocorreu uma descentralização do movimento revolucionário e, em 1848, as nações conduziram, separada e simultaneamente, suas revoluções. No entanto, a inspiração para uma revolução simultânea ainda veio da França e a resistência francesa em cumprir um papel de liderança levaria a ruína as revoluções de 1848.

Os radicais romperiam com os moderados e rejeitariam a confiança depositada por esses em príncipes e potências, defendendo que os povos deveriam estar prontos para alcançar a liberdade por si mesmos, pois ninguém faria isso por eles. E a estratégia adotada deveria ser a ação direta, ou seja, a revolução. Para Hobsbawm, a determinação dos radicais em tomar o poder sem ou contra as forças estabelecidas colocava um novo problema a dividir o próprio grupo: “Estariam eles preparados para fazê-lo ao preço da revolução social?” (HOBSBAWM, 2009, p. 174).

5. A emergência dos trabalhadores a cena política – o temor das massas

A condução da revolução social por parte dos radicais era uma questão que repercutia por toda parte causando convulsão, com exceção dos Estados Unidos, onde não mais tomava ou evitava a decisão de mobilizar o povo para a política. Mas a revolução nos moldes europeus não era uma preocupação nesse país.

Também na América Latina o tema da revolução social causava grande repercussão, pois não haveria a intenção da mobilização do povo, isto significava a mobilização de índios, escravos, pequenos agricultores, trabalhadores das cidades, etc. Por outro lado, na Europa, a revolução social dos pobres era uma possibilidade bastante presente e, nas regiões agrárias, a perspectiva se era conveniente instigar ou não as massas tornava-se ponto de debate.

O descontentamento dos pobres se manifestava por toda Europa Ocidental, da mesma forma que uma insatisfação nos meios urbanos. Um movimento socialista e proletário progredia na Grã-Bretanha e na França. Na Grã-Bretanha, o movimento de massa dos trabalhadores surgiria por volta de 1830, com “cooperativismo” liderado por Owen, reunindo militantes das classes operárias e com objetivo de criar sindicatos gerais nacionais dessa classe aos movimentos a favor da Carta do Povo, cujo auge ocorreu em 1839-1842, mas repercutiria até depois de 1848.

Na França, não havia nenhum movimento de massa dos trabalhadores pobres das indústrias comparáveis aos da Grã-Bretanha. Os militantes dos movimentos da classe operária francesa entre 1830-1848 eram artesãos e diaristas urbanos, que trabalhavam em seus ofícios e habitavam em cidades de indústria domésticas tradicionais.



Além disso, as diferentes tendências do socialismo utópico não se voltavam para a agitação política, embora alguns grupos, como os liderados por Fourier, se tornassem núcleos de liderança da classe operária e mobilizadores da ação de massa em começos da revolução de 1848. É preciso ainda considerar que a França apresentava uma forte tradição jacobina e babovista, politicamente desenvolvida e que, em grande parte, se direcionaria ao comunismo após 1830, sendo seu líder mais influente **Louis Auguste Blanqui**.



Sobre **Louis Auguste Blanqui**, veja: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/LouAugBl.html> e também http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/37/blanqui.htm



A classe operária, o socialismo e a revolução urbana alçavam-se à categoria de perigos reais na Europa Ocidental, embora esses movimentos nunca tenham, de fato, ameaçado os governos de países industrializados como a Grã-Bretanha ou a Bélgica.

A população rural, por outro lado, pouco tinha para oferecer aos revolucionários ou alarmar os governantes, com exceção de alguns tumultos e quebras de máquinas que se espalharam entre trabalhadores do campo, no Sul e Leste da Inglaterra, em finais de 1830.

A questão da revolução social dividiria os radicais da classe média (grupos de negócios, intelectuais) e outros descontentes que ainda faziam oposição aos governos moderados de 1830. Para a pequena burguesia, a questão não era tão simples e provavelmente constituía o grosso do radicalismo na Europa. Por um lado, expressavam simpatia aos pobres contra os ricos, por outro, como pequenos proprietários, aproximavam-se dos ricos. Essa divisão levá-los-ia à hesitação e à dúvida com relação a uma grande mudança de compromisso político. No entanto, foram peças fundamentais de todas as frentes populares nos movimentos revolucionários.

6. As massas camponesas e o radicalismo político

Em outras partes da Europa revolucionária, nas quais o centro do radicalismo era constituído pela baixa nobreza rural e por intelectuais descontentes, o problema seria mais sério, pois as massas eram o campesinato, que pertenceria a uma nação diferente da de seus senhores e compatriotas, pois habitavam regiões formadas por estados multinacionais ou por diversos estados. Um componente nacionalista fazia parte do universo político da pequena nobreza, tornando-os ainda mais radicais.

Enquanto as massas camponesas permaneciam na ignorância e na passividade política, a questão do apoio às revoluções era uma situação menos imediata. Para Hobsbawm, a questão era até certo ponto também retórica, pois economicamente a modernização de vastas áreas do interior da Europa Oriental demandava uma reforma agrária ou, pelo menos, a abolição da servidão que ainda existia nos impérios austríacos, russo e turco. Politicamente, quando o campesinato alcançasse certo grau de mobilização, seria preciso satisfazer algumas de suas exigências, particularmente nos locais em que os revolucionários lutavam contra o domínio estrangeiro.

No entanto, reis, imperadores e a igreja levavam vantagem sobre os grupos radicais, constituídos pelos senhores de terra, pois os camponeses expressavam mais confiança a eles. Nesse sentido, argumenta Hobsbawm, a questão considerada pelos radicais dos países menos desenvolvidos era se deveriam buscar uma



aliança com o campesinato, mas se conseguiriam essa aliança.

Nesses países, os radicais estavam divididos em dois grupos: os democratas e os de extrema esquerda. Os primeiros reconheciam a necessidade da aproximação com os camponeses para sua causa revolucionária, e os segundos, idealizavam a luta revolucionária de massa contra o domínio estrangeiro e o de exploradores domésticos. No entanto, os grupos radicais desses países menos avançados não conseguiram resolver seu problema. Por um lado, devido à relutância dos grupos que os apoiavam em fazer as concessões ao campesinato e, por outro lado, em função da própria imaturidade política dos camponeses.

7. Os pontos comuns presentes na esquerda europeia

Apesar das diferenças relativas às condições locais, às nacionalidades e às classes, os movimentos revolucionários mantinham elementos comuns.

1º) O primeiro aspecto a ser considerado era que **continuariam a ser organizações minoritárias de conspiradores de classe média e intelectuais**, com frequência constituída por grupos de exilados ou restrito ao mundo de letrados. Vale ressaltar que, quando a revolução eclodia, o povo comum emergia à cena.

2º) O segundo aspecto diz respeito ao **padrão comum de procedimentos políticos**, de ideias estratégicas e de táticas presentes aos movimentos revolucionários, emanadas da Revolução Francesa, e também um forte sentido de unidade internacional.

Para Hobsbawm, o primeiro aspecto se explica devido ao fato de não existir uma longa tradição de organização e de manifestação de massas como parte de uma vida social normal, com exceção dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, ou talvez da Suíça, Holanda e Escandinávia.

As organizações de esquerda legais funcionavam de maneira irregular e frequentemente eram ilegais. Essas organizações ilegais eram menores e sua composição social não era representativa. Por exemplo, a transformação das sociedades carbonárias secretas em sociedades proletárias revolucionárias, como a **blanquista**, levou a um declínio no número de membros da classe média e, por outro lado, a um aumento no número de membros da classe operária.



Sobre a corrente blanquista ou blanquismo, veja: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/blanquismo.htm>



Outra questão a ser observada é a de que, até certo ponto, a esquerda europeia e americana continuariam a lutar contra os mesmos inimigos, a compartilhar aspirações e um programa comum. No entanto, haveria um momento em que aqueles que se uniram contra o rei, a aristocracia e os privilégios se confrontariam uns contra os outros, e o conflito central seria entre burgueses e trabalhadores.

Mas, antes de 1848, esse momento ainda não havia chegado, mesmo os mais conscientes comunistas se comportavam como fazendo parte de um movimento geral radical e democrático e consideravam necessário o estabelecimento de uma república democrático-burguesa antes do avanço para o socialismo.

A esquerda europeia compartilhava também de uma perspectiva comum sobre como seria a revolução, cujo modelo era a revolução de 1789, com elementos da de 1830. Acreditavam que haveria uma crise nos negócios políticos do Estado, que levaria a uma insurreição. Na capital, seriam levantadas barricadas; os revolucionários atacariam o palácio, parlamento ou a sede da prefeitura, e hasteariam



sua bandeira tricolor e proclamariam a república e um governo provisório. O país aceitaria o novo regime; uma guarda nacional de cidadãos armados seria organizada; eleições democráticas para uma assembleia constituinte seriam feitas; o governo provisório se tornaria um governo definitivo, bem como entraria em vigor uma nova Constituição. Esse novo regime ajudaria outras revoluções que teriam também acontecido.

O que acontecia depois era relativo ao período pós-revolucionário, cujos parâmetros também foram fornecidos pelo França de 1792-1799, reconhecendo o que deveria ser feito e o que deveria ser evitado. É possível se afirmar que, quanto mais de esquerda fosse o político, é provável que ele defendesse o princípio da centralização e de um executivo forte (jacobinos) contra os princípios do federalismo, da descentralização ou divisão dos poderes (girondinos).

As aproximações entre a esquerda ocorriam desse modo, para Hobsbawm, devido à tradição de internacionalismo, presente mesmo entre os nacionalistas separatistas que se recusavam a aceitar a liderança de um país, ou seja, da França, ou ainda de Paris.



Entre os movimentos nacionalistas, o internacionalismo perdeu força à medida que os países alcançavam a independência e as relações entre os povos se tornavam menos amigáveis do que se acreditava. Por outro lado, os movimentos revolucionários que aceitavam a orientação proletária, o internacionalismo, ganharam força.

Um fator secundário que contribuiu para que o internacionalismo ganhasse força entre 1830-1848 foi o exílio. Boa parte dos militantes de esquerda foi exilada durante certo período, reunindo-se em poucas regiões de refúgio e asilo, como a França, Suíça, Grã-Bretanha e a Bélgica. O maior contingente de exilados foi o dos poloneses, seguidos pelos italianos e alemães.

Nos países onde se estabeleciam, os exilados se reuniam, discutiam, frequentavam-se e denunciavam-se uns aos outros, bem como organizavam a libertação de seus países e de outros países. Enfrentariam todos os mesmos problemas e, segundo Hobsbawm, juntos planejavam e esperavam a revolução europeia, que deveria acontecer em 1848, mas acabou fracassando.

Bibliografia complementar

BERGERON, Louis; FURET, François; KOSELLECK, Reinhart. La época de las revoluciones europeas, 1780-1848. Historia Universal Siglo XXI, vol. 26. México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.

HOBBSAWM, Eric. Conclusão: rumo a 1848. In: *A Era das Revoluções: Europa – 1789-1848*. 24.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 409-424.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Lisboa: Editorial Avante!, 1997. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>

Revolucionários


Texto base: BACZCO, Bronislaw. O Revolucionário. In: FURET, François (dir.). **O Homem Romântico**. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 225-262.

1. Apresentação do texto


Nesse capítulo, Bronislaw Baczko percorre os movimentos revolucionários europeus entre 1820-1848, procurando compreender as representações constituídas sobre a figura do revolucionário, suas ações e práticas, bem como a formulação de um imaginário social formulado a partir dessas representações e práticas sociais.

2. O conceito de revolucionário

Segundo Baczko, só recentemente a figura do “revolucionário” entrou para a cena política. A familiaridade com essa figura far-nos-ia esquecer sua modernidade, ou seja, que se trata de uma experiência política ainda nova. A difusão do termo revolucionário ao longo da história e sua vulgarização faria com que se tornasse ambíguo. O termo herdaria a ambiguidade da palavra da qual deriva: revolução, à qual acrescentaria suas próprias ambiguidades. Desse modo, diante de personagens diversos que se intitulavam “revolucionários”, seria pouco produtivo tecer considerações a esse respeito.



Parte-se, então, de uma definição sobre o termo: “são revolucionários os que inventam, pensam e organizam a própria acção política em função de um projecto de revolução ou, para dizermos de outro modo, em função da escolha de uma revolução como meio de realização do seu projecto político” (BACZKO, p. 228).



Veja nota de rodapé 1 sobre a história do termo revolução à página 228 do capítulo O Revolucionário. In: FURET, François (dir.). *O Homem Romântico*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 225-262.

Complementar a essa definição, a aplicação que Baczko faz do termo revolucionário considera ainda **uma utilização em sentido descritivo, sem julgamento de valor**. Não lhe interessa julgar ou estabelecer quem são os bons revolucionários, os maus revolucionários ou os pseudorrevolucionários. Para além da diversidade das ideologias e das motivações, interessa-lhe perscrutar a **constituição de uma “representação de revolução”, a constituição de uma “ideia-imagem” marcante, que orientaria a ação do revolucionário e suas escolhas quanto aos meios de procedimento**. Entre finais do século XVIII e XIX, o modelo de revolução como forma de transformação política e social radical com recurso à violência coletiva era dada pela Revolução Francesa.

Além disso, **a definição de revolucionário**, já indicada, **insiste sobre a modernidade dessa figura política**. Ser revolucionário implica um “modo de ser coletivo”. Tratar-se-ia conjuntamente de um modo de vida e de ação, ao mesmo tempo coletivo e de enfrentamento a outros grupos.



Trata-se de um modo de existência e de acção ao mesmo tempo colectivo e moderno, porque pressupõe a reunião dos indivíduos num grupo em função unicamente da sua escolha e na base de uma comunidade de opiniões políticas, prescindindo de origens sociais, convicções religiosas, ou outras; em oposição, portanto, à sociabilidade típica do Antigo Regime, assente no respeito da hierarquia das ordens, das pertenças religiosas, das profissões comuns (BACZKO, p. 229).

No Antigo Regime, uma **sociabilidade** semelhante àquela constituída entre os grupos revolucionários era oferecida pelas lojas maçônicas, particularmente em finais do século XVIII. **A modernidade diz respeito ainda à forma de ingresso ao meio político por parte dos membros de um grupo revolucionário.**

O conceito de **sociabilidade** implica uma interação com o outro, supõe o estabelecimento de um vínculo social e de uma ligação básica, bem como de relações sociais focadas em grupos de convivência, de uma identidade e experiência partilhada.

Para Baczko, um terceiro aspecto a ser observado é o de que a **Revolução Francesa não foi nem iniciada nem provocada por revolucionários**. Entende que os deputados reunidos na Assembleia Nacional em junho de 1789 tinham como proposta projetos de reforma, e não projetos de revolução.

Através de uma série de encadeamentos e de deslocamentos, os projectos iniciais orientam-se no sentido de uma revolução; e foi, portanto, a Revolução que, uma vez em movimento, fez de uma parte dos deputados outros tantos revolucionários (do mesmo modo que depressa transformaria em contrarrevolucionários certos conservadores) (BACZKO, p. 230).

Também é improdutivo definir a quem cabe a reivindicação quanto à invenção da revolução democrática e, por decorrência, tenha feito surgir a figura do revolucionário: se Inglaterra, se as colônias americanas ou a França. A emergência da figura do revolucionário é resultado dos processos desenvolvidos nos três eventos revolucionários. No entanto, caberia à Revolução Francesa o mérito em termos das rupturas e transformações provocadas em uma dimensão ainda não vista, a universalidade de seus princípios e a potencialidade de seus símbolos. Cabe-lhe também o mérito da invenção de modelos revolucionários que serviriam de modelos ou matrizes a outros movimentos revolucionários.

3. A herança e o legado da Revolução Francesa

Para Bronislaw Baczko,

A Revolução introduziu a prova, maciça e incontestável, de que fazer cair um regime, ainda que secular, era possível, a partir do momento em que o fez de facto cair; assim, era possível 'agir de modo revolucionário' e instituir uma nova sociedade na qual será a república a tornar-se seu símbolo (BACZKO, p. 230-231).

A Revolução tornar-se-ia símbolo de uma **vontade fundadora** que se traduziria em uma capacidade transformadora ("de realizar o impossível), articulada a partir de princípios universais. Nesse sentido, como ressalta Baczko, não dizia respeito a "uma revolução", "de um acontecimento histórico entre muitos, mas da revolução", que se constituiria como uma unidade e uma referência permanente.

Vontade fundadora: De instituição do exercício do poder político e do estabelecimento de uma experiência histórica nova.



Por outro lado, junto à força dessa representação se estabeleceria também a imagem de uma revolução interrompida ou mesmo traída. O ponto de desarticulação, embora visto sob pontos de vistas distintos, estava ligado às orientações políticas: o terror e o massacre dos Girondinos, o Termidor e a reação que se segue, ou ainda o golpe do 18 Brumário. Independentemente dessas diferenças, a questão principal diz respeito à convicção de que a Revolução não havia realizado suas promessas e, por ter sido brutalmente interrompida, não efetivara suas transformações até o fim. Dessa maneira, seria preciso refazê-la ou completá-la.

A Revolução era assim portadora das imagens de seus mártires, daqueles que por ela haviam sacrificado as suas jovens vidas e cuja morte a Revolução sublimava. Desse modo, era um incitamento ao retomar da obra inacabada, realizando então as esperanças da Humanidade. A sublimação do revolucionário, dos seus actos e do seu fim, contribuía de igual modo para purificar a violência revolucionária, para exorcizar as recordações do Terror, para evitar a contaminação da imagem do revolucionário pela do terrorista (BACZKO, p. 231).

A Revolução transmitiria ao **imaginário social** “uma memória e uma promessa, um mito e uma utopia, uma linguagem simbólica e uma escatologia, uma religião”. Para Baczko, estaria presente um “efeito mimético”, por meio do qual os revolucionários imitavam as figuras heroicas da Revolução. A política apresentava-se como palco de um teatro histórico no qual se desenrolava o drama da liberdade. Surgia desde exemplos individuais a modelo de um homem novo e regenerado, que a ideia revolucionária ajudava a difundir, alçando-se à condição de símbolo e de modelo formador, como a representação do homem revolucionário (Saint-Just).



Sobre **Louis Antoine Léon de Saint-Just**, veja : <http://educacao.uol.com.br/biografias/louis-antoine-leon-de-saint-just.jhtm>

No século XIX, a retórica revolucionária se difundiria por meio de escritores e historiadores, que contribuíram para fabricar a “lenda da Revolução”, apresentada como uma epopeia, e seus autores como heróis - indivíduos tão singulares como a época que viviam. Exemplo disso seria a obra *Histoire des Girondins* (História dos Girondinos), de Lamartine, publicado em 1847.

Para uma geração de autores, como Lamartine, mito e memória ganhavam destaque, especialmente quando se considera que a “primeira estirpe de revolucionários” não transmitira diretamente o legado da Revolução aos jovens revolucionários do século XIX. Era possível encontrar sobreviventes da Convenção no período da Restauração, mas muitos foram exilados, devido ao apoio a Napoleão. Denominados por regicidas, formavam um grupo heterogêneo e diverso, que pouco tinha em comum. Com frequência eram confrontados com seu passado, embora desejassem esquecê-lo. No entanto, paradoxalmente constituíam a memória viva da Revolução.

4. Sociedades secretas e barricadas

Durante o período da Restauração e da Monarquia de Julho, os jovens nascidos em finais do século XVIII ou na primeira metade do século XIX, particularmente os que se alistaram em sociedades secretas, podiam conviver com remanescentes da “primeira estirpe de revolucionários”.

No entanto, com o decorrer do tempo, esses testemunhos tornavam-se mais raros e os livros adquiriam maior significado na transmissão da tradição revolu-



cionária. “A Revolução deixava pouco a pouco de ser uma tradição viva para se tornar história” (BACZKO, p. 236). A Revolução se reconstituía por meio de uma literatura histórica de relevância crescente, que incorporava memórias políticas que se confrontavam, nas quais o personagem principal era Napoleão. Essa literatura permitia legitimações de tendências revolucionárias e, sobretudo, associava à história o ideal e a ação revolucionários, tornando-os produtos da “força das coisas”, ou seja, a ideia de uma inevitabilidade da Revolução.

“A Revolução tornava-se assim ‘um passado utilizável’ em particular para contestar a ‘dinastia estrangeira’ e a tradição de que a Restauração se reclamava” (BACZKO, p. 236). Exemplos dessas grandes histórias da Revolução são as escritas por Thiers (1823-1828) e Mignet (1824).

Baczko indaga se essa “força das coisas” teria deixado de agir com a restauração dos Bourbons ou, se “sondando o presente”, seria possível ainda identificar essa força e a restauração não passaria de um obstáculo que poderia ser removido.



As memórias e as recordações escritas por atores da Revolução ajudavam a manter vivo esse passado heroico. Os livros acentuavam que a Restauração nada mais era do que uma “desforra das forças do passado sobre a França que representava o futuro” (BACZKO, *ibidem*) e a República não era um sonho.

Em 1829, seria publicada *Conspiration pour l'Égalité dite de Babeuf* (*Conspiração pela Igualdade, dita de Babeuf*), de Filippo Buonarroti, que se tornaria obra importante na formação de revolucionários. A obra ganhou grande repercussão, especialmente pelo fato de seu autor ter sido um ex-membro da **Conspiração dos Iguais**.

Além disso, Buonarroti inspirava os revolucionários franceses, sendo considerado um guia, um mestre em questões de conspirações. Sua obra não se referia apenas ao passado, mas sinalizava para o futuro e provocava à ação. Sobretudo, fazia um apelo à forma de organização de tipo carbonária, ou seja, da sociedade secreta.

No período entre 1815-1848, as sociedades secretas tornaram-se um fenômeno internacional, difundindo-se na França, nos estados italianos, na Rússia, na Áustria, na Polônia e nos estados alemães. A principal referência ocorreu em torno da difusão do carbonarismo, que se constituía na principal sociedade secreta, com uma organização hierárquica inspirada na Maçonaria. A partir da Revolução de Julho de 1830, que criaria certo espaço de liberdade, as sociedades secretas deixariam de existir e surgiriam as sociedades e clubes políticos autorizados.

Além dos aspectos acima mencionados, Baczko ressalta ainda a internacionalização das sociedades secretas como um aspecto significativo da história dos revolucionários. Essa internacionalização ocorreria principalmente com a fundação da “Jovem Europa”, criada em 1834, na Suíça, por um grupo de refugiados políticos, sob iniciativa de Mazzini, que anteriormente já havia fundado a “Jovem Itália” (1831).

5. O que era ser revolucionário?



A “Jovem Europa” reunia exilados poloneses, alemães, gregos e alguns suíços, constituindo-se, segundo Baczko, em uma “espécie de Santa Aliança dos povos subjugados”, que faria surgir uma coligação de organizações nacionais, denominadas “Jovem Polônia”, “Jovem Alemanha”, etc. A possibilidade de ação das organizações era limitada, mas a ideia de uma causa comum das nações oprimidas e subjugadas era um elemento importante a estabelecer um vínculo e uma identidade.



Para Baczko, ser revolucionário implicaria uma existência coletiva que se faria com uns e contra outros. Especialmente nas sociedades secretas, apesar dos insucessos, era que ocorria a aprendizagem e a formação dos revolucionários. “Que fazem os revolucionários, ou, como é que ele se torna revolucionário?” (BACZKO, p. 242). As respostas a essas perguntas são encontradas nos seus discursos, nas suas representações e nas práticas simbólicas. Ainda para responder a essas questões, Baczko analisa as sociedades secretas francesas, destacando a iniciação; a conspiração, suas regras e as suas estruturas; o recrutamento e as motivações ideológicas; a memória coletiva e o culto dos mártires (ver as descrições das páginas 242 a 246).

Fazer parte de uma sociedade significava estabelecer laços de camaradagem e de amizade com outros membros dessa associação. Encontravam-se não apenas nas reuniões, mas em outras ocasiões. Pouco a pouco, as atividades revolucionárias tornavam-se mais perigosas e absorventes, fazendo surgir o fenômeno da “profissionalização do revolucionário”, cuja figura principal era Blanqui, que sacrificaria sua vida pessoal em nome da Revolução. Honra e fidelidade eram aspectos fundamentais no código moral e no imaginário dos revolucionários.

“Quantos eram os revolucionários?”. Os dados são incertos e pouco confiáveis, uma vez que faltam listas de membros e outros documentos constituídos pelas sociedades secretas. A presença das pessoas era inconstante e, além disso, certa falta de transparência, fomentada por uma automistificação devido ao caráter secreto da organização. Os dirigentes dessas organizações tendiam a superestimar o número de adeptos - mesma tendência encontrada entre os governantes.

Os revolucionários mais numerosos foram os carbonários, estimando-se em 30 mil ou 60 mil, no auge das atividades, o número de adeptos. A Sociedade dos Direitos do Homem contaria com mais de 3 mil membros, considerando apenas Paris, mas havia adeptos em outras cidades fazendo o número crescer.



As sociedades secretas eram constituídas normalmente por estudantes, jovens, estudiosos, oficiais da reserva e militares ativos, mas em algumas delas havia uma presença significativa de artesãos e operários.

Com relação às motivações, quem se tornava revolucionário o fazia contra um poder ou um regime. O sonho social de transformação da sociedade se fundava na rejeição da ordem existente. Por outro lado, era difícil entre os revolucionários um consenso quanto aos objetivos e especialmente quanto à forma de governo. Concordavam, contudo, que o importante era o restabelecimento da soberania nacional e que, posteriormente, uma assembleia constituinte decidiria o destino político do país.

Depois da Revolução de Julho e no Reinado de Luís Felipe, certo sentimento de frustração reinava entre os revolucionários, ligado à ideia de que a revolução fora desviada e colocada a serviço de novos opressores. Nesse contexto, difundiu-se o republicanismo, como uma utopia política e social. A República era imaginada como o surgimento da igualdade e da justiça social, levada a cabo pelo povo, pelos trabalhadores contra os ricos, que formavam a nova aristocracia (a aristocracia do dinheiro). Ocorria uma tendência à ação e a expectativa com a chegada do “grande dia” tornava-se um fim em si mesmo. Para Baczko, as tentativas insurrecionais promovidas pelas sociedades secretas das décadas de 1820 e 1830 explicam-se iam pelas pressões oriundas da base impaciente.

A conspiração tem, é verdade, o sabor do mistério e da aventura, mas impõe também obrigações quotidianas às quais se soma a consciência permanente dos perigos e dos riscos que correm. Tal é a origem da impaciência, alimentada, além disso, pela convicção de que todo o país ou, melhor, as grandes cidades, numa palavra,



o povo, só está à espera de um sinal para seguir espontaneamente os revolucionários (BACZKO, p. 250).

Todas essas conspirações foram derrotadas, mas legaram vítimas, mártires e heróis que alcançariam uma posição de destaque no imaginário revolucionário. A conspiração não se constituiria apenas como uma esperança, mas era também memória e os revolucionários agiriam, não raro, em nome do desejo de vingar as vítimas. Os que morriam tornavam-se rapidamente lendas, cujo alcance se estendia para além do círculo de revolucionários e, especialmente, para além de seu próprio tempo.

Para Baczko, nem a Revolução de Julho de 1830 nem a de Fevereiro de 1848 foram resultado de uma ação insurrecional promovida por sociedades secretas. A mudança de regime ocorrida nesses eventos foi obra de movimentos populares espontâneos, pelo menos inicialmente, que se inscreviam em uma conjuntura de crise política e social mais ampla. As sociedades secretas certamente contribuíram para o amadurecimento dessas crises, no entanto, sendo difícil avaliar o impacto de suas ações. Contribuíam mantendo vivas a ideia e a tradição republicanas e também por meio da democratização dos regimes surgidos das convulsões revolucionárias.

Após 1848, a conquista da liberdade pôs fim às sociedades secretas e marcou um momento de transformação na experiência revolucionária. O advento do "grande dia" é um acontecimento marcante, que parece cumprir as expectativas e sonhos. "Nas barricadas, nas ruas, nas praças, os revolucionários encontram-se ao lado de dezenas de milhares de pessoas, no meio dessas pessoas que materializavam a sua imagem do povo; estão com a multidão e entre a multidão" (BACZKO, p. 252). Por outro lado, a partir dessa comunhão é que as diferenças emergem, pois há uma profunda diferença entre ser um revolucionário e fazer a revolução.



As massas participaram de maneira marcante das ações revolucionárias de 1848 e um elemento distintivo foi sua internacionalização. "À luz ofuscante desses dias, a experiência revolucionária das sociedades secretas parece singularmente limitada; heroica, sem dúvida, antecipadora, talvez, mas cada vez mais remetida para o passado" (BACZKO, p. 252).

Essa situação se agravaria a partir do desaparecimento das barricadas e de quando os "veteranos" se perceberam divididos: alguns compoendo o governo e outros na oposição, os que desejavam consolidar as posições adquiridas e os que desejavam seguir adiante com as transformações, os que tomavam assento no Parlamento e os que se mantiveram ligados à multidão.

Se a Primavera de 1848 marcou o triunfo das ideias revolucionárias e republicanas, ao mesmo tempo, anunciaria o declínio de certa figura histórica revolucionária. Com o golpe de Luís Napoleão Bonaparte, os revolucionários que não se recusaram a aceitar essa situação foram presos ou exilados. Esses revolucionários estavam convencidos de que poderiam do estrangeiro retomar a experiência revolucionária anterior a 1848 e novamente levantar barricadas. Os exilados portavam uma tradição e um imaginário revolucionário renovado e enriquecido. Um de seus símbolos mais poderosos era a **barricada**, a barricada parisiense.

Barricada: barreira feita com barricadas, pedras etc., para impedir a passagem ou acesso a uma rua, estrada, povoação ou a qualquer outro lugar. Dicionário Digital Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.auletedigital.com.br/download.html>



Dois exemplos sobre o enraizamento desse imaginário está em *Histoire de la Révolution de 1848 (Historia da Revolução de 1848)*, de Daniel Stern e em *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, ambos publicados em 1862.

6. Grandeza e miséria dos revolucionários

Para discussão desse tópico, Baczko parte de reflexões sobre Aleksandr Herzen como exemplo diferenciado de um revolucionário no exílio. No entanto, a partir da história de Herzen, procura extrair elementos que contribuam para o esclarecimento do destino dos revolucionários.

Dessa maneira, uma questão a considerar é a de que **o exílio impunha aos revolucionários a inversão de sua relação com o tempo**. A revolução valorizava o presente, como um tempo de ruptura. Os revolucionários no exílio, entretanto, desvalorizavam o presente, considerado como um período provisório, como um “parêntese histórico”. Acreditavam que esse “presente provisório” duraria poucos meses e se surpreenderiam com um presente que não queria passar.

Nesse sentido, os revolucionários exilados valorizariam o passado, especialmente o passado imediato, o da revolução e depois o passado anterior, o das conspirações que permitiram a revolução. O futuro e a possibilidade de uma nova revolução se assentavam sobre o passado. No início do exílio, acreditavam que a revolução que se realizaria necessitava dos mesmos atores de 1848, mas quanto mais o exílio se prolongava, mais fazia necessário averiguar o futuro.

Outro destaque deve ser dado ao ato de comemorar. Comemorar significava fazer reviver o passado no presente. As reuniões comemorativas podiam reunir milhares de pessoas, de diferentes nacionalidades, pois uma de suas características era a internacionalidade. Pessoas de nacionalidades diversas prestavam homenagens a suas nações e o ponto alto das reuniões era a *Marselhesa*, cantada em várias línguas pelos participantes.

“As comemorações solenes são um lugar de memória, mas constituem também um lugar de sociabilidade” (BACZKO, p. 257), da mesma forma que cumpriam igual finalidade os funerais. E à medida que o tempo passa, os funerais tornar-se-iam mais frequentes e assemelhavam-se para os exilados a uma festa, pois era um momento de encontro, ocasião que cada um podia ler seus discursos, ouvir os outros e jurar fidelidade aos princípios republicanos.

Os exilados partiram com intuito de manter viva a ação revolucionária, de continuarem a luta e de fazer do exílio um foco de ação.



No exílio, todos conspiravam, no entanto, muitas conspirações terminavam onde tinham começado: à mesa de algum café onde se reuniam exilados. Porém, havia conspirações bem reais, cuidadosamente preparadas e que podiam ter consequências graves.

Dois exemplos sobre o enraizamento desse imaginário está em *Histoire de la Révolution de 1848 (Historia da Revolução de 1848)*, de Daniel Stern e em *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, ambos publicados em 1862.

Exemplos foram as ações de Mazzini de estabelecer uma sublevação em Gênova, em 1849, e o atentado contra Napoleão III, por Felice Orsini, em 1858.

Outra atividade dos revolucionários no exílio era a escritura e a publicação de obras que difundissem a “palavra livre” em seus países, por meio de artigos escritos em jornais e revistas, que circulavam clandestinamente. O exílio produziu também um número significativo de livros, que discutia, sobretudo, política, mas também história, economia, filosofia, etc., além de inúmeros apelos,



comunicados, manifestos e programas que os exilados assinavam como membros de determinado grupo ou comitê.

Havia ainda um número expressivo de partidos, velhos e novos, que reunia seus membros a partir de uma base nacional e/ou ideológica - embora o exílio não fosse o local que propiciasse o consenso e a concórdia. Dessa maneira, no exílio reproduziam-se as diferenças e as divisões. Um ponto a ser ressaltado é que se somavam novas divisões às antigas. Por exemplo, o posicionamento dos exilados frente aos acontecimentos mais recentes impunha a necessidade de elaboração de programas, que, por sua vez, evidenciavam as matrizes do republicanismo e do socialismo.

No exílio, as diferenças exprimiam a identidade dos membros de um grupo político e proporcionavam-lhes certa legitimidade em torno do programa que defendiam, como se, de fato, expressassem a vontade do povo. **Além das diferenças ideológicas, existiam as diferenças de ordem nacional**, embora não faltasse uma solidariedade internacional.

As desconfianças e antipatias eram fomentadas por suspeitas. “Os meios revolucionários sofriam de uma espécie de ‘espionite’: temiam constantemente a traição e viam espiões por toda parte” (BACZKO, p. 260). Algumas suspeitas tinham fundamento, mas grande parte não passava de boato e calúnias. Para Baczko, os “rumores que acusavam certos revolucionários de estarem a soldo da polícia são reveladores do grau de miséria moral que afectava a política nos meios do exílio, mas também, senão em primeiro lugar, de condições de miséria material efectiva” (BACZKO, p. 260).

Sobreviver era uma preocupação constante e humilhante para os revolucionários no exílio. No começo, trabalhava-se apenas em favor da política, mas, com o tempo, essa atividade tornava-se tão cansativa e absorvente, que muitos relegavam a um plano secundário a sua razão original. Uma fronteira mais tênue entre revolucionários e marginalizados se estabelecia.

O tempo de exílio representou o declínio para os revolucionários de 1848, e essa figura afundava-se no passado, por vários motivos:

- ✓ antes de tudo, pelo desgaste do tempo;
- ✓ não dizia respeito apenas ao desaparecimento de uma geração, mas também da “figura do revolucionário”, cujo momento de ápice foi 1848. É preciso, no entanto, alertar para o fato de que os revolucionários não desaparecem, mas são outros que lhes sucedem, pensando e imaginando a revolução de outra forma, bem como a ação destinada a provocá-la;
- ✓ os exilados partiram com a convicção de que a revolução não demoraria e seria um prolongamento da “Primavera dos Povos”, mas 1848 não regressara e, ao mesmo tempo, havia o desaparecimento de seu horizonte político e da conjuntura política, cultural e social em que a revolução foi pensada e imaginada.

Os problemas levantados na primeira metade do século XIX tiveram soluções. Entretanto, para os revolucionários, o grande problema era de que a realização das expectativas se fez à sua revelia ou contra eles. O que para eles era um objetivo único, posteriormente, se apresentava fragmentado:

- ✓ A Itália e a Alemanha realizaram sua unidade, mas em função de uma dinastia e dos triunfos militares, do que à ação de uma revolução ou república.

✓ O mesmo pode se dizer com relação ao estabelecimento da República na França (1870), embora seja verdade que, com sua proclamação, seguiu-se a Comuna, barricadas e o hasteamento de bandeiras vermelhas. A essa situação seguiu-se o enfrentamento de revolucionários que se situavam em lados opostos nas barricadas.

- ✓ A luta pela justiça social não se fazia apenas nas barricadas, mas assumia novas formas. Ao velho tipo revolucionário, apresentava-se o organizador de greves e o sindicalista; a conspiração e as sociedades secretas eram substituídas pelos partidos políticos.



A partir da década de 1870, o ponto central dos movimentos revolucionários se deslocava para Leste, para a Rússia, particularmente para o Império Russo, onde se constituía uma nova população de revolucionários, numerosa e heterogênea.

Bibliografia Complementar

FURET, François. **A Revolução em debate**. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

HUGO, Victor. **Napoleão – O Pequeno**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Napoleão**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, s/d.

VOVELLE, Michel. A revolução francesa e seu eco. **Estudos Avançados**, v. 03, n. 06, São Paulo, Maio/Ago. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000200003&script=sci_arttext

Ideias e princípios do liberalismo

Texto base: RÉMOND, René. A Era do Liberalismo. In: **O Século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 25-48.

1. Apresentação do texto

Em seu estudo sobre o século XIX, René Rémond destaca que o traço mais frequente desse período corresponde aos “choques revolucionários”. E que todas as revoluções que atingiram o continente europeu eram contra a ordem estabelecida e quase todas feitas em nome da liberdade, da democracia política ou social, da independência ou da unidade nacionais.

Nesse contexto marcado por revoluções, compreende-se ainda que o século XIX caracterizava-se por “quatro grandes vagas”: uma primeira onda marcada pelos movimentos liberais; uma segunda constituída pelas revoluções democráticas; uma terceira composta pelos movimentos sociais e uma quarta onda referente aos movimentos das nacionalidades. Nessa aula, discutiremos os princípios orientadores do movimento liberal e sua inserção em meio político e social.

2. O liberalismo no século XIX

Para Rémond, o movimento liberal correspondeu à primeira onda de movimentos iniciada após o fim do Antigo Regime ou, ainda mais propriamente, sobre o regime que foi restaurado em 1815. O adjetivo “liberal” foi a ideia-chave de toda a estrutura intelectual presente nesses movimentos.

O liberalismo marcou todo o século XIX, e não apenas determinado período no qual os movimentos difundiriam uma filosofia liberal. Mesmo depois de 1848, foi possível encontrar políticos e filósofos, cujo pensamento é orientado pelo liberalismo.

Até certo ponto, é possível afirmar que existe em todos os países, “entre todas as formas de liberalismo”, determinada aproximação que se traduziria em relações concretas. Para Rémond, a difusão do liberalismo se manifestaria por uma “espécie de internacional liberal, de que fazem parte os movimentos, os homens que combatem a favor do liberalismo” (RÉMOND, 1976, p. 25) e mesmo não havendo instituições, não deixavam de estabelecer intercâmbios e relações entre as diferentes partes.




O internacionalismo liberal seria precursor do internacionalismo socialista, mas, por outro lado, era também herdeiro do cosmopolitismo intelectual do século XVIII. A diferença, entretanto, estava que no século XIX o liberalismo conquistava os soldados e os revoltosos, não se restringindo ao pequeno círculo de letrados.

Para entender o movimento liberal, Rémond parte de duas abordagens distintas, mas interligadas: uma **abordagem ideológica**, que busca compreender os princípios filosóficos e políticos orientadores do liberalismo, e uma **abordagem sociológica**, que põe em destaque as camadas sociais e a inserção do liberalismo na sociedade europeia do século XIX.



3. A ideologia liberal

A primeira abordagem busca compreender o movimento liberal a partir de uma **abordagem intelectual**, privilegiando as ideias, os princípios e os programas sobre os quais o movimento se estrutura. Dessa forma, o primeiro aspecto a se considerar corresponde ao entendimento do que constitui a **filosofia liberal**.



Para Rémond, o liberalismo é, antes de tudo, uma filosofia global, ou seja, diz respeito a todos os campos da atividade humana em sociedade, não se restringindo a seu aspecto econômico, como muitas vezes é apresentado. O liberalismo é também uma filosofia política, cujo foco principal é a ideia de liberdade e de defesa e preservação das liberdades individuais na sociedade.

O liberalismo corresponde ainda a uma **filosofia social individualista** à medida que privilegia o indivíduo em relação à razão de Estado, aos interesses do grupo e às reivindicações da coletividade. É ainda uma **filosofia da história**, pela qual a história seria feita não pelas forças coletivas, mas pelos indivíduos. Por fim, o liberalismo constitui-se como uma **filosofia do conhecimento e da verdade**, cujo fundamento se baseia na crença da razão e na busca da verdade por meio da razão.

O liberalismo concebido como uma filosofia global traz uma série de consequências jurídicas e políticas de natureza prática. Vale ressaltar que é em torno de seus princípios que se origina a luta dos liberais contra a ordem estabelecida e contra toda autoridade, a começar pelo Estado.

O liberalismo desconfia do Estado e do poder: o primeiro é considerado como um mal necessário, e seu **poder deve ser limitado**. Dois temas predominam no liberalismo: a **ideia de liberdade e a resistência ao absolutismo**, como forma centralizada de organização política. Para impedir o retorno ao absolutismo, o liberalismo constituirá um conjunto de práticas e regras de instituições.

Os liberais defendem que o **poder deve ser limitado** e a melhor maneira de limitá-lo é por meio da aplicação do **princípio da separação dos poderes**. A separação dos poderes no liberalismo é uma regra fundamental, pois representaria a garantia do indivíduo frente ao absolutismo. O poder, além de limitado, deve ser **distribuído por instituições de igual força**, pois o equilíbrio de poderes também é fundamental. Outra maneira de limitar o poder é por meio da **descentralização** e a diminuição do seu campo de atividades, ou seja, a restrição da intervenção do Estado em questões econômicas e sociais.

O liberalismo defende ainda um **governo constitucional**, no qual o exercício do poder está regularmente sujeito a restrições políticas e legais, que, por princípio, deve refletir os direitos dos governados. As ações dos cidadãos e dos governantes devem estar igualmente de acordo com os princípios dispostos pelas leis.

Considerando-se as consequências e as aplicações dos princípios liberais do século XIX, Rémond afirma que o liberalismo constituiu-se como uma doutrina subversiva. Isso porque era uma força revolucionária que rejeitava todas as instituições sobreviventes à ação revolucionária ou foram restabelecidas pela Restauração e promovia a destruição da antiga ordem. Nesse sentido, o liberalismo inspiraria revoluções, levantaria barricadas e atrairia por suas ideias milhares de pessoas. No entanto, o autor alerta:

Ideia subversiva, fermento revolucionário, causa digna de todos os devotamentos e de todas as generosidades, tal é a interpretação que nos propõe um estudo no nível das ideias. A abordagem ideológica leva à conclusão de que o liberalismo suscitou, exaltou, entre os europeus, os sentimentos mais nobres, as virtudes mais elevadas. **Essa abordagem propõe uma visão idealista do liberalismo** (RÉMOND, 1976, p. 31. Grifo meu).



Entretanto, era preciso avançar. Essa perspectiva idealista se contrapunha a uma visão bastante diferente constituída a partir de uma abordagem sociológica, que privilegiava a análise de seus atores e forças sociais ao exame de seus princípios.

4. A sociologia do liberalismo

A partir de uma abordagem sociológica, é possível perceber que o **liberalismo é expressão dos interesses da burguesia**, pois como filosofia é a doutrina que melhor serve aos interesses de um grupo social, de uma classe.

O liberalismo melhor se enraizou nos países onde existia uma burguesia expressiva e seus adeptos eram originários das profissões liberais e da burguesia comerciante.



Para Rémond, existe uma concordância entre as aplicações da doutrina liberal e os interesses da burguesia. E foi esse estrato social que melhor se beneficiou, na França e na Grã-Bretanha, da defesa do livre jogo da iniciativa política e econômica.

Nessa ótica, o autor defende o argumento de que a Revolução foi feita pela burguesia e por meio da ação revolucionária alcançaria o poder político - poder que pretende conservar e defender contra a volta da aristocracia e contra a ascensão das camadas populares.

A burguesia controlaria o poder político por meio do censo eleitoral, ou seja, por meio do controle da riqueza. Além disso, controlaria o acesso aos cargos públicos e administrativos. Desse modo, a aplicação das práticas liberais tenderia a manter a desigualdade social.

Se a ideologia do liberalismo acentuou seu aspecto subversivo, revolucionário, na prática, esses princípios seriam aplicados dentro de limites restritos. Sob esse ângulo, o liberalismo seria o “disfarce do domínio de uma classe”, de controle do poder pela burguesia capitalista. O liberalismo seria “a doutrina de uma sociedade burguesa, que impõe seus interesses, seus valores, suas crenças” (RÉMOND, 1976, p. 32).

Embora fosse uma força de contestação ao Antigo Regime e ao absolutismo, o liberalismo comportaria uma tendência conservadora. Essa tendência se revelava no cuidado tomado pelo liberalismo em não entregar ao povo o poder – poder esse que o povo havia retirado do monarca. O poder é reservado a uma elite, pois na doutrina liberal soberania nacional não significa soberania popular.

Para Rémond, o liberalismo é uma doutrina ambígua: é subversiva quando se encontra na oposição ao absolutismo, aos ultras e aos contrarrevolucionários, mas, uma vez no poder, os liberais tornam-se conservadores. O liberalismo combateria alternadamente dois adversários: “o passado e o futuro, o Antigo Regime e a futura democracia”.



Por outro lado, o liberalismo não se reduz à expressão de uma classe. Apesar de a abordagem sociológica ressaltar os aspectos ambíguos do liberalismo, não invalida a abordagem ideológica. Para Rémond, o liberalismo não se confunde com uma classe e que haveria certo exagero em reduzir essa doutrina aos interesses da burguesia capitalista.



Seria um equívoco contrapor princípios e interesses, pois eles poderiam caminhar juntos, sem que os interesses sufocassem os princípios. Para a primeira metade do século XIX, as contradições entre interesses e princípios não seriam tão manifestos e nem tão chocantes, como seriam para períodos futuros.

Em uma época ainda regida por uma economia tradicional e em uma sociedade baseada na propriedade da terra, o liberalismo não implicaria nem a concentração dos bens, nem a exploração do homem pelo homem. No começo, a revolução mais libertaria que oprimiria.

Para Rémond, portanto, não faz sentido optar por uma ou por outra abordagem. **As duas abordagens contribuem para definir a originalidade do liberalismo, bem como para mostrar um de seus traços principais, que é a sua ambiguidade:** é revolucionário e conservador, é subversivo e conformista. As duas abordagens apontam para esses aspectos ambíguos, mas complementares do liberalismo, pois ao mesmo tempo em que combate o Antigo Regime não quer a democracia. Situar-se-ia a meio caminho entre esses dois extremos: para a direita, parece revolucionário e para a esquerda, parece conservador. Enfrentaria duas forças diferentes: a conservação e o absolutismo e, por outro lado, as forças sociais de doutrinas mais avançadas que o próprio liberalismo, como o radicalismo, a democracia e o socialismo.

5. As etapas da difusão do liberalismo

O liberalismo transformou a Europa a partir de dois recursos: por meio de reformas ou por meio da ação revolucionária. Nos países e regiões onde havia resistência por parte dos defensores da ordem estabelecida, o liberalismo recorreu à ação revolucionária. Concorreria ainda para as soluções revolucionárias, o espírito do século, a sensibilidade romântica, os modelos e os mitos herdados da revolução Francesa.

Na primeira metade do século XIX, o movimento liberal difundiu-se a partir de “vagas sucessivas”. **A primeira vaga corresponderia aos eventos de 1820**, cujo formato principal seria as conspirações militares. O exército, nessa época, seria o lar do liberalismo. Os principais personagens dessas conspirações são os oficiais e suboficiais. Todas as conspirações desse período fracassaram.

A segunda vaga é a de 1830 e teve grande repercussão em vários países, provocando abalos à estrutura política. Os movimentos de 1830 tomaram a envergadura de revolução, pois as forças populares entraram em ação. O resultado dessas revoluções é bastante diverso de acordo com os países e regiões onde ocorreram. A oeste da Europa, as revoluções foram bem-sucedidas, como, por exemplo, na França e na Bélgica. Mas, em outras partes, fracassaram, talvez por serem prematuras. **Em 1848, o liberalismo se associaria à democracia.** As revoluções de 1848 alcançaram certo sucesso e, em seguida, veio a destruição do liberalismo e da democracia.

O liberalismo se difundiu e se tornou significativo nos movimentos em prol da unidade nacional na Itália. Além disso, foi bem-sucedido nos países escandinavos, nos Países Baixos (atualmente Bélgica, Holanda e Luxemburgo), na Suíça, mas, por outro lado, não obteve sucesso na península ibérica. Na Alemanha, o movimento liberal seguiu um processo acidentado, com momentos de expansão e outros de divisão entre os grupos. De modo geral, o liberalismo na Alemanha, assim como na Itália, foi responsável por levar adiante o processo de unificação. Em outros países, como a Áustria e a Rússia, o liberalismo foi um movimento tardio.

Tanto a cronologia quanto a geografia são elementos expressivos da difusão e da expansão do liberalismo na Europa. O liberalismo desenvolveu-se primeiro na Europa Ocidental, e depois se estendeu ao restante da Europa. Não se restringiu somente à Europa, mas se estendeu a outras partes do mundo.



Com relação aos **resultados da expansão do liberalismo**, Rémond levanta uma série de questões: “Qual foi o balanço desses movimentos liberais? Deixaram sua marca nas instituições políticas e na ordem social?” E ainda: “quais os sinais pelos quais se pode reconhecer que um regime político é liberal? Quais critérios que permitem que se afirme, desta ou daquela sociedade, que sua organização está conforme os princípios do liberalismo?” (RÉMOND, 1976, p. 39). Para essa resposta, Rémond considera dois aspectos: **a formação dos regimes políticos liberais** e **a ordem social do liberalismo**.

Com relação aos **regimes políticos liberais**, o autor afirma que eles apresentam traços em comum, devido a uma mesma identidade de princípios orientadores. Na maioria dos países, é possível identificar o avanço do liberalismo em função da adoção das instituições que, em conjunto, definem um regime liberal característico. Quais são esses elementos?

Em primeiro lugar, a **existência de uma constituição**. As constituições são estabelecidas em condições diferentes. Em alguns países, são outorgadas pelo soberano e, outras vezes, são votadas pelos representantes da nação. Em segundo lugar, as constituições apresentam **tendência a limitar o poder**. O poder é limitado, mas isso não significa que não possa ser monárquico. O liberalismo, dessa forma, não se oporia nem à monarquia, nem ao princípio dinástico, mas rejeitaria o absolutismo da monarquia. O terceiro aspecto a ser ressaltado é o de que as decisões políticas passam a ser partilhadas pela coroa e pela representação nacional, um parlamento, normalmente com a presença de duas câmaras, que permitiria dividir, equilibrar e compensar o poder. **O liberalismo dá preferência ao bicameralismo**.

Com relação ao corpo de eleitores, o liberalismo não adota o sufrágio universal e, quando o adota, é sinal de que está cedendo lugar à democracia. Com relação às concepções de eleitorado, vigoram duas tendências: uma perspectiva segundo a qual o direito de voto é natural, essencial à cidadania (noção mais democrática), e outra perspectiva, que percebe o eleitorado como função, nesse sentido o voto não seria mais que uma função, espécie de serviço público (noção mais liberal).

Em uma sociedade liberal, não há problemas se apenas uma minoria da população dispor do direito de voto. A exclusão, contudo, não é definitiva; basta cumprir as condições impostas e é possível tornar-se eleitor (**sufrágio censitário**).

Um último aspecto a se destacar com relação ao sistema político diz respeito à **descentralização**, que associa a administração dos negócios locais aos representantes eleitos pela população. A descentralização é uma reação contra a *centralização do Estado*.

Juntamente com a organização desses poderes, o liberalismo reivindicaria e estabeleceria as principais liberdades públicas, que permitiriam ao indivíduo fazer frente à autoridade: liberdade de opinião, liberdade de discussão parlamentar, publicidade aos debates parlamentares, liberdade de imprensa.

A preocupação com as liberdades estende-se ao campo do ensino, principalmente à preocupação em tornar o ensino laico, ou seja, sem a influência da Igreja. O ensino, especialmente o secundário, é de interesse dos liberais. O liberalismo tendeu a reduzir os privilégios das Igrejas e a instaurar a igualdade de credos.

Sobre a **ordem social liberal**, isto é, sobre a presença de marcas do liberalismo em sociedade, três aspectos podem ser ressaltados. O primeiro é relativo ao princípio do **reconhecimento da igualdade de direito**, pois todos dispõem dos mesmos direitos civis. Entretanto, o liberalismo manteria uma **desigualdade de fato**. O reconhecimento da igualdade de todos perante a lei, diante da justiça e diante do imposto, não excluiria as diferenças de condições sociais, a diferença de fortuna e a desigualdade cultural.



O segundo aspecto corresponde **à fortuna ou ao dinheiro**. Além da desigualdade de princípio e da desigualdade de fato, a sociedade liberal se estrutura sobre o dinheiro e a instrução. Esses dois princípios, fortuna e cultura, produzem consequências opostas: tanto uma quanto a outra podem produzir efeitos de libertação ou de opressão.

O **ensino**, pilar da sociedade liberal, também é fator de libertação ou de dependência das pessoas. Para Rémond, em uma escala de valores liberais, a instrução e a inteligência são tão importantes quanto o dinheiro. “A instrução abre caminho para todas as carreiras: o ensino, o jornalismo, a política” (RÉMOND, 1976, p. 47). No entanto, embora a instrução abra portas e possibilidades de promoção, o acesso é ainda restrito a um pequeno grupo: os que tiveram acesso ao bacharelado e às universidades. Assim, “como o dinheiro, a instrução é ao mesmo tempo emancipadora e exclusiva”. (Rémond, *ibidem*).

Como conclusão, o autor afirma que as sociedades liberais são sociedades em movimento e nisso reside a grande diferença com relação ao Antigo Regime. Essa sociedade que se instaura é aberta e produz uma maior fluidez, mas, por outro lado, é também uma sociedade desigual. Sob esses dois aspectos distintos, repousaria a natureza da sociedade liberal, que seria colocada em questão pela democracia.

Bibliografia complementar

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

MILL, John Stuart. *Da Liberdade*. São Paulo: IBRASA, 1957.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo - Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

Ideias e princípios da democracia

Texto base: RÉMOND, René. A Era da Democracia. In: **O Século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 49-87.

1. Apresentação do texto

Nesse capítulo, Rémond discute o movimento de expansão da democracia e como ele transformará as instituições políticas e a ordem social das sociedades liberais. De maneira semelhante à discussão sobre o liberalismo, o autor propõe inicialmente partir da análise da ideia e dos princípios orientadores do movimento democrático e depois a sociedade democrática, a expansão do movimento democrático, seus resultados e as características das sociedades que surgiram desse movimento, que se reconhece como uma força de transformação revolucionária.

2. A ideia democrática

O ponto de partida para análise da democracia é considerá-la não como uma categoria atemporal, mas inserida no contexto da primeira metade do século XIX. Nesse sentido, **o primeiro aspecto a ser ressaltado é sua oposição ao Antigo Regime**, bem como a compreensão de ser um movimento que vai além do liberalismo.

Assim como feito para análise do liberalismo, também se procederá a uma **abordagem ideológica** e a uma **abordagem sociológica**, ou seja, as bases sociais sobre as quais se apoia a ideia democrática.



Com relação à abordagem ideológica, Rémond afirma que a democracia mantém uma relação complexa com o liberalismo: não rejeita suas conquistas, mas reivindica maior amplitude dessas conquistas.

De certa forma, a democracia se constituiu como um prolongamento da ideia liberal. No entanto, é preciso ressaltar, que no século XIX, a democracia não aderiu à ordem e à sociedade liberal e, até mesmo, a contestava.

Dentre as características fundamentais a estruturar o movimento democrático, **a primeira é o princípio da igualdade**, pois diferentemente do liberalismo, a democracia rejeita as distinções, as discriminações, as restrições. Busca a universalidade. A principal bandeira do movimento democrático é a abolição do sufrágio censitário e o direito de voto para todos e, portanto o estabelecimento do sufrágio universal.

A segunda característica é a defesa da soberania popular, e não a soberania nacional. No princípio da soberania popular, o povo é o soberano de fato, isto é, a totalidade dos indivíduos de uma nação, incluídas as massas populares. É quem é o povo? Povo é compreendido como o conjunto de cidadãos a quem cabe por direito tomar ou delegar a seus representantes decisões políticas.



A **terceira característica corresponde à defesa das liberdades**, pois essas não devem ser privilégio de alguns, mas estendida ao conjunto da sociedade. Os democratas compreendiam que as desigualdades impunham obstáculos ao funcionamento da democracia. Por isso, era importante não apenas a liberdade para todos, mas também os **meios e as condições de exercer essa liberdade**. A democracia procura garantir não apenas a igualdade jurídica e civil, mas a também a **igualdade social**.

3. Democracia e forças sociais

Para **abordagem sociológica**, Rémond compreende que é importante a análise das transformações em curso na sociedade europeia no século XIX. Dentre as questões a serem consideradas, ressalta os **fatores de mudança e o surgimento de novos tipos sociais**, que apareceriam como resultante de três mudanças principais em curso:

- a **revolução técnica**, decorrências das transformações na economia e do desenvolvimento industrial, fazendo surgir novas formas de atividades profissionais, condições de trabalho e tipos sociais, como o proletariado industrial e toda uma gama de elementos sociais ligados às classes médias;
- o **desenvolvimento do setor terciário**, resultante da ampliação e da diversificação administrativa e de novas demandas do Estado; e
- o terceiro fator de mudança, relacionado ao **desenvolvimento do ensino**, que se torna um elemento diferencial para as classes médias.

Tais transformações e o surgimento de novos grupos sociais não fizeram desaparecer os tipos sociais mais antigos. Ao contrário; esses novos grupos justapõem aos mais antigos. Isso levou a uma grande diversificação da sociedade.



O surgimento dessa sociedade nova - cujos traços característicos eram a cidade, a indústria, o assalariado - ocorreu em ritmos diferentes e de maneira desigual entre os países da Europa.

Em muitos países, as mudanças ocorreram no interior de uma sociedade mais antiga, ainda regida por normas do Antigo Regime ou da Revolução, em virtude da existência de ideias, da resistência das instituições e da sobrevivência das mentalidades. Coexistem, dessa maneira, resquícios da antiga ordem e inovações resultantes das transformações na economia e na sociedade, fazendo existir “diversas sociedades justapostas”.

Três grupos sociais ou “sociedades” existentes no século XIX eram a **aristocracia**, a **burguesia** e as **classes populares**. Com relação à aristocracia, em nenhuma parte, a Revolução conseguiu, de fato, desenraizar por completo a sociedade aristocrática constituída pelos grandes proprietários de terra, configurando-se a persistência da aristocracia tradicional em manter seu estatuto social e político, bem como seus privilégios.

Essa **sociedade aristocrática** se manteria poderosa por trás de uma fachada democrática. Como chama atenção Rémond, ela “se acomoda ao sufrágio universal e encontra meios de fazer com que ele ratifique suas preferências e escolhas” (RÉMOND, 1976, p. 59). Tal situação fez com que a Europa até as vésperas da Primeira Guerra Mundial fosse amplamente aristocrática.

A **burguesia** - que ascendeu ao poder com o liberalismo - deve seu sucesso ao dinheiro que soube poupar e à instrução. Frente às pressões vindas das classes populares e em vista da ameaça a seus privilégios, tende a se aproximar da aristocracia.

O terceiro grupo social era constituído pelas **camadas populares**, compos-



ta pelo povo miúdo, pela burguesia das classes médias, pelos operários e camponeses. Era um grupo heterogêneo, cujos interesses, não raro, divergiam, mas representavam uma ameaça à aristocracia e à burguesia. As classes populares inspiravam o terror e representavam o número, ou seja, constituíam a maioria da população. População sem cultura política, sem instrução e cujas manifestações frequentemente levavam à desordem. O século XIX seria dominado pela visão de uma sociedade perigosa. As sociedades aristocrática e burguesa atrasariam o estabelecimento da democracia.

4. As etapas de expansão da democracia

O ponto de partida para a análise do desenvolvimento da democracia é a **investigação sobre os regimes políticos**. Rémond parte da questão: “Quais as mudanças que a democracia traz para as instituições e para as formas da vida política?” (RÉMOND, 1976, p. 61). Dois aspectos podem ser ressaltados para responder a essas questões. O primeiro diz respeito ao alargamento do direito de voto, por meio da **ampliação do sufrágio universal**, e o segundo corresponde à **ampliação das atribuições das instituições representativas e ao desenvolvimento do associativismo político**, ou seja, à formação de partidos e ao reconhecimento de sua função pública.

Com relação às **consultas eleitorais**, o autor analisa o processo de estabelecimento do **sufrágio universal**, feito normalmente por etapas e precedido de uma etapa de sufrágio limitado, destacando as diferentes experiências, como nos Estados Unidos, França e em outros países; discute o processo de **democratização dos sistemas eleitorais** e a forma como o sufrágio universal foi aplicado nos diversos países, de sistemas eleitorais ainda restritivos, como voto plural ou por distritos, à adoção em muitos países no final do século XIX da representação proporcional; põe em questão a **liberdade do voto**, ou seja, de que não haja pressões sobre os eleitores e discute também a questão da **elegibilidade**, pois se todo cidadão tem direito de voto, deve também poder apresentar-se como candidato. Progressivamente, com relação a essa última questão, vários países retiraram o impedimento referente ao nível de instrução, mas mantiveram a diferença de sexo.

Na democracia, não bastaria retirar as disposições jurídicas que estabeleciam as desigualdades, mas era preciso garantir uma igualdade de fato.



No movimento democrático, a ideia-chave era de que os princípios não representariam nada, se não houvesse as condições reais de sua aplicação. Como ressalta Rémond, para “que todos os candidatos possam tentar sua chance, e, com muito mais razão, exercer um mandato legislativo, é preciso que a fortuna não continue a estabelecer discriminações entre eles” (RÉMOND, 1976, p. 70).

Dessa maneira, seriam estabelecidos os **subsídios parlamentares**, outro critério de democratização das instituições, tão significativo quanto a ampliação do sufrágio. Se o subsídio permitiu que pessoas de origem mais modesta pudessem se eleger, o surgimento dos partidos políticos deu-lhes o apoio necessário, que indivíduos de destaque na sociedade podiam dispensar.

O segundo aspecto a ser considerado com relação às consequências da democracia diz respeito à **representação parlamentar e às instituições parlamentares**. A principal finalidade das eleições é escolher os parlamentares, a quem o povo outorga o exercício da soberania. A democracia não criou nem as instituições representativas nem o processo eleitoral, pois já existiam com o liberalismo, mas deu-lhes outra configuração.



A democracia encontra normalmente um parlamento composto por duas câmaras, uma alta e uma baixa, como Senado e Câmara dos Deputados, de recrutamento distinto e de prestígio desigual. Mas, sob impulso democrático, a relação entre as duas progride, como a ampliação do colégio eleitoral das câmaras altas, quando ela é eletiva. As mudanças levariam ainda à **supressão das cadeiras inamovíveis**, bem como à **modificação da relação e da distribuição das competências das instituições parlamentares**. Além disso, multiplicam-se os processos que permitiriam a aproximação entre governantes e governados, como o estabelecimento do *referendum* e da cassação.

Mas, no século XIX, a democracia parlamentar não era a única opção. Na verdade, os democratas estão longe de um consenso a esse respeito. Muitos preferem uma **democracia direta e autoritária**, em que a autoridade está concentrada nas mãos de poucos indivíduos e cujos modelos são fornecidos pela Revolução Francesa. No entanto, seja uma forma ou outra, a origem do poder é sempre o consentimento popular. No primeiro caso, o povo delega seu poder a representantes pelo tempo de uma legislatura, e no segundo caso, o poder é exercido pelo executivo, no qual o povo confia e que está acima das instituições parlamentares.

Junto a essas transformações, outras mudanças ocorreram. Dentre as mais significativas, estava o **surgimento dos partidos políticos modernos**. Para Rémond, os partidos políticos eram a resposta espontânea às mudanças em curso e respondiam às necessidades funcionais de um corpo eleitoral. De simples clubes, os partidos evoluíram e se institucionalizaram, deixando de ser comitês locais de apoio à eleição para se tornarem uma prática regular.

Além disso, os partidos passaram a desempenhar funções não apenas eleitorais, mas transformaram-se em centros de discussão, formulavam ideias e doutrinas, ideologias que se difundiam, auxiliando uma educação política. Os partidos ampliaram suas bases, se democratizaram e viu-se surgir, em começos do século XIX, os partidos de massa.

Dessa maneira, fora “do Parlamento e dos partidos, a democratização progressiva e a universalização do sufrágio imprimem uma feição original às relações políticas” (RÉMOND, 1976, p. 76). De uma vida política restrita a certos espaços a uma mais ampla, presente nos “*meetings*, nas campanhas eleitorais, no pátio das escolas, nos ginásios e nos estádios” (RÉMOND, *ibidem*).

4. As instituições e a vida política na democracia

O processo de democratização do regime político e da sociedade não se restringiria às instituições, mas se estenderia a outros aspectos, como a vida em sociedade, tanto em função de um desenvolvimento da própria ideia democrática quanto das exigências de funcionamento de um regime democrático. Com o desenvolvimento da experiência democrática, verificou-se que para o funcionamento de suas instituições era necessária a criação de outras instituições.

Desse modo, concomitantemente à extensão do direito de voto a todos os cidadãos, passou a existir a vontade de que todos os cidadãos estivessem aptos e reconhecessem os dados fundamentais da escolha política, de modo que pudessem exercer seu julgamento. Isso levaria à **necessidade de expansão do ensino**, que se mostraria como um dos pilares da democracia. De igual forma, **a difusão da informação** e da liberdade de expressão se apresentaria como fundamentais ao exercício da democracia.

Para Rémond, portanto, a “igualdade política não poderá existir sem a igualdade social, a igualdade de oportunidades, a destruição progressiva das diferenças resultantes do nascimento ou da fortuna, que encontrarão seu ponto de aplicação, entre outros, numa **distribuição justa dos cargos fiscais e das divisas militares**” (RÉMOND, p. 77. Grifo meu). Dessa maneira, o autor ressalta



ainda, dentre os prolongamentos da ideia democrática, as mudanças ocorridas na **equiparação dos encargos militares** e **equiparação dos encargos financeiros**, que corresponderiam a uma democratização da fiscalização.

Às necessidades de exercício da democracia e sua difusão, fariam surgir mudanças na qual a democracia não apenas modificaria a forma de regime, mas tenderia a uma harmonização das instituições políticas e das instituições sociais.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

HOBBSAWM, Eric. As forças da democracia. In: **A era do capital**. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 147-170.

HOBBSAWM, Eric. A política da democracia. In: **A era dos impérios**. 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 139-180.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. 3.^a ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1987.

Socialismo, sindicalismo e movimento operário

Texto Base: RÉMOND, René. In: *O Século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 100-123.

1. Apresentação do texto

A partir da análise do surgimento do movimento operário, René Rémond apresenta as reivindicações, os objetivos e estratégias de organização do operariado, bem como a aproximação com o movimento socialista, a partir do qual encontraria suas bases ideológicas. Para o autor, um ponto importante a ser ressaltado é a origem independente do movimento operário e socialista, suas características e como se uniriam a partir da segunda metade do século XIX. Considerando esse ponto de partida, Rémond analisa a eclosão da revolução industrial e o surgimento de uma nova classe social; o operariado, e como diante de condições precárias de vida e de trabalho, essa classe se organizaria, reivindicaria e conquistaria direitos. Por outro lado, discute também o movimento socialista, suas matrizes de pensamento e a projeção que ganharia o marxismo.

2. No começo, um movimento operário e um movimento socialista

Após discussão sobre o movimento liberal e ideias democráticas, será tratada a formação dos movimentos operário e socialista. Para Rémond, o movimento socialista é o que surgiu mais tarde, se manifestando em finais do século XIX; e também o que exigiria um confronto permanente da história política e social, pois em relação ao movimento operário e ao socialismo, o político e o social interfeririam estreitamente.

Trata-se de uma realidade que pertence ao mesmo tempo à história dos movimentos políticos e à história da sociedade. A própria terminologia utilizada indica a proximidade entre o político e o social. Segundo o autor, usar-se-ia indiferentemente a expressão do movimento operário, cuja ênfase recai sobre o aspecto sociológico, e socialismo, que designaria uma inspiração filosófica. Embora ambas as abordagens estejam estreitamente ligadas.



Para o liberalismo e para a democracia era possível uma análise a partir de duas abordagens distintas, das ideias e bases sociais, porém, para o socialismo, a abordagem sociológica se imporia de maneira imperativa.

Isso se daria em função de ocorrer no século XIX um encontro entre duas realidades diferentes. De um lado, o socialismo, enquanto doutrina política e social, que criaria escolas, organizações, partidos com vista a uma ação de transformação da política. E por outro lado, a formação da classe operária, enquanto categoria social que se organiza em movimento para defesa de seus interesses e efetivação de suas reivindicações profissionais. Tal fenômeno interessaria particularmente à história da sociedade.

No entanto, a história do movimento operário seria contada como se “desde toda a eternidade” esse movimento “tivesse fornecido ao socialismo sua inspiração” (RÉMOND, 1976, p. 101). Escrever-se-ia a história do movimento operário como se ele fosse uma expressão filosófica, ideológica, da classe operária. “Não ficou demonstrado”, contudo, diz Rémond, “que essa conjunção tenha sido inelutável”, ou seja, uma conjunção incontestável, irrefutável.



Desse modo, no início, antes de se encontrarem, cada movimento teve sua própria história.

As origens do socialismo seriam anteriores à revolução industrial, e sua inspiração não se deveria ao proletariado, no sentido moderno do termo, pois sua primeira formulação diria respeito aos problemas agrários das sociedades rurais. A reivindicação de igualdade e o princípio da partilha seriam aplicados à propriedade privada. Quando da escrita do *Manifesto dos Iguais*, Babeuf não pensaria no socialismo industrial e a divisão dos frutos a que se referiria aos frutos do trabalho da terra e não ao trabalho industrial. Tanto no passado quanto em experiências contemporâneas, o socialismo revelaria nada ter a ver com o *industrialismo*. Visto por este ângulo, o socialismo não se reduziria à filosofia das sociedades industriais, podendo haver, um socialismo das sociedades rurais.

De igual forma, o movimento operário também se inspiraria em outras doutrinas. Além disso, até finais do século XVIII, as primeiras reações de defesa operária na Inglaterra não alardeavam um pensamento socialista, mas voltadas ao passado, procuravam o restabelecimento do estatuto dos artífices vigente nos séculos XVI e XVII. Também na França, com os olhos no passado, a elite operária dos *compagnos* reagia contra o individualismo liberal e a concorrência surgida com a Revolução Francesa. Outro exemplo seria o movimento cartista ou chartista, ocorrido na Inglaterra entre 1836-1849, de inspiração democrata e não socialista.

Esses exemplos mostrariam, segundo Rémond, “o caráter relativamente fortuito do encontro ocorrido no século XIX entre o movimento operário e o socialismo” (RÉMOND, 1976, p. 102). No entanto, **o importante a ser ressaltado é que o encontro aconteceu**. O socialismo “impregnou-se das preocupações da classe operária, tornou suas as reivindicações das mesmas, procura uma solução para elas, e é nessas classes que ele encontra seu maior apoio” (RÉMOND, *ibidem*). É entre o proletariado industrial que as escolas e os partidos de inspiração socialista recrutariam seus adeptos. Por outro lado, “o movimento operário deve ao socialismo, a partir de sua inspiração, a mola de suas atividades, sua visão do mundo – toda ação, mesmo profissional, tem necessidade de inscrever-se dentro de uma perspectiva de conjunto” (RÉMOND, *ibidem*). O movimento operário tomaria ainda de empréstimo do socialismo, a estratégia, o método, o vocabulário e seus temas fundamentais.



Para compreensão do encontro entre o movimento operário e o socialismo, é preciso partir da formação da classe operária, enquanto uma nova categoria social oriunda da revolução industrial. Dessa maneira, é importante o exame dessa nova classe e das condições em que foi criada e dos problemas, denominados “questão social”, provocados por seu surgimento. E, por fim, qual proposta do socialismo.

3. A Revolução industrial e a condição operária

A revolução industrial iniciada na Inglaterra em finais do século XVIII e difundida pela Europa continental no século XIX, fundamentou-se na utilização de uma nova fonte de energia – o carvão – e no desenvolvimento das máquinas, sob impulso das inovações e aplicação de novas tecnologias. A associação desses dois fatores, ou seja, a aplicação dessa nova energia à maquinaria, constituiria a origem da revolução industrial, cujo principal símbolo seria a máquina a vapor.



O impacto da revolução industrial se faria sentir de diversas formas. Dentre as consequências, podem ser ressaltadas a mudança na relação do homem com o trabalho e as transformações nas relações dos homens entre si.

De acordo com Rémond,

As máquinas, com efeito, introduzem nas estruturas tradicionais a transformação do mapa da indústria, que agora se reagrupa, - ou se desenvolve - em torno das fontes de energia ou das matérias-primas, perto das cidades, porque necessita de uma mão de obra numerosa. A concentração geográfica e humana precipita a conjunção entre o fenômeno urbano e a atividade propriamente industrial (RÉMOND, 1976, p. 104).

A mão de obra viria, em geral, do campo. Dois fenômenos, normalmente estudados separadamente, se juntariam: o crescimento das indústrias, com a concentração da mão de obra em torno das fábricas; e o êxodo rural, que esvaziaria os campos. Esses operários de origem rural constituem uma classe totalmente nova, uma realidade social inédita. Ao mesmo tempo, juntamente ao surgimento de uma nova classe, as relações entre os grupos também se modificariam e os efeitos, diretos e induzidos, da industrialização se alargariam.

Com o crescimento das unidades industriais e a aplicação de capitais, surge também uma categoria relativamente nova: a dos empresários. No entanto, enquanto entre patrões do Antigo Regime e artífices a separação não era intransponível, entre os novos patrões e os novos operários, a barreira a separá-los seria cada vez maior. Essa nova conjuntura cria uma espécie de duas humanidades: de um lado, o capitalismo industrial, e de outro, uma massa de assalariados, que não disporia de mais nada que sua capacidade de trabalho físico. Essa diferenciação entre os dois grupos se estende a todos os aspectos da vida social, pois não se diferenciavam apenas dentro das fábricas, mas também no acesso à instrução, na participação da vida política, nas condições de moradia.



“No século XIX, surge uma forma de segregação sociológica desconhecida pelas antigas cidades, que juntavam num mesmo espaço pessoas de todas as condições, dos subúrbios, dos arrabaldes, em todas as grandes aglomerações da Europa Ocidental ou Central” (RÉMOND, 1976, p. 105).

Com a revolução industrial passariam a existir duas populações que se encontrariam apenas por ocasião do trabalho e que não manteriam outra relação senão a do mando e de subordinação. **Populações que poderiam se ignorar, mas que passam da separação para o antagonismo. Seus interesses são divergentes e o liberalismo ajuda a contrapô-los.**

A concorrência opõe trabalhadores entre si devido a ausência de acordos e convenções, as condições de trabalho são as mais difíceis possíveis, pois não há limite de jornada de trabalho e as condições físicas também são precárias. Além disso, não há limite de idade. Somam-se a essas condições, as de moradia. Os salários eram baixos devido à falta de regulamentação. Para Rémond, a condição dos operários no século XIX seria agravada por dois fatores independentes da revolução industrial: o egoísmo dos proprietários e a ausência de organização dos trabalhadores. Esses dois fatores corresponderiam a uma fase de depressão econômica que se prolongaria até 1851 e ao impulso demográfico, que por sua vez, faria da condição operário algo espantoso no século XIX. **Os fatores econômicos e demográficos contribuiriam para agravar a situação dos operários. O pauperismo seria uma consequência social desses impactos.**



4. O movimento operário

“A passagem da classe para o movimento implica numa tomada de consciência dessa condição operária e num esforço de organização” (RÉMOND, 1976, p. 108). O movimento operário nascente confronta-se com obstáculos que o retardam, primeiramente, obstáculos jurídicos e políticos.

A ordem social constituída após a Revolução Francesa impede a organização do movimento operário. Regida pelo liberalismo, que tem por princípio deixar que a iniciativa individual atue livremente, o Estado conservar-se-ia neutro, somente podendo intervir para restabelecer o equilíbrio entre os agentes econômicos e permitir o funcionamento da economia de mercado, contra indivíduos ou grupos que corrompessem a liberdade de ação. Em função dessas circunstâncias foram decretadas a dissolução de todas as associações, corporações, confrarias, mestrados, criando-se dispositivos que impedissem sua reconstituição. Um exemplo é a **lei Chapelier** (1791), que embora dirigida as associações operárias e patronais, na prática, agia com maior impacto sobre os empregados, pois esses não tinham como se defenderem senão dentro dos quadros de uma organização.

Isac-René-Guy Le Chapelier (1754-1794): autor da lei sobre a proibição das uniões operárias e das greves (1791); executado no período da ditadura jacobina. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/le_chapelier.htm



Sobre a Lei Chapelier, veja: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2011v3n5p213>

Os trabalhadores foram impedidos tanto de se associarem quanto de se coalizarem. A greve era considerada um empecilho à liberdade do trabalho e também dependia dos tribunais. Em vários países, o Código Penal, previa em caso de conflito, que a palavra do empregador era sempre digna de confiança enquanto a do empregado deveria provar o que dissesse. “A instituição da caderneta de trabalho, a vigilância dentro das empresas, cujos regulamentos são postos em execução por um grupo de contramestres, tudo isso constitui um conjunto de dispositivos legais e regulamentares que retarda a organização do movimento operário” (RÉMOND, 1976, p. 109).

As reações de defesa por parte da classe operária seriam lentas. Para Rémond, isso se devia a uma razão sociológica ligada ao fato da classe operária ser uma classe nova, sem tradição de luta e sem experiência de combate, constituída por pessoas que se encontravam fora de seu ambiente natural, lançadas em um mundo novo e adverso, “habitadas a sofrer resignadamente a fome, as intempéries, os golpes do destino” (RÉMOND, *ibidem*). Essas pessoas seriam iletradas, trabalhavam desde criança, necessitavam de organização e de uma elite, desconheciam o lazer que lhes proporcionariam a conversação e a discussão. Em tais condições seria impossível organizar uma greve ou uma luta pela defesa de direitos.

Não seria dessas pessoas que surgiria o movimento operário, mas dos artesãos e dos *compagnons*, espécie de aristocracia do trabalho, que constituiria a vanguarda e lançaria as bases do movimento operário. Seriam eles os precursores do movimento, ao qual a massa aderiria progressivamente, embora tardiamente. Somente por volta de 1880-1890 é que as novas categorias sociais, sem experiência e instrução, entrariam para o sindicalismo.



5. A conquista dos direitos

Dentre os objetivos do movimento operário, o primeiro diz respeito à mudança na legislação, que permitisse a saída da clandestinidade e a organização do movimento. Nesse sentido, tratar-se-ia da busca pela igualdade jurídica. Aos poucos, a partir de alguns dispositivos que autorizavam o começo da organização e do auxílio dos partidos interessados nos votos dos operários, o movimento operário conseguiria empreender mudanças.

Exemplo dessas mudanças é a regulamentação de leis na Inglaterra, que reconheceram a liberdade de associação e de coalização. Na França, a emancipação ocorreu em duas etapas. Em 1864, durante o Segundo Império, e a partir de uma determinação pessoal de Napoleão III, uma lei passou a autorizar greves e coalizações, que não mais se configurariam como crime. Embora a lei não autorizasse ainda o direito de associação, o governo reconheceria em 1867 o estatuto legal para as cooperativas. A Terceira República ampliaria o estatuto com a votação da **Lei Waldeck Rousseau** em 1884, que reconheceu a liberdade sindical. Na França, portanto, a liberdade sindical antecede a liberdade de associação, que somente aconteceu em 1901.



Sobre a Lei Waldeck Rousseau, veja: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/27926/hoje+na+historia+1884+--+lei+autoriza+criacao+dos+sindicatos+de+trabalhadores+na+franca.shtml>

A classe operária tira proveito dessas conquistas legais para se organizar. Em torno dessas conquistas se fortalece o movimento sindical. Na Inglaterra se organizam as *trade unions* e na França, as Bolsas de Trabalho que se constituíram como federação em 1890, e dos sindicatos que se reuniram em uma Confederação Geral do Trabalho em 1895.



Sobre a organização do movimento operário e do sindicalismo, ver:
 ✓ COGGIOLA, Osvaldo. *O movimento operário nos tempos do manifesto comunista*. Disponível em: <http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos/ATT00599.pdf>
 ✓ ANTUNES, Ricardo L. C., "O advento do capitalismo e o papel dos sindicatos" e "O nascimento do sindicalismo e das lutas operárias: os trade-unions", In: *O que é SINDICALISMO*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.

O movimento operário, devido à multiplicidade de objetivos, se dividiu em dois ramos paralelos: um ligado ao sindicalismo e outro ligado ao campo político, com aparecimento dos partidos políticos, normalmente de inspiração socialista. Sob forma sindical, o movimento operário apresentava diversos objetivos. O principal e mais imediato objetivo correspondia à melhoria da condição material ou reivindicações relacionadas à estabilidade do emprego, a duração do trabalho, as condições de higiene, de segurança, salários.

Para alcançar tais objetivos, o movimento operário fez uso de métodos distintos, dos violentos aos conciliadores. Entretanto, a classe operária deve as melhorias do trabalho, não apenas às leis, mas também à ação dos partidos políticos, pois a legislação social seria resultante tanto da luta operária quanto dos poderes públicos. Constituiu-se uma regulamentação com relação ao tempo de trabalho de mulheres e crianças bem como a determinação de uma idade mínima para ingresso no trabalho. Além disso, em finais do século XIX, medidas protetoras contra riscos sociais foram organizadas, tais como: seguro contra acidentes, doenças e, em alguns países, sistemas de aposentadoria.

No entanto, o movimento operário não se restringiu seus objetivos às



reivindicações de caráter material. **O segundo objetivo, mais amplo e inspirado por uma filosofia social e política, dizia respeito à transformação da sociedade, de preparação para o estabelecimento de uma ordem mais justa.**

Como expresso na “Carta Amiens” (1906), o sindicato deveria não apenas lutar, combater, mas também preparar as estruturas da futura sociedade. “O sindicato constitui o embrião, a célula em torno da qual se erguerá a sociedade de amanhã, capaz de, no futuro, substituir todas as instituições, o Estado, inclusive” (RÉMOND, 1976, p. 113). Essa concepção está ligada ao anarco-sindicalismo, filosofia que inspirou o movimento operário entre fins do século XIX e começo do século XX, “misto de confiança nas virtudes da organização operária e de rejeição a qualquer ordem política” (RÉMOND, ibidem). O anarco-sindicalismo recusa a propriedade, o Estado, o exército, a polícia, a religião, e concebe que é possível a reconstrução da sociedade tem como base somente o sindicato. Entre 1870-1900, o anarquismo constituía-se como uma força e atraía intelectuais e militantes operários, sendo grande o apelo ao protesto geral e à reconstrução total.



Carta de Amiens: Sobre esse assunto acesse o site http://www.acracia.org/Acracia/Documentos-Carta_de_Amiens.html

Como o movimento operário combateria a sociedade estabelecida e prepararia a chegada da sociedade futura? Para Rémond, duas respostas são possíveis a essa pergunta, o que corresponderia a duas tendências: a ação profissional operária e ação política; o sindicato e o partido.

Entre 1860-1900 prevalece a ação profissional, à qual se engaja uma parcela da aristocracia operária. O sindicalismo avança entre o período de 1890-1900. “Os operários só devem contar consigo próprios, não devem confiar em nenhuma representação parlamentar burguesa e devem colocar todas as suas esperanças em sua própria ação, em seus próprios grupos” (RÉMOND, 1976, p. 114). Sindicato ou cooperativa configuravam-se como instrumentos de mudança da sociedade. Os sindicatos constituíam-se como organismo de luta e reivindicação, enquanto as cooperativas, especialmente as de produção, surgiam como modelos para a futura economia, pois poderia dispensar capital e abolir a oposição entre capital e assalariado e os operários tornar-se-iam seus próprios patrões. As cooperativas, entretanto, tiveram sucesso relativo, mas representaria, segundo Rémond, a “evidência da vontade de bastar-se a si mesma, fugindo à dependência de outrem” (RÉMOND, ibidem).

6. O socialismo

Além da ação profissional por meio do sindicato e da cooperativa, o segundo caminho corresponderia à esfera política. Os que ingressaram na esfera da ação política acreditavam que era necessário o recurso a outros meios, que não apenas o da organização profissional e das grades, e que seria impossível ignorar o Estado. Nesse aspecto, reside um dos pontos de divergências entre os dois ramos de organização do movimento operário, pelo menos no século XIX. No século XX, o sindicalismo reconheceria o fato político e colaboraria com ele. No século anterior, entretanto, o sindicalismo se chocou com as instituições políticas, que procuravam combater e a ação política. Deve levar em consideração a existência de uma sociedade política.

O ramo político rapidamente se identificará com o socialismo. Reencontram-se a conjunção entre o fenômeno social – surgimento da classe operária – e o desenvolvimento de um pensamento, de uma filosofia – o socialismo.



O socialismo moderno surge como uma resposta aos problemas que emergem com a revolução industrial.

Inicialmente, as questões que tocavam os fundadores de escolas socialistas diziam respeito a duas consequências da revolução industrial: a miséria dos trabalhadores e a dureza da condição de trabalho. Tais questões eram atestadas pelos testemunhos, pela literatura ou por pesquisas oficiais.

Ante o espetáculo dessa miséria total, perturbadora, do pauperismo, algumas pessoas indagam se um regime econômico que produz tais consequências é aceitável, e tornam a colocar em discussão a iniciativa particular, a concorrência, a propriedade privada, postulados sobre os quais se baseia a economia liberal do século XIX (RÉMOND, 1976, p. 115).

Outro aspecto que chama atenção dos fundadores das escolas socialistas é a frequência das crises do sistema capitalista, fenômeno mais econômico que social. O século XIX passou por crises periódicas, a cada nove ou dez anos, que suspendeu abruptamente o ritmo do desenvolvimento econômico, provocando desemprego, fechamento de empresas e a diminuição das riquezas. Frente a tais circunstâncias, muitos se questionavam quanto a rentabilidade ou eficácia do regime. “Como afirmar que esse regime é o melhor, se seu desenvolvimento é feito ao preço de tantos fracassos e tempos de espera? Não haveria verdadeiramente um meio de organizar a economia, de tal modo que se pudesse suprimir esses acidentes crônicos que, a cada dez anos, fazem-na regredir?” (RÉMOND, 1976, p. 116).

Segundo Rémond, no começo do socialismo existia um duplo protesto: de revolta moral contra as consequências sociais do regime e de indignação racional contra a ausência de lógica das crises econômicas cíclicas. Os pensadores ligados ao socialismo buscariam responder a essas duas inquietações e, independente do método seguido, postulariam uma crítica ao regime liberal.



O primeiro sentido da palavra socialismo corresponde a uma reação ao individualismo.

O socialismo concebe que o indivíduo deve estar subordinado aos interesses e às necessidades do grupo, não lhe cabendo, portanto, toda a liberdade. Dessa maneira, o socialismo formula uma crítica ao liberalismo individualista, pois sob esse aspecto, residiria o regime pautado na propriedade privada dos meios de produção, dos equipamentos, das máquinas, da terra, já que a propriedade individual permitiria o domínio sobre outrem, particularmente sobre os trabalhadores.

Como reação, o socialismo passa a construção de um sistema positivo, à organização de uma doutrina social, não política, porque no começo as escolas socialistas se apresentavam como uma reação às escolas políticas (a esse aspecto corresponde o segundo sentido da palavra socialismo). Antes de 1848, os socialistas concordavam que a solução dos problemas não estava na substituição da monarquia pela república ou do sufrágio censitário pelo sufrágio universal, considerados como demandas menores, que deslocavam a atenção dos verdadeiros problemas: questões sociais e organização da sociedade. Depois, a situação se modificaria e toda a história do socialismo, que progressivamente se torna uma força política, se transformaria de uma escola de organização social



em um partido político com vistas a conquista ou exercício do poder.

Esse deslocamento do social para o político, da escola para o partido, está relacionado à evolução interna do socialismo. Existe um grande número de escolas, de sistemas, de pensadores e de doutrinadores. “As escolas socialistas contam-se às dezenas, e é, aliás, essa riqueza ideológica, essa abundância de sistemas que caracterizam os meados do século XIX” (RÉMOND, 1976, p. 117).

Se as escolas socialistas concordam com a crítica ao liberalismo e têm como programa a substituição da propriedade privada pela propriedade socializada, divergiam, entretanto, com relação à ação a ser empreendida para essa transformação, e também quanto a filosofia geral. Rivalizando, essas escolas competiam entre si pela simpatia das pessoas. Mas com o tempo, uma das escolas se destacaria e tomaria a frente das outras: o marxismo. De certa maneira, foi devido ao destaque assumido pelo marxismo que o socialismo se politizou.

Uma áspera competição, uma feroz luta de influências é travada no congresso da Internacional. A Primeira Internacional, fundada em Londres, em 1864, tem um caráter muito diversificado, associando os sindicatos – as *trade-unions* britânicas –, as organizações propriamente políticas e mesmo os partidos que se propõem libertar o país oprimido. Como o programa junta anarquistas, socialistas, proudhonianos, marxistas, ele fica bastante vago no plano ideológico. Em cada um dos congressos da Internacional, que se reúnem entre 1864 e 1870 na Suíça ou na Bélgica, confrontam-se escolas até que, pouco a pouco, a minoria marxista se reforça a ponto de se tornar maioria pelo fins do decênio (RÉMOND, 1976, p. 118).

Em outros países também se estabelece um embate pela influência entre o marxismo e outras escolas socialistas. Na França, a principal oposição aos marxistas vem do pensamento de Proudhon, que exerceria grande influência sobre uma geração do movimento operário e sobre a maioria dos fundadores da Internacional. Na Alemanha, a oposição ocorre em torno de Lassalle, que fundaria em 1864 um partido socialista. Entre 1864 e 1875 há um confronto entre lassallistas e marxistas, saindo vitoriosos os marxistas, devido a circunstâncias externas, como a vitória alemã na guerra de 1870 que enfraqueceria a influência do socialismo francês; e circunstâncias internas, como as **jornadas de 1848** e depois a Comuna de Paris, que diminuiriam a influência das escolas socialistas que não admitiam a luta de classe, a não ser com reserva.

Jornadas de 1848: correspondem a um conjunto de revoluções ocorridas pela Europa no ano de 1848 motivadas por mudanças sociais e econômicas e por movimentos nacionalistas. Esses movimentos foram denominados também de “Primavera dos Povos”. Tinha caráter liberal, democrático e nacionalista. A revolução irrompeu primeiramente na França, onde adeptos do sufrágio universal e uma minoria socialista, sob a liderança de Louis Blanc, conseguiram derrubar a monarquia de julho (que durante a Revolução de 1830 levou ao poder Luís Filipe de Orleans) e instituíram a Segunda República.



Sobre a Comuna de Paris, consulte: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/comuna_paris.htm

Para mais informações sobre o socialismo e comunismo, seus intelectuais, obras e movimentos, consulte o site <https://www.marxists.org/>

Antes de 1848, o socialismo denominado de utópico, fundava-se em uma perspectiva otimista da sociedade e na convicção de que bastaria o acordo entre todos para que a transformação ocorresse. Na França, as jornadas de 1848 e a Comuna em 1870, colocaram à prova tais convicções e deram mostra de que a luta de classes não era uma ideia visionária, “mas a lei da realidade social” (RÉMOND, 1976, p. 119). Entre 1870-1880, a influência do marxismo cresceu, e na maioria dos países, se tornou a filosofia do movimento operário. Ocorreu dessa



maneira, concomitantemente, o triunfo do marxismo sobre as outras escolas socialistas e a transformação do socialismo de doutrina especulativa em força política.

Como força política, os partidos socialistas de orientação marxista compreenderam que não é possível transformar a sociedade sem considerar o poder. E seria pelo poder que o socialismo se transformaria em realidade. Mais disciplinados que os outros partidos, os socialistas tentavam compensar sua fraqueza inicial com maior organização e coesão. Eram considerados como um “grupo avançado”, como um prolongamento de uma organização externa à vivência parlamentar.

Apesar das dificuldades e das proibições legais, os partidos socialistas recrutaram adeptos, se desenvolveram e ganharam força a partir de 1900, na maioria dos países da Europa Ocidental, Central e mesmo Oriental. Pequeno nos Estados Unidos e no Canadá, ausente no restante do mundo, o socialismo era um fenômeno europeu, representando uma força política organizada, com meios poderosos, como jornais de grande tiragem.

A difusão do socialismo de inspiração marxista modificou profundamente o estilo da vida pública, introduzindo nele preocupações e métodos novos. Não associado em nenhum lugar ao exercício do poder, o socialismo constitui por toda parte uma força de oposição, e é precisamente porque é contido na oposição que ele se alinha à esquerda. No início, sua recusa em dar importância aos problemas políticos, sua afetação em tratar com a mesma indiferença a esquerda e a direita, não previam o ponto do leque político em que ele se iria colocar, no dia que tivesse eleitores e eleitos (RÉMOND, 1976, p. 120).

Constitui-se como uma força de oposição por combate à ordem estabelecida, os vestígios do Antigo Regime, o conservadorismo político ou social e o liberalismo. **O socialismo não se constituiu apenas como uma solução econômica, mas também como uma filosofia.** Criticou instituições políticas, o regime econômico, o sistema das relações sociais, a moral burguesa, a filosofia e a religião estabelecidas.

Em consonância com seu internacionalismo, que é um de seus elementos constitutivos, as escolas socialistas posicionaram contra o nacionalismo e o Estado-Nação. Consideravam que o sentimento nacional era uma forma encontrada pela burguesia proprietária em afastar os proletários de seus interesses de classe.

Em 1914, o socialismo se tornou uma força política crescente, capaz de conseguir milhões de votos e de reunir um público considerável para ouvir seus líderes. Tais questões transformaria o socialismo em um elemento fundamental do jogo político. A Primeira Guerra Mundial constituir-se-ia uma prova decisiva para o socialismo. A incapacidade de deter a guerra, explicaria segundo Rémond, a cisão do movimento, ocorrida depois da guerra, e a adesão de seus membros mais ortodoxos a outra fórmula, cujo exemplo seria indicado pela Rússia bolchevista com a Terceira Internacional.

Bibliografia Complementar:

COGGIOLA, Osvaldo. *Da revolução industrial ao movimento operário*. As origens do mundo contemporâneo. Porto Alegre: Editora Pradense, 2010.

HOBBSAWM, Eric. Trabalhadores do mundo. In: *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 181-226.

KONDER, Leandro. Socialismo – Ideias que romperam fronteiras. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 171-190.

Nações e nacionalismos no século XIX

Texto base: HOBBSAWM, Eric. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In: *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*.

1. Apresentação do texto

Nesse capítulo, Eric Hobsbawm analisa o processo de formação dos Estados-Nações na Europa ao longo do século XIX, de forma particular o período de 1830-1880. O autor destaca a discussão dos conceitos de nação, Estado-Nação, princípio de nacionalidade. Precisamos não perder de vista que, frente a uma Europa constituída por diferentes nações, multiétnica e multilinguística, a formação de Estados-Nações no século XIX era uma questão chave e conflituosa. **O argumento central de Hobsbawm é que a formação de Estados-Nações na Europa durante século XIX é marcado mais por uma determinação política que por uma decisão pautada por critérios étnicos, linguísticos ou culturais, que corresponderia à noção de nacionalidade ou de sentimento nacional.** Esse último aspecto estaria presente com mais vigor nos discursos políticos e na sociedade a partir de 1880.

2. O significado da palavra Nação

Para Hobsbawm, **a característica principal a ser destacada em relação à nação é sua modernidade**. Para nós, a constituição de uma **identidade nacional** tornou-se tão “natural, fundamental e permanente” que precederia a história. Dessa maneira, para o historiador, é necessário **chamar atenção para a modernidade do vocabulário**. Para este fim, Hobsbawm inicia sua análise a partir de uma reflexão em torno da etimologia da palavra nação consultando dicionários e enciclopédias de época.

De acordo com Hobsbawm, o Dicionário da Real Academia Espanhola não utiliza as terminologias “Estado”, “Nação” e “língua” em sentidos modernos antes de sua edição de 1884. A expressão “língua nacional”, por exemplo, é apresentada pela primeira vez como “a língua oficial e literária de um país e, à diferença de dialetos e línguas de outras nações, é a língua geralmente falada” (HOBBSAWM, 1990, p. 27). Antes de 1884, a palavra “nación” significava apenas “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” ou ainda “um estrangeiro”.



Em seu novo sentido, nação era compreendida como “um estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e ainda “um território constituído por esse estado e seus habitantes, considerados como um todo”.

Os elementos “**Estado comum** e **soberano**” tornar-se-iam centrais a essas definições, pelo menos para o mundo ibérico. Nação seria “o conjunto dos habitantes de um país regido por um mesmo governo”.

No Dicionário da Academia Espanhola a palavra nação somente foi encontrada em 1925 e correspondia “a coletividade de pessoas que tem a mesma origem étnica e, em geral, falam a mesma língua e possuem tradição comum” (HOBBSAWM, 1990, p. 28). Sentido semelhante é encontrado na Enciclopédia Brasileira Mérito, em que consta que a nação é “a comunidade




de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo; o povo de um estado, excluindo o poder governamental" (HOBSBAWM, p. 28).

Para Hobsbawm, somente após 1884 é que governo seria vinculado ao conceito de nação. Anteriormente a essa época, a palavra nação significava "origem" e "descendência". E, argumenta o autor, à medida que origem e descendência estão relacionadas a um corpo de homens, dificilmente este corpo de pessoas seria aquele que formou o estado. Ligado a um território, esse corpo de homens apenas por acaso constituiriam uma unidade política e nunca muito grande. Na primeira edição do Dicionário Espanhol de 1726, a palavra pátria ou "tierra", em sentido popular, significavam somente "o lugar, o município ou a terra onde se nascia" ou "qualquer região, província ou distrito de qualquer domínio senhorial ou estado". (HOBSBAWM, p. 28). **Assim, até 1884 a ideia de pátria não estava vinculada a um Estado e até 1925 não haveria um apelo emocional ligado à ideia de patriotismo moderno.**

Nas línguas românicas, ou seja, línguas que tem como origem comum o latim, a palavra nação seria vernácula. Em outras línguas, quando a palavra é utilizada seria um empréstimo estrangeiro. Dessa maneira, para Hobsbawm essa diferença permitiu traçar de maneira mais precisa o uso dessa palavra. Assim, por exemplo, a palavra "volk" (povo) em alemão assume contemporaneamente o mesmo sentido que as da palavra "natio". No entanto, essa associação ocorreu de forma complexa. Essa interação entre as palavras "natie" (origem latina) e "volk" ocorreram apenas no século XVI. Como no francês medieval, "natie" significava nascimento ou grupo de descendência.

Como em outros lugares, a palavra se desenvolveu para descrever grupos fechados, como por exemplo, guildas e outras corporações que precisavam ser diferenciados de outros grupos com os quais conviviam. Desse fato, derivava a aceção de "nações" como sinônimo de estrangeiro. Designava comunidades de estrangeiros, particularmente de comerciantes. Um ponto importante a se ressaltar é que **a evolução da palavra tenderia a salientar o lugar ou território de origem.** Outro caminho levaria a **enfatizar o grupo de descendência comum e direcionar-se-ia a etnicidade.**



De qualquer forma, argumenta Hobsbawm manter-se-ia curioso o problema da relação entre essa "nação" vernácula com o Estado, pois parece claro que em termos étnicos, linguísticos e outros elementos, os estados, ao menos para a maioria deles, qualquer que fosse seu tamanho, não eram homogêneos e, portanto, não poderiam ser uniformizados como nações.

Em inglês e francês, por exemplo, utiliza-se a mesma palavra – nação – para indicar pessoas que pertencem a um estado, ainda que não falem a mesma língua. Para Hobsbawm, uma discussão interessante a esse respeito viria da Alemanha do século XVIII. Para o enciclopedista Heinrich Zedler, nação designaria um número unido de "bürger" (cidadãos), que compartilhariam de um conjunto de valores, costumes e leis. Dessa maneira, nação não poderia ter significado territorial, pois os membros de diferentes nações poderiam habitar a mesma província, ainda que pequena. Para Zedler, portanto, a palavra que melhor descreveria a totalidade de pessoas de todas as nações, vivendo em uma província ou estado seria "volk". Para complicar um pouco mais, a palavra nação é utilizada com o mesmo sentido de "volk" ou ainda, como sinônimo de estamento da sociedade ou como qualquer associação ou sociedade.



3. O sentido de Nação no século XIX



Mas, independente de seu significado original, o termo **nação** é utilizado de maneira diferente se seu sentido moderno, que comporta dois aspectos: o político e sua modernidade.

O *New English Dictionary* enfatizou em 1908, que o antigo significado de nação destacava principalmente a unidade étnica e seu uso moderno. Por outro lado, remetia mais à “noção de independência e unidade política”. Para Hobsbawm, no século XIX, principalmente **a partir de 1830, para formulação da análise de nação foi preciso considerar o conceito a partir do discurso político e social.** Nesse período, utilizava-se a **expressão “princípio de nacionalidade”** para os debates e questões relativos a nação.

O significado mais frequente de nação e o mais presente na literatura, era político. **Na era das revoluções, pouco a pouco incorporava-se ao conceito de nação a ideia de que essa deveria ser “una e indivisível”.** Compreendida dessa forma, a nação era “o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um estado concebido como sua expressão política”. Dois novos elementos – cidadania e escolha ou participação de massa – passaram a fazer parte da compreensão de nação. **A relação nação-estado-povo, principalmente a ideia de povo soberano, conectou a nação ao território,** pois a estrutura e a definição dos estados passavam a ser territoriais, o que implicou a constituição de uma multiplicidade de Estados-Nações como resultante da autodeterminação popular.

Para Hobsbawm, seria preciso aprofundar o debate sobre o que constituiria “um povo”. Não haveria uma lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial de um lado e a identificação de uma nação em base linguística, étnica ou em grupos com características comuns que permitissem o reconhecimento coletivo de pertencimento de grupo. Exemplo desse fato foi a revolução francesa, “completamente estranha ao princípio de nacionalidade e ao sentimento de nacionalidade”. A cidadania francesa não foi determinada pelo uso do francês, pois para os revolucionários, se a nação tem algo em comum, não seria a etnicidade, a língua ou outra coisa, mas o que caracterizaria o povo-nação seria o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum conta o privilégio.

No entanto, não se pode tomar a compreensão de nação revolucionária para se entender os programas posteriores de estabelecimento de Estados-Nações para corpos sociais definidos em termos dos critérios de etnicidade, língua comum, religião, território, história, amplamente discutidos pelos teóricos do século XIX, pois nenhum desses critérios, por exemplo, promoveu a união da nova nação americana. Mas, ainda que não determinantes, eram critérios presentes e aceitos. Para a maioria dos jacobinos, um francês que não falasse francês era suspeito. Dessa maneira, a insistência francesa na uniformidade linguística desde o período da revolução era algo marcante e excepcional para a época.

O uso nativo do francês não tornava uma pessoa francesa, e sim a disposição em adotar o francês junto com outros elementos, como leis e costumes. Adotar a língua francesa era uma das condições da plena cidadania francesa, de igual forma, da nacionalidade francesa, da mesma forma que adotar o inglês tornou condição da cidadania americana.



Para Hobsbawm, um momento decisivo da compreensão de nação ocorre em torno do relatório Barère, a partir do qual se reúnem dois conceitos diferentes de nação: o revolucionário-democrata e o nacionalista.

A conjunção Estado-Nação-povo se aplica tanto à posição revolucionário-democrática quanto à nacionalista. No entanto, para os nacionalistas, a inclusão de nação na criação de entidades políticas era resultado da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras, entendidas como estrangeiras. Para os revolucionários-democratas, o ponto fundamental estava na equação soberania do povo-cidadão como igual a estado, que constituiriam uma nação em relação a outros agrupamentos.



Consulte o dossiê Nação/Nacionalismo da Revista Estudos Avançados, volume 22, número 62, jan./abr. 2008, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420080001&lng=pt&nrm=iso

4. A construção de Nações na Europa – 1830-1880

Mas, o que significaria para as burguesias liberais e seus intelectuais, sobretudo entre 1830-1880, a equação Estado-nação-povo? Não havia como furtrar-se a essa problemática, visto que a essa época, o princípio de nacionalidade mudou o mapa político da Europa, e o equilíbrio de poder foi transformado pelo nascimento de dois grandes Estados-Nações pautados pelo princípio nacional (Alemanha e Itália), pela partilha de um terceiro poder sustentado pelos mesmos princípios (Áustria e Hungria), além do reconhecimento de um grande número de entidades políticas menores constituídas como estados independentes.



Um ponto central da análise da história do século XIX dizia respeito, à formação de nações.

Dessa maneira, **frente à existência de um número pequeno de Estados-Nações em começos do século XIX, um ponto central para os intelectuais e políticos era saber qual das numerosas populações europeias classificadas como uma nacionalidade poderiam se tornar um Estado, e quais dos numerosos Estados existentes estavam presentes um sentido de nação.** Parecia claro que nem todos os Estados coincidiam com nações e vice-versa. A questão colocada por John Stuart Mill, por exemplo, de que o estabelecimento de um estado nacional deveria ser viável e desejado pela própria nacionalidade, implicava, segundo Hobsbawm, várias questões.

O discurso liberal no século XIX seria bastante vago a respeito da discussão sobre nação, principalmente devido ao fato de que a nação não deveria ser explicada, pois era óbvia. Dessa maneira, boa parte da teoria liberal das nações emergia do discurso de escritores liberais. Além disso, o ponto centro do discurso liberal teórico não considerava uma discussão intelectual sobre nação. Assim tornaria importante reconstruir uma teoria liberal da nação.

O ponto de partida é a definição menos satisfatória de nação dada por Adam Smith no título da sua obra. Nação significaria simplesmente um Estado territorial. Mas, alerta Hobsbawm, o pensamento dos economistas políticos liberais é



importante para os pensadores liberais da classe média que consideraram nação a partir de outra perspectiva, como John Stuart Mill e Walter Bagehot.



Seria mero acaso histórico que a formação das nações tenha ocorrido na era do liberalismo? E ainda: o Estado-Nação desempenharia uma função determinada no processo de desenvolvimento capitalista? E como a análise contemporânea viu essa função?

É inegável o papel das economias definidas por fronteiras estatais. O desenvolvimento econômico mundial esteve vinculado às “economias nacionais” de um conjunto de estados territoriais desenvolvidos entre o século XIX e começos do século XX. A dificuldade dos economistas liberais do século XIX e dos liberais era de poderem reconhecer o significado econômico das nações apenas na prática, mas não na teoria. Adam Smith, por exemplo, formulou em sua obra uma crítica ao “sistema mercantil” pautado no conceito de desenvolvimento econômico nacional, apresentando o livre-comércio e o livre-mercado como meios mais ajustados para se buscar o desenvolvimento.

O termo “economia nacional” apareceu apenas no *Dictionnary of Political Economy* de Palgrave relacionado à teoria econômica alemã. O termo “nação” desapareceria de trabalhos franceses correlatos na década de 1890. Mas, para Hobsbawm, **mesmo o mais puro dos economistas clássicos seria obrigado a considerar o conceito de economia nacional. Pois, como seria possível negar as funções e os benefícios do estado nação?** Não havia como desconsiderar a existência de Estados com monopólios da moeda, com finanças públicas e com atividades e políticas fiscais. Além disso, os estados garantiam tanto a segurança da propriedade quanto dos contratos.

Em países que buscavam o desenvolvimento econômico nacional contra a superioridade econômica inglesa, o livre-comércio defendido por Smith era menos interessante. Seria o caso, de acordo com Hobsbawm, das discussões efetuadas pelo federalista americano Alexander Hamilton, que estabelecia um vínculo entre nação, estado e economia, utilizando essa vinculação para defender sua opção por governos nacionais fortes. Para Hamilton, a nação implicava uma economia nacional e sua promoção pelo estado, que no século XIX, significaria protecionismo.

O ponto de vista de Hamilton foi defendido pelos economistas alemães ligados a Friedrich List e posteriormente a Escola Histórica dos Economistas Alemães. Para esse economista a tarefa da economia, que os alemães denominariam de “economia nacional” ou de “economia do povo” era a de “realizar o desenvolvimento econômico da nação e preparar sua entrada na sociedade universal do futuro” (apud HOBBSAWM, p. 42). Para Hobsbawm, **List formulou uma característica chave do conceito liberal de nação, considerada como garantida. Ou seja, a nação deve ser um tamanho suficiente para constituir uma unidade viável de desenvolvimento, abaixo de determinado nível não tem justificativa histórica para existência.**



Sobre Friedrich List e a Escola Histórica dos Economistas Alemães, veja:

- ✓ <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EcFrList.html>
- ✓ http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/list_friedrich_entrevista_maio_de_1841.pdf
- ✓ <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/alemao.pdf>



Duas são as consequências dessa tese. A primeira consequência diz respeito ao fato de que o “princípio de nacionalidade”, na prática, serviria apenas para nacionalidades de certo tamanho. Denominado de “princípio do ponto crítico”, foi ilustrado por Hobsbawm, pelo mapa político da Europa das nações formulado por Mazzini em 1857, “que compreendia uma dúzia precisa de estados e federações, dos quais apenas um (a Itália) não seria obviamente classificado como multinacional por critérios posteriores” (HOBBSAWM, p. 43). Na época do nacionalismo liberal o princípio do ponto crítico era adotado.

A segunda consequência reside na questão de que a construção de nações foi compreendida como um processo de expansão. Isso significa que na prática os movimentos nacionais deveriam ser movimentos pela expansão ou unificação nacional. Alemães e italianos, como gregos, esperavam juntar-se em um estado nacional. Sérvios fundir-se-iam com croatas em uma única Iugoslávia. Tchecos fundir-se-iam com eslovacos, poloneses combinariam-se com lituanos e rutenos, os romenos na moldávia uniriam-se aos da Valáquia e da Transilvânia. Para Hobsbawm, essa situação era incompatível com as definições de nação baseadas em etnicidade, língua ou história comum, pois não eram critérios decisivos para a formação liberal de nações.

Dessa maneira, foi aceito que nessas circunstâncias os Estados-Nações seriam nacionalmente heterogêneos, pois tanto na Europa como em outras partes do mundo havia muitas nacionalidades que estavam misturadas em um mesmo território e que separá-las seria irrealista. A heterogeneidade nacional dos Estados-Nações seria ainda aceita, devido ao fato de se compreender que as nações pequenas e atrasadas se beneficiariam fundindo-se com nações maiores. Aceito que as nações deveriam ser viáveis pelos critérios seguia-se a perspectiva de que as pequenas nacionalidades e línguas estavam destinadas a desaparecerem. É preciso ressaltar também que as nacionalidades pequenas ou mesmo Estados-Nações que aceitaram incorporar-se a uma nação maior não reconheceram diferenças irreconciliáveis entre a microcultura e a macrocultura. As nacionalidades maiores acolhiam as menores desde que não fossem desafiadas por elas.

5. A definição de povo

Alguns povos ou nacionalidades, contudo, estavam destinados a nunca se tornarem integralmente nações. Dessa maneira, quais povos tinham futuro e quais não tinham? Os debates sobre o que constituía a nacionalidade – território, língua, etnia, pouco ajudavam. O princípio do ponto crítico era útil, mas também não era um critério decisivo, uma vez que existiam nações inquestionáveis, mas de tamanho reduzido. Ou ainda, a existência de movimentos nacionalistas.

Havia, para Hobsbawm, três critérios que permitiam um povo ser classificado como nação, sempre que fosse grande o suficiente para ser considerado viável. O **primeiro critério** é a associação histórica de um Estado existente ou, com um Estado de passado recente, mas razoavelmente durável. Havia pouca dúvida sobre a existência de um povo-nação inglês ou francês, por exemplo. Estabelecida a relação da nação com o Estado, decorria o entendimento que o único povo em um país fosse aquele pertencente ao povo nação. O **segundo critério** corresponde à existência de uma elite cultural historicamente estabelecida, que possui vernáculo administrativo e literário escrito. A identidade nacional era fortemente linguística, ainda que a língua nacional fosse falada apenas por uma minoria. O **terceiro critério** diz respeito a uma comprovada capacidade para a conquista.

Tais concepções de nação e Estado-Nação foram predominantes no período entre 1830 a 1880. Essas concepções faziam parte da ideologia liberal sob dois aspectos. Por um lado, o desenvolvimento das nações era entendido como uma fase de progresso ou da evolução humana a partir de escalas – do



pequeno grupo ao grande, da família a tribo, da região a nação. Para a ideologia liberal, a nação representava o estágio de evolução alcançado na segunda metade do século XIX. Além disso, a nação estava relacionada à assimilação de comunidades e povos menores pelos maiores. Por outro lado, como a nação era historicamente nova, opunha-se a conservadores e tradicionalistas e atraía opositores.

Para Hobsbawm, sob o ponto de vista do liberalismo, a defesa da nação ocorria em função de sua constituição representar um estágio no desenvolvimento histórico da sociedade humana. Além disso, a existência de um Estado-Nação dependia mais da demonstração de como sua constituição se adequava ao progresso e à evolução histórica avançada, do que dos sentimentos subjetivos dos membros da nacionalidade ou da simpatia de observadores. **Nesse contexto, qual era a defesa dos povos, línguas e tradições menores?**

os pequenos povos, línguas e culturas ao progresso apenas no caso de aceitarem um status subordinado a alguma unidade maior ou caso se retirassem da batalha para se tornar um repositório de nostalgia e de outros sentimentos (HOBBSAWM, 1990, p. 53).

Embora a discussão sobre nação seja aspecto fundamental à história do século XIX, a construção de nações, entretanto, aplicava-se somente a algumas nações. O “princípio de nacionalidade” atingia reduzido número de povos ou regiões, mesmo em Estados multilíngues ou multiétnicos como o império Habsburgo, onde tal ponto de vista predominava. Entre 1871 (criação do império germânico) e a Primeira Guerra Mundial, as únicas mudanças no mapa político europeu foi a separação da Noruega da Suécia.

Somente a partir de 1880 o debate sobre a “questão nacional” se intensificou. Isso porque o apelo político dos slogans nacionais para as massas de votantes potenciais e reais e para os que apoiavam movimentos políticos de massa revelaram-se pontos decisivos. Assim, os critérios teóricos da nacionalidade tornavam-se importantes porque eram compreendidos como uma forma específica de estratégia, de luta e de programa político.

O princípio da nacionalidade que era discutido e que mudou o mapa da Europa entre 1830-1878 era diferente do fenômeno político do nacionalismo que se tornou central na “era da política de massa” e da democratização europeia. Depois de 1880, aspecto fundamental dizia respeito à maneira como homens e mulheres comuns sentiam-se a respeito da nacionalidade.

Bibliografia Complementar:

ANDERSEN, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOBBSAWM, Eric. O nacionalismo. In: *A Era das Revoluções: Europa, 1789-1848*. 24.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 189-208.

HOBBSAWM, Eric. A construção das nações. In: *A era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 125-146.

RÉMOND, René. O movimento das nacionalidades. In: *O Século XIX, 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 149-164.

O mundo burguês I

Texto base: HAUPT, Heinz-Gerhard. O Burguês. In: FURET, François (dir.). O Homem Romântico. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 18-52.

1. Apresentação do texto

Discutiremos o conceito de burguês, e a partir do significado da palavra, refletiremos sobre o modo como se constituiu a burguesia enquanto um grupo social com uma identidade e modos de vida e de conduta definidos na sociedade europeia entre finais do século XVIII e primeira metade do século XIX.

2. O significado da palavra burguês

Pierre Larousse em seu *Dictionnaire Universal* escreveu: “só a Europa moderna conheceu a burguesia, e da Europa, foi a França que teve o desenvolvimento mais completo desta instituição (...). A Alemanha teve as suas cidades livres, a Inglaterra a sua câmara dos comuns; mas foi a França inteira que se tornou burguesa e terceiro estado” (HAUPT, 1998, p. 19). Para Haupt, essa comparação utilizada por volta de 1870 indicaria tanto a diferença no desenvolvimento da burguesia nesses Estados quanto um percurso específico, característico da Europa, ocorrido entre os séculos XVI-XIX, levando à constituição de formas de vida e de valores burgueses.

Para Haupt, embora Larousse colocasse em destaque certas particularidades de cada nação, a comparação não consegue abarcar a multiplicidade de modos de existência presentes no interior da burguesia europeia. O dicionário apresentaria desse modo, mais uma visão da realidade do que uma análise desta. Ao estabelecer uma comparação entre os diversos tipos de burguesia existentes na Europa, Larousse acentuou certos aspectos particulares. Além disso, ao exaltar a burguesia e sua missão histórica, aponta que essa somente poderia ter surgido na Europa Ocidental. Sua comparação conduz ainda ao enaltecimento da burguesia francesa.

Essas definições formuladas no próprio período de afirmação da burguesia são importantes porque auxiliaram na formulação de uma dada percepção sobre a realidade, pois, ao estruturarem essa percepção selecionavam determinados aspectos dela. Mas, analisar os modelos interpretativos da época sobre a constituição da vida burguesa é um primeiro aspecto a ser considerado para se definir diversas modalidades de configuração no período de 1780 a 1850. Outros aspectos a considerar são:

- ✓ os termos e as significações que separavam os burgueses de outros segmentos sociais, fazendo com que se tornassem representantes da sociedade burguesa.
- ✓ além disso, ao descrever e comparar os diversos tipos de burgueses, é necessário se perguntar se na primeira metade do século XIX estava constituído um tipo de burguesia estruturalmente homogêneo.
- ✓ e, por fim, pesquisar os elementos de contato entre as diversas partes da burguesia, que permitirá, por sua vez, considerar as contribuições dos diferentes membros quanto à construção de uma sociedade burguesa. Essa análise permite considerar, segundo Haupt, se a constituição dessa sociedade leva ao rompimento com a sociedade de ordens ou se havia a procura de uma conciliação com as estruturas tradicionais.



Outro aspecto apontado pelo autor é que as reflexões formuladas buscam comparar o desenvolvimento da burguesia em diferentes nações. Além disso, antes propriamente da análise do autor, outra questão diz respeito ao conhecimento e aos estudos formulados sobre a burguesia. Para Haupt, esse conhecimento varia de acordo com as historiografias nacionais. Os resultados da investigação histórica correspondem ainda às condições específicas de cada nação e que fizeram com que o objeto “burguesia” fosse alvo de interesse dessa investigação. Dessa maneira, **o interesse pelo estudo da burguesia foi diferente na Alemanha, na França, na Itália e na Inglaterra e correspondem à busca de respostas as problemáticas específicas de cada nação.**

No século XIX, três acepções da palavra *bürger* foram apresentadas por Joachim Heirinch Campe. A primeira acepção remete a cidade como uma “comunidade de cidadãos” e não de “habitantes”. Dessa maneira, correspondeu a uma estrutura pré-moderna pela qual o termo *bürger* designa habitantes de uma cidade que possuem determinados privilégios. A segunda acepção de *bürger* designa todos os habitantes da cidade por distinção aos habitantes das aldeias. Nessa designação, o termo desligar-se-ia de seu sentido referente à sociedade de ordens e remeteria ao sentido de habitantes de uma cidade. A terceira acepção, sob influência da Revolução Francesa, *bürger* é compreendido como os membros do Terceiro Estado que se distinguem do clero e da nobreza. *Bürger* seriam “todos os membros da sociedade que formam os estados”.

Dessa maneira, desde começo do século XIX, a palavra *bürger* aponta para duplicidade semântica, ou seja, para as duas características distintas que o conceito assumiria na língua alemã.

***Bürger* tanto designa o “burguês” – ou seja, o membro da burguesia – quanto o “cidadino” – indivíduo que nascia e vivia em uma cidade.** Tais acepções apareceriam ainda em outros dicionários, como Brockhaus, de 1827. Para Haupt, na primeira metade do século XIX, coexistiam com relação aos conteúdos semânticos (ou seja, quanto ao significado da palavra) os da sociedade de ordem e os da sociedade moderna. Dessa forma, **até 1848 não se destacavam nos dicionários os elementos sociais e econômicos, bem como não se privilegiava os modos de vida e de comportamentos burgueses.**

3. O sentido moderno da palavra burguês

Devido às múltiplas utilizações que o termo burguês ganhava, rapidamente se difundiu, indicando que não havia interesse entre as forças políticas liberais em romper com o sentido de burguesia das cidades, pois isso permitia proclamar o desenvolvimento do comércio e da indústria no quadro da economia da cidade, como também relacionar esse desenvolvimento a uma aliança entre monarquia e burguesia. Essa ideia de desenvolvimento encontraria êxito no conceito de camada intermediária utilizada pelos publicistas liberais.

Também em francês, o termo burguês se assemelha ao empregado em alemão.

A expressão “burguês de Paris” indicava um estrato social definido pelo direito e pela honra, mas pouco a pouco começava a designar também um modo de existência de tipo econômico, uma vez que se referia especialmente aos habitantes da cidade que viviam de suas rendas. Com



a Revolução Francesa, essa caracterização jurídica particular seria abolida, pois deixaria de existir qualquer privilégio ou direito particular. Dessa maneira, **o sentido tradicional de burguês tendeu a desaparecer, sendo substituído em começos do século XIX por um sentido de oposição à nobreza.**

Destacava-se nesse primeiro momento um sentido de pertencimento a uma classe social que se assentava aos méritos individuais e não nas estruturas preexistentes.

Tal perspectiva somente se modificaria a partir de 1850, quando o estatuto patrimonial passaria a prevalecer nas definições de classe média. **Somente em 1870 as camadas pequeno-burguesas seriam reconhecidas como classes médias e a burguesia como os possidentes, ou seja, os possuidores.**

Na Inglaterra não existia o equivalente ao termo burguesia, como no alemão e no francês. O conceito de classe média possuía distintas conotações, pois diferentemente da França, era um conceito que não tinha origem nos debates políticos e sociais entre nobreza e burguesia, nem relacionado à luta pelos direitos constitucionais como na Alemanha. Na Inglaterra, o conceito de classe média ligava-se ao contexto de desenvolvimento da economia de mercado e ao processo de diferenciação social que tiveram início no século XVIII. Em inglês, a partir de uma tradição republicana que prevaleceria nos primeiros trinta anos do século XIX, o termo ganhou uma conotação na qual as classes médias designaram as virtudes políticas e morais.

A análise a partir da etimologia da palavra permitiu perceber o modo pelo qual os burgueses se viam, ou, como eram vistos pelos outros. Entre 1780-1848 foi possível verificar as mudanças no sentido da terminologia, que ligada à sociedade de ordem passou a ganhar significações modernas, ou mesmo cedeu seu lugar à novos termos.

Para Haupt, os diversos sentidos aplicados ao termo burguesia correspondem aos diferentes modelos e diferentes estruturas referentes às características das sociedades nacionais.

Entre os anos de 1718-1840 não era possível falar de uma burguesia como uma classe social coesa; por outro lado, é relevante compreender os elementos estruturais comuns e quais as diferenças existiam no interior do mundo burguês. Dessa maneira, é pertinente a pergunta “em que medida se associavam os burgueses entre si, compartilhando tipos de vida e atividades semelhantes, ou em que medida, pelo contrário, viviam e trabalhavam em condições radicalmente uma das outras?” (HAUPT, 1998, p. 26). Ainda: “desenvolviam-se lógicas específicas de ramos ou grupos profissionais concretos, ou essas lógicas acabavam por convergir?” (HAUPT, 1998, p. 26).

4. As sociedades burguesas europeias

A partir de uma classificação da burguesia que considera os princípios estruturais, os mecanismos de recrutamento e de origem e os princípios comerciais, Haupt procurou investigar as sociedades burguesas europeias. O autor afirma que entre 1780-1840 não foi o “bourgeois” – grupo social com direitos e privilégios -, mas os “burgueses” – cidadãos - que constituíram uma imagem das cidades europeias. Assim,

embora ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial, os empresários e os industriais tenham adquirido uma importância



crescente, até mesmo nos países fortemente industrializados como a Inglaterra, não eram os capitães da indústria e os especuladores da bolsa que, na primeira metade do século XIX, caracterizavam a imagem da burguesia (HAUPT, 1998, p. 27).

Nesse sentido, seriam a “burguesia municipal” e a “burguesia cultivada”, funcionários e comerciantes, advogados e médicos, que representariam o centro da vida urbana.

As cidades de modo geral eram pequenas, e nelas morava a maior parte da burguesia. Apenas 23% de ingleses, 12% de franceses e 9% de alemães viviam em localidades com mais de cinco mil habitantes. A maioria dos habitantes que estavam nas cidades morava em comunas com cerca de cinco a vinte mil pessoas, com uma vida social restrita, cujo peso das convenções sociais era um elemento característico. No entanto, alerta Haupt, a relação entre burguesia e cidade não pode ser afirmada em termos tão esquemáticos, pois havia burgueses que habitavam o campo, e cidades onde não havia burguesia.

Dessa maneira, afirma o autor,

privadas de estilo arquitetônico definido e caracterizadas por levada mobilidade dos seus habitantes, com uma economia que as ligava intimamente aos campos e sem deles se distinguirem claramente no plano jurídico, essas cidades só muito longinquamente correspondiam ao modelo urbano, que se desenvolvera no decorrer da diferenciação entre produção agrária e produção industrial e da emergência de uma nova autonomia em termos jurídicos e administrativos”. (HAUPT, 1998, p. 27).

Várias cidades da Europa Oriental e Central mantinham características desta tipologia arcaica, nas quais, a burguesia como uma força social autônoma não podia se desenvolver.

Porém, **ao acentuar os elementos jurídicos corre-se o risco de desconsiderar os processos de diferenciação social e econômica que colocavam em foco as tensões existentes entre as elites tradicionais da velha ordem e as novas forças sociais.** Na Alemanha, entretanto, os critérios que diferenciavam a burguesia de outros grupos sociais, a posição jurídica ocupada no interior da cidade, manteve-se com grande força no século XIX. Isso significava que

possuir o direito de cidadania numa cidade queria dizer não só dispor de bens e, muitas vezes, ter origem numa família abastada, como ainda participar da administração da cidade e poder recorrer às instituições municipais de assistência e defesa”. (HAUPT, 1998, p. 30).

Esse direito constituía-se como um fundamento e diferenciava os cidadãos (*bürger*) dos simples habitantes da cidade (*einwohner de stadt*).



Na sociedade de ordens do século XVIII, a obtenção do direito de cidadania dependia não apenas de critérios de renda ou riqueza, mas também do exercício de uma profissão que fosse capaz de garantir sustento e independência.

Em algumas cidades, a estas condições acrescentavam-se ainda as de tipo confessional.

Um elemento que se destacava era a figura do comerciante, que de acordo com um manual de boas condutas alemão, intitulado “O homem de sociedade”, reuniria as qualidades mundanas e o pleno desenvolvimento das qualidades burguesas. Em várias cidades, os comerciantes que se dedicavam as atividades de exportação e importação pertenciam frequentemente ao patriciado urbano ou desempenhavam um papel relevante em questões relativas às decisões



locais. Uma oligarquia de comerciantes encontrava apoio para a defesa de seus interesses nas câmaras de comércio, bem como o apoio dos tribunais comerciais. Além disso, é possível encontrar os comerciantes em outras atividades que não só as relacionadas ao meio urbano e de trabalho, como a participação em órgãos representativos importantes.

O que distinguia os comerciantes de outras camadas da burguesia era o fato de que seus negócios permitia que estivessem em contato com diversas regiões do estrangeiro. Esse caráter cosmopolita os diferenciava da burguesia municipal, ligada às questões locais, mas também das categorias de profissionais liberais, vinculados aos sistemas de formação e qualificação das nações ou Estados. Muitos comerciantes, por exemplo, que tinham casa de comércio no exterior, passaram a adotar a prática de enviar os filhos para viagens de formação e aperfeiçoamento.

Essa burguesia empresarial bastante diversificada e hierarquicamente organizada, pouco a pouco delimitou diferenciações em relação à burguesia retalhista. Tal questão implicou consequências para a própria topografia da cidade. Abandonaram os velhos bairros comerciais aos vendedores de retalhos e se instalaram em ruas menos povoadas ou em bulevares. **Vale lembrar que a burguesia empresarial distingue-se da burguesia industrial, embora se mantivesse a ela ligada durante o século XIX.** Para Haupt, é preciso frisar a distinção entre “bourgeoise” e burguesia comercial. Para o autor,

se a primeira baseava a sua existência na circulação do capital, seguia com frequência as regras tradicionais do comércio e estava intimamente ligada a actividades bancárias e de crédito, os industriais assentavam em contrapartida o seu império num capital estável, na propriedade dos meios de produção e num estrito controlo das fábricas, apostando nos efeitos das novas tecnologias nas empresas industriais, lançadas na base de uma perspectiva a longo prazo” (HAUPT, 1998, p. 35).

No entanto, a realidade social desfazia essa diferenciação tão rigorosa, pois muitos industriais eram oriundos de famílias de comerciantes. Na primeira fase de industrialização, os laços com o comércio ainda não haviam sido cortados. Mesmo que nem todos os industriais viessem do mundo comercial, compartilhavam, por outro lado, o fato de serem membros de círculos sociais bem instalados e usufruindo de bem-estar, e portanto, possuidores de certo capital. A preocupação com uma sólida base familiar ao seu negócio, a integração de uma política de casamentos como parte da estratégia da empresa e a busca de colaboradores entre familiares mais próximos ou círculo de amigos também constituíam-se como elementos a unir os comerciantes.

O cuidado em minimizar riscos com investimentos incertos, como a aquisição de maquinária ou construção de instalações industriais, fez com que na França, Itália e Espanha se difundisse a prática de adquirir grandes propriedades fundiárias. Outro aspecto a considerar, é que tanto entre a burguesia ligada ao comércio quanto a voltada à indústria, um papel de destaque caberia a determinadas minorias, como por exemplo, os capitalistas judeus, bem como a minorias religiosas. Entre as camadas burguesas, a “bourgeoise”, ou seja, a burguesia empresarial, permanecia minoritária.

Outro ponto a ser ressaltado por Haupt diz respeito à distinção necessária entre burguesia proprietária e burguesia cultivada. Segundo o autor,

por este último termo entendemos esse grupo, interiormente heterogêneo, caracterizado por uma cultura universitária e que compreendia médicos e advogados, farmacêuticos e notários, engenheiros e arquitetos, como também juízes e funcionários da administração (HAUPT, 1998, p. 37).



A burguesia caracterizava-se pelo valor tributado às tradições culturais, pela busca de uma diferenciação com a nobreza, pelo princípio de produtividade e pela ligação com o Estado.

Para análise da burguesia entre 1780-1840, um ponto de destaque diz respeito à multiplicidade de carreiras e fontes de rendimento, de situações jurídicas e dos campos de atividades, da origem e das práticas sociais. Parece possível definir essas diversas partes da burguesia por meio do monopólio da propriedade e da “escolarização profissional”, extraída do mercado.



Para mais informações sobre a burguesia leia o artigo publicado na revista *Análise Social*:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223915287B5tCH9tt2PI22SC1.pdf>

4. Os elementos unificadores da burguesia



Frente a essa multiplicidade, o que unia a burguesia como um conjunto articulado?

Um elemento de unificação entre os grandes grupos ocorreu pela delimitação da alteridade, isto é, pelo modo como se constituem as diferenças com outros grupos. Na Europa desse período, essa análise leva em consideração a **relação estabelecida pelos burgueses com a nobreza, e por outro lado, com as “classes inferiores”**. Na Europa Ocidental, o século XIX marcaria um momento significativo do modo pelo qual as sociedades conseguiram constituir uma elite integrando nobres e burgueses, desenvolvendo dessa maneira uma capacidade de moldar a sociedade e orientar os processos de modificação ativos no interior dessa sociedade. Por outro lado, na Europa oriental e central, os modos de viver e as culturas caracterizaram-se pelo predomínio da aristocracia.

A atitude da burguesia frente a nobreza foi de alternância de aceitação e rejeição.

a independência fortemente acentuada pela burguesia, a ética do trabalho e da produtividade, a abertura ao futuro por parte da nova classe contrapunha-se ao regresso a certas modalidades de representação cultural, à adesão a rituais e símbolos típicos dos modos de vida aristocráticos e inclusivamente à procura de nobilitação (HAUPT, 1998, p. 44).

Essa caracterização geral, entretanto, variou conforme cada sociedade e região da Europa.

As relações estabelecidas com as classes inferiores composta pelas massas camponesas e pelos trabalhadores das cidades, mantiveram-se cerradas. Não há processos significativos de ascensão ou passagem do círculo dos trabalhadores ou dos camponeses à burguesia. E de igual forma, não houve esforço da burguesia em mobilizar politicamente as classes inferiores da população. Dessa maneira,

a plebe foi, por conseguinte, excluída da vida política por meio da limitação censitária do direito de voto, da limitação do direito de associação através da proibição da constituição de grupos



de defesa dos interesses econômicos, ao mesmo tempo que se tornava objecto de controlo e de uma vigilância exercidos segundo métodos policiais (HAUPT, 1998, p. 44).

Com tempo à repressão, acrescentou-se a prevenção como medida de correção limitada aos menos favorecidos. Desse modo, discussões sobre encarceramento eram efetuadas.

O segundo aspecto a criar uma unificação entre a burguesia diz respeito aos mecanismos que permitiram os burgueses se entenderem para além de seus próprios fins.

Na Europa, a forma como isso ocorreu se deu por meio das associações, instituições através das quais os burgueses se encontravam e formulavam seus propósitos frente a autoridade do Estado, ou estabeleciam laços de sociabilidade. Para Haupt, “a cultura das associações atravessa toda a Europa como um traço peculiar da burguesia” (HAUPT, 1998, p. 45). No entanto, não obstante as tendências antiaristocráticas e igualitárias, as associações ainda traduziam as diferenças entre os diversos componentes da burguesia relacionados à propriedade, à cultura e à forma de vida, da mesma forma que a vida religiosa e o sexo.

Com relação aos traços comuns entre a burguesia, é possível mencionar a ligação com o liberalismo. O liberalismo difundiu-se na camada intermediária dos burgueses. **As diferenças confessionais também foi um traço característico entre a burguesia, contribuindo para a constituição de diferentes estilos de vida.** Um elemento distintivo no século XIX refere-se ainda ao processo de secularização. **Outro aspecto, diz respeito às relações estabelecidas entre burguesia e território e a adesão aos movimentos nacionais. Mas, vale lembrar, que a primeira referência provinha da cidade.**

Entre as instituições que expandiram e difundiu o modo de vida burguês, a família ocupa papel de destaque. Assim, “no seu interior, herdavam-se as propriedades, reuniam-se os capitais que fundavam indústrias, trocavam-se informações, organizavam-se casamentos e educavam-se os filhos” (HAUPT, 1998, p. 50). As mulheres passavam a competir a educação dos filhos e a construção de uma cultura da sociabilidade. Por fim, é importante ressaltar que do mesmo modo como esse modelo se difunde não se restringindo à burguesia, entre muitos grupos burgueses esses valores não se difundiram com igual amplitude. Nem todos os burgueses aceitavam as normas consideradas como constitutivas de sua classe. Mas somente eram reconhecidos como burgueses os que adotavam esses valores, os aplicavam na educação dos filhos e conduziam suas vidas cotidianas inspirando-se nesses valores.

Bibliografia Complementar:

HOBBSAWM, Eric. O mundo burguês. In: *A era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 321-348.

GUY, Peter. *A experiência burguesa - Da rainha Vitória a Freud - A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

O mundo burguês II

Texto base: PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.307-323.

1. Apresentação do texto

Discutiremos nesse capítulo questões relativas aos modos de morar, não apenas da burguesia, mas dos habitantes do campo e dos trabalhadores urbanos, e como a relação com a casa e seu interior expressavam comportamentos e exteriorizavam elementos sociais e culturais constitutivos de cada um desses grupos.

2. A casa e a vida privada no século XIX

Para Littré, “a vida privada deve ser cercada de muros. Não permite espiar e revelar o que se passa na residência de um particular” (*Dictionnaire*. 1863-1867. Apud PERROT, 1991, p. 307).

Partindo dessa definição, a historiadora francesa Michelle Perrot busca compreender o sentido de privado no decorrer do século XIX. Para ela o isolamento a que Littré se refere, atuaria de diversas formas. Dessa maneira, por um processo de nidificação, pequenos grupos e microssociedades dividiriam, no espaço público, lugares reservados para folguedos e conciliábulos. Exemplos desses recortes pelo espaço da cidade seria a existência dos clubes, círculos aristocráticos e burgueses, câmaras e camarotes, gabinetes particulares alugados por uma noite, cafés, cabarés, bistrôs.

Nidificação: De acordo com o dicionário Caldas Aulete, significa o processo de construção e formação de ninho; aninhamento. Disponível em: <http://www.auletedigital.com.br/>

Conciliábulo: Vários sentidos são aplicados a este vocábulo de acordo com o dicionário Caldas Aulete, mas o que melhor se adéqua ao sentido utilizado por Michelle Perrot é o de “pequena assembleia” ou ainda Série de conversas longas para resolução de algum assunto”. Veja os outros significados da palavra em <http://www.auletedigital.com.br/>

Nesses espaços intermediários prevaleceu uma sociabilidade masculina. As mulheres, por outro lado, suspeitas na medida em que se tornavam “públicas”, tinham espaço reduzido. Seriam localizadas nas oficinas de caridade, em lugares religiosos como os altares, nas lavanderias; espaço que buscavam preservar fora do controle masculino. Para Perrot, a sociedade civil não é um vazio, mas “formigar de alvéolos de convívio onde fervilham segredos” (PERROT, 1991, p. 307).

As classes dominantes que teriam medo da “plebe bronca e suja” se acomodavam nos espaços públicos como nos transportes coletivos, constituindo locais especiais, chamados de “nichos protetores”, sendo: camarotes de teatro, cabines de navios ou banhos públicos, compartimentos de primeira classe destinados a impedir a promiscuidade e garantir as distinções. **Mas o domínio do privado por excelência seria a casa, base material da família e pilar da ordem social. A casa se configuraria como o elemento de fixação.**

Nesse sentido, compreende-se a **importância das vilas operárias como parte da estratégia patronal de formação de uma mão de obra estável**. Antes a fisiognomia, pois a ordem de um aposento revelaria uma vida. A residência revestir-se-ia tanto de sentido moral quanto político. A casa, símbolo



de disciplinas e reconstruções, representaria também o perigo das revoluções. Significativo dessa questão seria a publicação pelo arquiteto Viollet le Duc da obra "*Histoire d'une maison*" em 1873, logo após a Comuna de Paris que conflagra esse cenário.

Fisiognomonía: Arte de conhecer o caráter dos homens pela observação das feições do rosto.



Sobre o arquiteto francês Viollet Le Duc, veja: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.044/3153>

No século XIX a casa é assunto de família, é o local de sua existência, seu ponto de encontro.

A casa era o espaço que personificava a ambição do casal e o seu sucesso. **Constituir um lar era residir em uma casa e nesse sentido, os jovens casais progressivamente tolerariam menos a coabitação com pais ou sogros.** A forma como essa nova situação se caracterizava seria pela constituição de um lar, "um *home*", termo que se difundiria a partir de 1830, ou ainda, de maneira popular, "um cantinho". Ter um lar, portanto, marcaria uma autonomia frente aos familiares. Para Perrot, a partir desse momento, o interior designaria menos o coração do homem e mais o casa tornando-se condição para a felicidade e o conforto, a condição de bem-estar.



A casa é também uma propriedade e sob esse aspecto, objeto de investimento e estabelecimento, alvo de disputa entre herdeiros. A casa é ainda um território por meio do qual seus proprietários tentam se apropriar e controlar a natureza por meio da construção de exuberantes jardins e estufas que abolem as estações. Buscam ainda a apropriação estética pela aquisição de obras de artes por meio de coleções ou pelos concertos privados. O tempo busca ser retido pelas lembranças da família ou de viagens. O espaço é apropriado pelos livros que descrevem o planeta e pelos magazines ilustrados que o exibem.



Veja, entre outros, os filmes abaixo e observe a caracterização da família e dos espaços no século XIX:

- ✓ A época da inocência, Estados Unidos, dir. Martin Scorsese, 1993.
- ✓ Orgulho e Preconceito, Inglaterra, dir. Joe Wright, 2005.
- ✓ Persuasão, Inglaterra, dir. Adrian Shergold, 2007.



3. Mudanças no sentido de morar

Na passagem do século XIX ao XX manifestou-se um interesse de **integração e domínio do mundo pela casa**. O desenvolvimento técnico exemplificado pelo telefone e eletricidade, permitiriam estabelecer comunicações entre todos, levando à possibilidade do trabalho em casa. A “pequena empresa familiar” onde todos se colocavam sob vigilância paterna é uma ideia amplamente difundida. Também os artistas redescobriram a casa, centro de sociabilidade de elite e de criação, remodelada até mesmo em seus detalhes.

Para Perrot, a casa é

fortaleza da *privacy*, protegida a um só tempo pelo umbral, os zeladores, guardiães do templo, e da noite, verdadeiro tempo das coisas íntimas, a casa é objeto de lutas internas, microcosmo percorrido por sinuosidades e fronteiras onde se defrontam o público e o privado, homens e mulheres, pais e filhos, patrões e empregados, família e indivíduos. A distribuição e o uso dos cômodos, escadas e corredores de circulação das pessoas e coisas, locais de descanso, para cuidados e prazeres do corpo e da alma, tudo obedece a estratégias de encontro e evasão que trespassam o desejo e preocupação para consigo. Gritos e cochichos, risos e soluços sufocados, murmúrios, ruídos de passos que se espreitam, ranger de portas, o impiedoso pêndulo descem as ondas sonoras da casa. O sexo está no coração de seu segredo (PERROT, 1991, p. 310).

Perrot parte da hipótese de que no século XIX uma relativa unidade do modo de vida burguês e das maneiras de morar seriam reforçadas pela circulação europeia de gêneros arquitetônicos representados por uma mistura de racionalidade funcional, conforto ainda bastante reduzido, e uma nostalgia aristocrática, especialmente onde continuava a existir uma vida de corte. Mesmo em países democráticos, só tardiamente a burguesia havia conquistado a legitimidade do gosto, e o cenário ideal ainda eram os salões e castelos do século XVIII. Mas é preciso alertar para as diferenças existentes nas culturas nacionais, religiosas, políticas em suas relações sociais, familiares, papéis sexuais nas estruturas e usos da casa que expressariam esses elementos.

4. A moradia camponesa e a habitação operária

Outras considerações sobre os modos de vida burguês e sobre as formas de morar dizem respeito, por exemplo, as diferenças ou oposição entre campo e cidade. Vale lembrar mais uma vez que em finais do século XIX a maior parte da população europeia se conservava rural.



O campo não desconhecia nem a intimidade nem o segredo, mas estes não são elementos próprios a um espaço “demasiadamente aberto”.

A identidade aldeã é profundamente enraizada. A casa teria um sentido mais local que espacial. Nesse sentido, “ser daqui” implicaria reconhecer os elementos que constituem uma paisagem. O sentido de limites seria um elemento forte.

O sentido de “casa” prolonga-se ao cultivo, incluindo as terras. A “casa-edificação” é rudimentar e bastante povoada, sendo mais um instrumento de trabalho que um interior. O exterior, a granja, a sebe, os fossos, os campos abertos habitados por pastores, seriam para além de seu encanto, locais propícios para os jogos amorosos ou cuidados com o corpo. No entanto, tudo está a vista e a transgressão é difícil e somente existiria com o consentimento mais ou menos implícito dos demais.



As classes populares urbanas, por outro lado, “amontoadas em infectos pardieiros” desenvolvem outra forma de intimidade. De acordo com Perrot,

as promiscuidades que parecem comprazê-las até em seus divertimentos (...) São aos olhos das camadas dominantes o sinal de uma sexualidade primitiva e de uma selvageria que, por seu crescente desejo de dignidade, os próprios militantes aceitam cada vez menos. (PERROT, 1991, p. 314).

Dessa maneira, **operários, trabalhadores pobres e suas casas tornavam-se alvo de interesse e intervenção por parte do patronato industrial, de médicos higienistas, de autoridades públicas.**

A noção de “moradia mínima”, com normas de quantidades cúbicas de ar e conforto, difunde-se em finais do século XIX. Até mesmo o movimento operário, alheio à “questão da habitação”, passou a reivindicar em começos do século XX “ar puro” e “salubridade”.

Em finais do século XIX, as prioridades dos operários se dirigiram mais às vestimentas mais acessíveis, que a moradia, ainda longe de seu alcance orçamentário.

Vestir-se bem permitiria fazer parte do espaço público sem envergonhar-se, além de ter boa aparência.

As classes populares se estabeleceram nas cidades, desenvolvendo uma mobilidade própria pelos espaços urbanos. “Para as classes pobres, a cidade é como uma floresta onde é preciso caçar a existência” (PERROT, 1991, p. 316).

A originalidade das classes populares urbanas estava no fato de que sua rede familiar não se encerrava nem na imobilidade da terra nem no fechamento de um interior. Mas o desejo de um lugar e espaço para si cresceu com força a partir de metade do século XIX. Ser livre, entre outros aspectos, era poder escolher seu lar. Dessa forma, houve uma resistência imensa às vilas operárias, fossem elas patronais ou urbanas. Os projetos das vilas nunca seriam populares. O desejo de autonomia teria raízes no apego rural a terra, “poderoso freio à industrialização”, pois em uma economia proto-industrial, o domicílio, assim como área de cultivo, era antes de tudo instrumento de trabalho. A sala, por exemplo, podia servir de escritório e de quarto de crianças.

Com a sedentarização da classe operária e o agravamento das condições de moradia, cresceu o desejo de intimidade. Assim que possível os operários separaram os dormitórios dos pais e dos filhos. O desejo de intimidade familiar, conjugal e pessoal difundiu-se pelo conjunto da sociedade no começo do século XX. Esse desejo se expressaria pelo horror em sofrer constrangimentos da promiscuidade ou da vizinhança, por um aborrecimento pela vigilância dos espaços coletivos (prisão, hospital, internato) e pelo controle exercido sobre o corpo.

Mesmo fora das relações familiares ou amorosas, os indivíduos passaram a exigir seu “espaço vital”. Para Perrot, o desejo de um “canto para si” traduziria um crescente senso de individualidade. **O espaço privado materializa as imagens de poder, as relações entre as pessoas e a procura de si mesmo. A casa, como expressão desse espaço privado, ocupa grande espaço nas artes e na literatura.** Jardins ensolarados de Monet, janelas entreabertas de Matisse, sombras crepusculares de Vuillard, os quartos de Van Gogh. De igual forma, a literatura descreve com minúcias os ambientes interiores das casas. **A casa é o lugar da memória, cenário da vida pessoal, de aprendizagem, das recordações da infância.** A casa seria “sítio de uma memória fundamental que nosso imaginário habita para sempre” (PERROT, 1991, p. 321).



Bibliografia Complementar

GUY, Peter. *A experiência burguesa - Da rainha Vitória a Freud - A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBBSAWM, Eric. O mundo burguês. In: *A era do capital*. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 321-348.

PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Imperialismo

Texto base: HOBBSAWM, Eric. A era dos Impérios. in: *A Era dos Impérios, 1875-1914*. 13.ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p.97-139.

1. Apresentação do texto

A partir do texto de Eric Hobsbawm, discutiremos a chamada “era dos impérios” buscando compreendê-la como um fenômeno novo no século XIX, as explicações para seu desenvolvimento, as relações econômicas e políticas existentes, bem como os aspectos sociais e culturais que envolviam esse processo.

2. O significado de imperialismo no século XIX

A reorganização da economia e da sociedade nas nações capitalistas mais industrializadas gerou novas exigências econômicas e novas políticas que conduziram à competição internacional e à conquista imperialista. Em 1905, 90% do território africano e 56% do asiático encontravam-se sob domínio estrangeiro.

Para Hobsbawm, o período entre 1875-1914, denominado de “era dos impérios” foi marcado por uma economia mundial em ritmo determinado por seu núcleo desenvolvido ou em desenvolvimento. Esse desenvolvimento econômico levou ainda a um mundo em que os “avançados” dominariam os “atrasados”. Esse período não foi denominado de “era do imperialismo” somente por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas pelo fato de que essa época caracterizou-se pelo grande número de governantes que se intitulavam “imperadores”: Alemanha, Áustria, Rússia, Turquia, Grã-Bretanha. Fora da Europa: China, Japão, Pérsia, Etiópia, Marrocos, Brasil. Em 1918, cinco desses governantes que utilizavam o termo imperador, havia desaparecido.

Esse período é caracterizado por um novo tipo de império: o colonial. A superioridade econômica e militar dos países capitalistas se converteu entre 1880-1914 na expressão dessa superioridade através da conquista formal, anexação e administração. A maior parte do mundo, com exceção da Europa e das Américas, foi dividida entre um pequeno grupo de países, sobretudo, europeus. Os alvos foram, até certo ponto, os antigos territórios sob domínio da Espanha e Portugal.

Na Ásia, a maioria dos impérios tradicionais permaneceu independente, mas tornaram-se “zonas de influência” das potências ou áreas sob administração direta que controlavam frequentemente todo território. A Etiópia foi único Estado não europeu, que conseguiu manter-se independente, resistindo à ação da Itália, considerado o mais fraco dos estados imperiais. As duas maiores regiões do mundo, África e o Pacífico, foram inteiramente divididos. No Pacífico todos os Estados independentes foram distribuídos entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e em escala menor, japoneses.

Apenas as Américas não foram afetadas por esse processo de divisão. Continuavam em 1914, o que eram em 1875: um conjunto de repúblicas soberanas, com exceção do Canadá, das ilhas do Caribe e de partes do litoral caribenho. No entanto, do ponto de vista econômico, com ressalva para os Estados Unidos, eram países dependentes dos países desenvolvidos. A dominação econômica e a pressão política na América Latina ocorreu sem a conquista formal, por meio da chamada “Doutrina Monroe”.



Essa distribuição do mundo entre um pequeno número de Estados seria a demonstração mais espetacular da crescente divisão em fortes e fracos e “avançados” e “atrasados”.

Era também uma situação nova. Entre 1876-1915, cerca de um quarto da superfície do globo estava distribuído ou redistribuído como colônia entre poucos Estados. Entretanto, para Hobsbawm, “o mais espetacular não é necessariamente o mais importante” (HOBBSAWM, 2009, p. 102).

3. O debate sobre o imperialismo no século XIX

Em finais do século XIX, observadores contemporâneos que começaram a analisar o que parecia uma nova fase do padrão geral de desenvolvimento nacional e internacional, diferente do período liberal de livre comércio e livre concorrência, consideraram a criação de impérios coloniais como um dos aspectos a serem avaliados. Os **observadores ortodoxos** pensaram avistar “uma nova fase de expansão nacional na qual os elementos políticos e econômicos já não eram claramente separáveis, e o estado desempenhava um papel cada vez mais ativo e crucial tanto a nível interno como externo” (HOBBSAWM, 2009, p. 102). Os **observadores heterodoxos** analisaram o período como uma nova fase do desenvolvimento capitalista, decorrente de várias tendências presentes no próprio capitalismo. Entre outras análises destaca-se o livro de Lênin, de 1916, que apenas abordaria a divisão do mundo em um de seus dez capítulos.



Leia o livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lênin, disponível em: <http://marxists.anu.edu.au/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>

O colonialismo certamente foi, entre outras mudanças do período, o de impacto mais imediato, constituindo-se como ponto inicial de análises mais abrangentes.



A palavra “imperialismo”, por exemplo, passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico da década de 1890.

Nessa época, a palavra adquiriria também sua dimensão econômica. Dessa forma, tornaram-se inúteis as referências às antigas formas de expansão política e militar. “Os imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo” (HOBBSAWM, 2009, p. 103). A palavra foi incluída nos debates políticos na Grã-Bretanha na década de 1870, sendo no final dessa década considerada um neologismo. **A difusão do termo se deu a partir dos anos de 1890.** “Era um termo novo, criado para descrever um fenômeno novo” (HOBBSAWM, 2009, p. 103).

Para Hobsbawm, a maioria das discussões sobre o período de 1875-1914 não tinham como foco o “imperialismo”, mas o marxismo.



A análise do imperialismo a partir de Lênin se tornou central para as discussões do marxismo revolucionário, para os movimentos comunistas após 1917 e para os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo.



Um ponto a ser destacado é que no embate entre opositores e defensores, a palavra foi adquirindo um sentido pejorativo. Em 1914, entretanto, muitos políticos orgulhavam-se de serem denominados imperialistas.

O ponto central da análise leninista era de que as “raízes econômicas do novo imperialismo residiam numa nova etapa específica do capitalismo” (HOBSBAWM, 2009, p. 104). Entre as consequências desse desenvolvimento capitalista estava a divisão territorial do mundo entre os principais países capitalistas, a partir da qual se constituía um conjunto de colônias formais e informais e também áreas de influência. Na análise de Lênin, as rivalidades entre essas potências capitalistas levariam à eclosão da Primeira Guerra Mundial. **Os analistas não marxistas do fenômeno tenderam a negar qualquer relação entre o imperialismo e o desenvolvimento do capitalismo em geral ou de uma fase particular.** Negavam que o imperialismo tivesse raízes econômicas significativas, que beneficiasse economicamente os países imperiais de que a exploração das áreas atrasadas fosse fundamental ao capitalismo e seus efeitos fossem negativos para a economia das colônias. Além disso, argumentavam que o imperialismo não levou a rivalidades incontornáveis. Não aceitando as explicações econômicas, concentraram seus argumentos nas explicações psicológicas, ideológicas, culturais e políticas, embora evitassem discutir a política interna.

4. As implicações econômicas do imperialismo

Para além do debate entre marxistas e não-marxistas, em 1890 ninguém teria negado que a divisão do globo continha uma dimensão econômica. Demonstrar essa relação entre economia e imperialismo não explica tudo, mas é um ponto importante de um panorama mais amplo.

Para Hobsbawm,

o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido” (HOBSBAWM, 2009, p. 106).

A globalização da economia não era nova, embora tenha se acelerado no século XIX. O desenvolvimento dos transportes e das comunicações, interligando países atrasados e áreas antes marginais à economia mundial, criou nos países mais desenvolvidos um interesse novo pelas áreas remotas. Essas, tornavam-se acessíveis e apresentavam-se como regiões potenciais do mundo desenvolvimento.

De acordo com um administrador imperial da época “o europeu podia ir, em número reduzido, com seu capital, sua energia e seu conhecimento para desenvolver um comércio extremamente lucrativo e obter produtos necessários ao uso de sua civilização avançada” (Sir Harry Johnston. *History of the colonization of Africa by Alien Races*, Cambridge, 1930 (1ª. ed. 1913), p. 445 citado por HOBSBAWM, 2009, p. 107). No entanto, essa civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico dependia das matérias-primas encontradas em regiões remotas. Além disso, **o crescente consumo de massa nos países avançados produziu também um mercado para os produtos alimentícios oriundos das regiões coloniais.** Para Hobsbawm, “qualquer que fosse a retórica oficial, a função das colônias e das dependências formais era complementar as economias metropolitanas e não fazer-lhes concorrências” (HOBSBAWM, 2009, p. 110).

A importância econômica dessas regiões para a economia mundial não explica simplesmente o porquê de os Estados industriais se lançarem à expansão colonialista. Entre vários motivos, o principal, diz respeito à procura de mercados.



Na segunda metade do século XIX havia uma crença de que a “superprodução” da época da “grande depressão” (1880-1890) poderia ser resolvida pela exportação. Mas o ponto principal é de que certo número de economias desenvolvidas sentiram concomitantemente a necessidade de novos mercados.



Para Hobsbawm, o “novo imperialismo” era resultado de uma economia internacional pautada na rivalidade entre diversas economias industriais concorrentes, intensificadas pela pressão econômica dos anos de 1880-1890.

Difícil nesse cenário é separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para levar adiante esse empreendimento. Diferenças existiam entre as grandes potências e as pequenas nações. Se as primeiras tinham “direitos” à aquisição de colônias, às segunda “nenhum direito” cabia. Na Ásia, a disputa ocorria em torno de áreas de influência em Estados nominalmente independentes. A maior competição pelo domínio de territórios ocorria na África e na Oceania. **Muitos historiadores entendem que houve motivações estratégicas para o imperialismo, pautadas na defesa de rotas, vias marítimas e territoriais contra possíveis ameaças.**

No entanto, para Hobsbawm, a tentativa de buscar explicações não econômicas para o imperialismo é irrealista, sem desconsiderar a perspectiva política, pois todos os políticos tinham consciência dos benefícios do imperialismo.

O imperialismo encorajou as massas, e sobretudo as potencialmente descontentes, a se identificarem ao estado e à nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse estado justificação e legitimidade” (HOBSBAWM, 2009, p. 118).

Ponto a ser destacado está na ideia de superioridade da “raça branca” sobre os demais povos do mundo, em particular os de pele escura, habitantes de lugares remotos. Além disso, era popular a crença do domínio sobre esses povos. Nas grandes exposições universais, por exemplo, a burguesia sempre se orgulhava da vitória da ciência, da tecnologia e das manufaturas. No final do século XIX difundiram-se os pavilhões coloniais e as exposições coloniais faziam grande sucesso.

Esse período foi também das atividades missionárias, cujos interesses muitas vezes se chocavam com os das autoridades. Quanto à esquerda, manifestava contra o imperialismo tanto em seus princípios quanto frequentemente na sua prática. Uma mínima parte dentro do movimento socialista e operário aceitava abertamente o imperialismo. A análise socialista tendeu a exagerar o significado econômico da expansão colonial.



O imperialismo de finais do século XIX certamente era um fenômeno novo, resultado da consequência da competição entre “economias industriais-capitalistas” e da pressão pela busca e preservação de mercados em uma época de incertezas.

Esse período foi caracterizado pelo abandono de práticas do *laissez-faire* e pelo surgimento de grandes sociedades anônimas e oligopólios, característico do que se convencionou denominar “capitalismo monopolista”. Foi um período marcado também pela crescente intervenção do estado na economia.



5. O impacto do colonialismo sobre o mundo

Qual foi o impacto da expansão ocidental sobre o restante do mundo? O primeiro ponto diz respeito ao fato de que o impacto econômico sobre as outras regiões foi significativo, mas o mais significativo foi sua desigualdade, pois as relações entre metrópoles e países dependentes eram assimétricas. O impacto sobre as regiões coloniais foi dramático. Outra questão a ser destacada é entre os países metropolitanos. Foi para a Grã-Bretanha que o imperialismo teve mais relevância, pois sua supremacia econômica era dependente das relações econômicas estabelecidas com os mercados ultramarinos e as regiões de produção primária. Para a economia britânica era fundamental preservar seu acesso ao mundo não europeu. O sucesso britânico foi resultado da exploração sistemática de seus domínios ou de sua posição estratégica como maior importador e maior investidor em diferentes países. A Grã-Bretanha dominou ainda áreas recentemente colonizadas do mundo, com a finalidade de impedir a presença de outros países rivais.

“Será que as outras nações tiraram benefícios proporcionais de sua expansão colonial?” (HOBBSAWM, 2009, p. 126). Para Hobsbawm, a colonização formal constituía um dos aspectos da expansão e da concorrência global. Para duas potências industriais – a Alemanha e os Estados Unidos – não seria um aspecto maior, como era para a Grã-Bretanha. No entanto, o novo colonialismo era consequência das rivalidades econômicas-políticas entre as economias nacionais concorrentes, ampliadas pelo protecionismo.

O imperialismo não foi um fenômeno apenas econômico e político, foi também cultural. Ele trouxe às elites do mundo dependente a “ocidentalização”, embora esse aspecto não possa ser considerado um fenômeno novo. A era dos impérios criaria também as condições de formação dos líderes anti-imperialistas como as condições que permitiram fazer emergir essas vozes. Contudo, “é um anacronismo e um equívoco apresentar a história dos povos e regiões submetidas à dominação e à influência das metrópoles ocidentais basicamente em termos de resistência ao ocidente” (HOBBSAWM, 2009, p. 130). Para Hobsbawm, o legado cultural do imperialismo foi uma educação nos moldes ocidentais para minorias de vários tipos.

6. O impacto das colônias sobre as metrópoles

Qual o efeito do mundo dependente sobre o dominante? Entre outros aspectos destaca-se o exotismo. “A novidade no século XIX era que os não europeus e suas sociedades eram crescente e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis” (HOBBSAWM, 2009, p. 132). Tornavam-se alvos da conquista ou da conversão aos valores da “verdadeira civilização”. A ampliação da rede de comunicações colocou em confronto o mundo ocidental e não ocidental. O exótico difundiu na educação cotidiana de sociedades ocidentais, como por exemplo, na literatura juvenil de grande sucesso de Karl May. A presença desses elementos acabava reforçando a ideia de superioridade do “civilizado” em relação ao “primitivo”.

Havia para Hobsbawm um aspecto mais positivo do exotismo. Administradores e soldados com maior disposição intelectual refletiram sobre as diferenças entre suas próprias sociedades e aquelas que governavam. Produziram obras de grande envergadura. Essa literatura era resultado da dominação colonial e se assentava sobre a crença da superioridade do conhecimento ocidental sobre o de outras partes do mundo. Houve também um crescente interesse do ocidente por formas de espiritualidade do Oriente. No campo das artes, particularmente das artes visuais, o tratamento dispendido para com o mundo não ocidental era de igualdade. Seu “primitivismo” era uma fonte de atração.



Leia a novela *Coração das Trevas*, escrito pelo inglês Joseph Conrad, e publicado em forma de livro em 1902, retratando a África, os africanos e as relações com a Europa.

7. As classes governantes

Um aspecto a ser considerado ainda sobre o imperialismo diz respeito a seu impacto sobre as classes dirigentes e médias dos países metropolitanos. Sob certo aspecto o imperialismo pôs em destaque o triunfo dessas classes. Um pequeno número de países dominou o mundo. Um número pequeno de homens das classes altas e média desses países, como funcionários, administradores, homens de negócios, engenheiros, exerceram de fato a dominação. Dessa maneira, o número de pessoas diretamente envolvidas com o império era reduzido, mas seu significado simbólico se destacava. O triunfo imperial produziu um tempo de problemas e incertezas.

Problemas, na medida as contradições entre o governo das classes dirigentes metropolitanas e os povos nativos se tornavam inconciliáveis. Gerou incertezas ao confrontar uma minoria de brancos às massas de negros, pardos e amarelos. “Será que impérios mundiais tão facilmente conquistados, com uma base tão estreita, governados com uma facilidade tão absurda graças à devoção de uns poucos e a passividade de muitos, será que eles podiam durar?” (HOBBSAWM, 2009, p. 136). E ainda: “pois se o império (...) era vulnerável a seus governados, embora talvez não ainda, não de modo imediato, não seria mais imediatamente vulnerável à erosão interna da vontade de governar, da disposição de travar a luta darwiniana pela sobrevivência do mais apto?” (HOBBSAWM, 2009, p. 137).

Outra questão:

será que a própria riqueza e o próprio luxo que o poder e o espírito empreendedor haviam gerado não tinham enfraquecido as fibras daqueles músculos cujos esforços constantes eram necessários para mantê-los? Será que o império não leva ao parasitismo no centro e ao triunfo final dos bárbaros? (HOBBSAWM, 2009, p. 137).

Para Hobsbawm tais questões eram mais pertinentes que nunca na era dos impérios e durante a *belle époque*. Mas seriam questões sempre a atemorizar as classes dirigentes e que se beneficiavam do imperialismo.

Bibliografia complementar

- LENIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.